



NOVA
NOVA SCHOOL OF
SCIENCE & TECHNOLOGY

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DE ENGENHARIA
DO AMBIENTE**

RITA MARIA MARCHÃ XEREZ LAMELAS
Licenciada em Ciências de Engenharia do Ambiente

PARTICIPAÇÃO ATIVA: IMPACTE DA COVID-19 NOS PROCESSOS COLABORATIVOS

MESTRADO INTEGRADO EM ENGENHARIA DO AMBIENTE
Universidade NOVA de Lisboa
maio, 2022

PARTICIPAÇÃO ATIVA: IMPACTE DA COVID-19 NOS PROCESSOS COLABORATIVOS

RITA MARIA MARCHÃ XEREZ LAMELAS
Licenciada em Ciências de Engenharia do Ambiente

Orientadora: Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos,
Professora Associada, DCEA, FCT NOVA

Coorientadores: Mestre Filipa Maria Gomes Ferreira, Investiga-
dora Científica, FCT NOVA

Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Graça Madeira Martinho (Arguente)

Vogais: Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira
Mestre Filipa Maria Gomes Ferreira

MESTRADO INTEGRADO EM ENGENHARIA DO AMBIENTE

Universidade NOVA de Lisboa
maio, 2022

Participação Ativa: Impacte da COVID-19 nos processos colaborativos

Copyright © Rita Maria Marchã Xerez Lamelas, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade NOVA de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à professora Lia Vasconcelos, a minha orientadora de dissertação mesmo antes de o saber (na minha cabeça já tinha ficado decidido desde a cadeira AMSA), pela partilha de conhecimento, pela orientação, paciência, apoio, simpatia e por nunca fecharmos as reuniões virtuais sem um sorriso. À minha coorientadora, a Eng.ª Filipa Ferreira, pelos ensinamentos, pela excelente orientação e conselhos, pela ajuda e dedicação, pela compreensão e pelas palavras de apoio e incentivo nas alturas mais complicadas.

Quero agradecer, também, a todos os que disponibilizaram do seu tempo para responder aos questionários e entrevistas realizados para o presente estudo, sem esse contributo não conseguiria ter desenvolvido este trabalho.

Aos meus "Pêlos da FCT", oito pessoas que a FCT NOVA me ofereceu e agora levo para o resto da minha vida, oito pessoas que fizeram estes últimos anos de vida serem os mais épicos até à data: Ana Catarina Oliveira, Alexa Fernandes, Duarte Valente, Inês Figueiredo, Jéssica Loureiro, Gonçalo Ferreira, Patrícia Santos e Simone Maciel. Agradeço-vos todos os momentos desde o primeiro dia; levo-vos bem aconchegadinhos no meu coração.

À minha Catarina e Madalena, pelo positivismo, relativismo e por me porem sempre no juízo. Isso é amor.

Ao João pelo amor, carinho, incentivo, apoio e por me lembrar que amanhã é outro dia.

À minha família, pelo apoio, pela compreensão, pelo voto de confiança desde o dia em que decidi que era para a vitalidade deste planeta que eu queria trabalhar.

“Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres.”
(Papa Francisco, in Carta Encíclica Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum)

RESUMO

A COVID-19 veio provocar uma grande alteração em todas as atividades que implicavam contacto direto e presencial entre pessoas e o mesmo aconteceu com os processos de participação pública. Os processos participativos deixaram de poder funcionar presencialmente, pelo que inevitavelmente tiveram, em alternativa, de se adaptar a metodologias e técnicas virtuais, que já existiam, mas eram de utilização limitada nestes contextos. Com isto assiste-se a um *boom* de uso dos sistemas *online*, assegurando a continuidade da participação. Equipas e *stakeholders* passaram a recorrer a plataformas e meios virtuais.

Este estudo visou analisar o impacto da pandemia do vírus SARS-CoV-2 (que no seguimento da presente dissertação será denominado como pandemia, uma vez que a causa da adaptação dos formatos foi a pandemia e não a existência da doença) nos processos participativos colaborativos que já se encontravam em desenvolvimento procurando identificar boas práticas e tecer recomendações futuras para processos participativos colaborativos. Neste sentido, comparou-se situações de participação pública presencial, *online* e mista, extraíndo lições das potencialidades e dificuldades colocadas dependendo do formato das sessões participativas. A partir do levantamento de literatura, delinearão-se e conduziram-se questionários e entrevistas a participantes e organizadores de três projetos de cariz ambiental, cujos processos participativos colaborativos foram impactados pela pandemia e tiveram de se adaptar a *online*.

Os resultados obtidos nos questionários demonstraram nomeadamente uma clara preferência por processos de participação mistos- no caso dos participantes- e processos de participação presenciais- no caso dos organizadores-, justificando-se o primeiro pelas consequências positivas da quebra das deslocações, e o segundo pela presença de diálogo informal, maior interação e comunicação não-verbal.

As entrevistas permitiram explorar em detalhe e compreender melhor as preferências dos entrevistados. Pelas entrevistas, o impacto reflete-se na ausência de participação de *stakeholders* por falta de acessibilidade às tecnologias e iliteracia tecnológica, na ausência de momentos de *networking* fulcrais para a criação de redes e parcerias. A equipa reportou a facilidade de organizar uma sessão de participação *online* comparada com as presenciais, embora considere que a ausência da interação presencial restringe as dinâmicas construtivas sociais que enriquecem estes processos.

Com a ajuda dos questionários e entrevistas, foi possível desenvolver estratégias com recurso às matrizes SWOT e TOWS e criar uma lista de recomendações e boas práticas para processos de participação futuros.

Palavras-chave: Participação pública, processos participativos colaborativos, COVID-19, matriz SWOT/TOWS, processos de participação híbridos, processos de participação mistos.

ABSTRACT

COVID-19 caused a major change in all activities that involved direct, face-to-face contact between people and the same happened with public participation processes. Participatory processes can no longer operate in a face-to-face setting, so they inevitably had to adapt to virtual methodologies and techniques already existed but were of limited use in these contexts. This led to a boom in the use of online systems, ensuring the continuity of participation. Teams and stakeholders have started to use virtual platforms and means.

This study aimed to analyze the Impact of the SARS-CoV-2 pandemic (it will be referred to the pandemic in this dissertation) on collaborative participatory processes that were already under development, seeking to identify good practices and make future recommendations for collaborative participatory processes. In this sense, face-to-face, online, and mixed public participation situations were compared, drawing lessons from the potentialities and difficulties posed depending on the format of the participatory sessions. From the literature survey, questionnaires and interviews were designed and conducted with participants and organizers of three environmental projects, whose collaborative participatory processes were impacted by the pandemic and had to adapt to online.

The results obtained in the questionnaires showed a clear preference for mixed participation processes -in the case of participants- and face-to-face participation processes -in the case of organizers-, the first being justified by the positive consequences of the decrease in travel, and the second by the presence of informal dialogue, greater interaction, and non-verbal communication.

The Interviews made It possible to explore in detail and better understand the preferences of the interviewees. From the interviews, the impact is reflected in the lack of participation of stakeholders due to lack of accessibility to technologies and technological illiteracy, the absence of networking moments is essential for the creation of networks and partnerships. The team reported the ease of organizing an online participation session compared to face-to-face ones, although it considers that the absence of face-to-face interaction restricts the social constructive dynamics that enrich these processes.

With the support of the questionnaires and interviews, it was possible to develop strategies using the SWOT and TOWS matrices and to create a list of recommendations and good practices for future participation processes.

Keywords: Public participation, participatory processes, COVID-19, SWOT/TOWS matrix, hybrid participation processes, mixed participatory processes.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	ENQUADRAMENTO DO TEMA.....	1
1.2.	PROBLEMA E OBJETIVOS	2
1.3.	ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO.....	3
2.	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	5
2.1	TIPOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	8
2.2	FUNCIONAMENTO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS	17
2.2.1.	<i>Métodos de Participação</i>	19
2.2.2.	<i>Resistência aos Processos de Participação</i>	22
2.3	PARTICIPAÇÃO <i>ONLINE</i> , ELETRÓNICA, DIGITAL OU E-PARTICIPAÇÃO.....	23
2.3.1.	<i>Níveis da e-participação</i>	27
2.3.2.	<i>Funcionamento dos processos de e-participação</i>	28
2.3.3.	<i>Métodos de e-participação</i>	29
2.4.	PORQUE FALHAM OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS? PRESENCIAL VERSUS <i>ONLINE</i>	30
2.5	PROCESSOS PARTICIPATIVOS HÍBRIDOS E SESSÕES MISTAS.....	33
3.	METODOLOGIA	39
3.1.	ENQUADRAMENTO GERAL	39
3.2.	QUESTIONÁRIO.....	41
3.2.1.	<i>Questionário aos participantes</i>	42
3.2.2.	<i>Questionário aos organizadores</i>	45
3.3.	ENTREVISTAS.....	46
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
4.1.	CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO	49
4.1.1.	<i>CAPonLITTER- Capitalizar boas práticas costeiras e melhorar as políticas de prevenção do lixo marinho</i>	49
4.1.2.	<i>OceanWise- Reducing EPS marine litter in the North East Atlantic</i>	52
4.1.3.	<i>NIPOGES- Estado atual das populações de amêijoia-japonesa da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado – bases científicas para uma gestão sustentável do recurso</i>	55
4.2.	QUESTIONÁRIOS.....	58
4.2.1.	<i>Questionário aos participantes</i>	58
4.2.2.	<i>Questionário aos organizadores</i>	75

4.3.	ENTREVISTAS.....	82
4.4.	MATRIZ SWOT E TOWS	85
4.5.	LISTA DE RECOMENDAÇÕES E BOAS PRÁTICAS PARA PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO FUTUROS.....	88
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	BIBLIOGRAFIA	94
	ANEXOS.....	103
1	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	103
	APÊNDICES	114
A.	<i>QUESTIONÁRIO DOS PARTICIPANTES.....</i>	115
B.	QUESTIONÁRIO DOS ORGANIZADORES	123
C.	GUIÃO DE ENTREVISTA	127

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1- OS NÍVEIS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (FONTE: ADAPTADO DE ROSA, P. (2008)).....	14
FIGURA 2.2- ESPECTRO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (FONTE: ADAPTADO DE IAP2 (2018)).....	16
FIGURA 2.3- PRESSUPOSTOS DA TEORIA DO PLANEAMENTO COLABORATIVO (FONTE: ADAPTADO DE VASCONCELOS ET AL. (2021)).....	19
FIGURA 2.4- SÍTIO NA INTERNET CORRESPONDENTE AO "ACTIONCATALOGUE" (FONTE: ENGAGE2020 (2021)).	22
FIGURA 2.5- IDEG E IEP NO MUNDO (FONTE: UNITED NATIONS & WORLD BANK, 2021).....	25
FIGURA 2.6- IDEG E IEP EM PORTUGAL DE 2003 A 2020 (FONTE: UNITED NATIONS & WORLD BANK, 2021).....	26
FIGURA 2.7- ADAPTAÇÃO DOS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO DA OCDE (2001) E IAP2 (2018) POR MACINTOSH (2004)) E TAMBOURISH ET AL. (2007).....	27
FIGURA 2.8- TRIÂNGULO DE DEPENDÊNCIAS (FONTE: ADAPTADO DE TOOTS, M. (2019)).....	32
FIGURA 3.1- MATRIZ SWOT (FONTE: AUTORA).....	40
FIGURA 3.2- MATRIZ TOWS (FONTE: AUTORA).....	40
FIGURA 3.3- ESQUEMA METODOLÓGICO PARA A REALIZAÇÃO DA PRESENTE DISSERTAÇÃO. (FONTE: AUTORA).....	41
FIGURA 3.4- ORGANIZAÇÃO DAS SECÇÕES DO QUESTIONÁRIO DOS PARTICIPANTES.	42
FIGURA 4.1- GRAU DE FORMAÇÃO ACADÉMICA DOS PARTICIPANTES DOS TRÊS PROJETOS EM ESTUDO.	59
FIGURA 4.2- FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES DOS TRÊS PROJETOS EM ESTUDO.....	59
FIGURA 4.3- PERCEÇÃO DO GRAU DE LITERACIA TECNOLÓGICA DOS PARTICIPANTES DOS TRÊS PROJETOS EM ESTUDO....	59
FIGURA 4.4- QUESTÃO 1: " EM QUE TIPO DE SESSÃO(S) ESTEVE PRESENTE?".....	60
FIGURA 4.5- SECÇÃO 2: "ORGANIZAÇÃO, MODO DE FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA(S) SESSÃO(S)"	61
FIGURA 4.6- SECÇÃO 3: "CONFORTO NA COMUNICAÇÃO E COMPREENSÃO ORAL NA(S) SESSÃO(S)".....	62
FIGURA 4.7- SECÇÃO 4: "SUCESSO DA ADAPTAÇÃO DO FORMATO DA(S) SESSÃO(S) DE PRESENCIAL(S) PARA ONLINE" ..	63
FIGURA 4.8- QUESTÃO 4.7: " SE TIVESSE OPORTUNIDADE DE OPTAR PELO FORMATO DAS SESSÕES, POR QUAL OPTARIA?"	64
FIGURA 4.9- SECÇÃO 5: "ORGANIZAÇÃO, MODO DE FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA(S) SESSÃO(S)."	64
FIGURA 4.10- SECÇÃO 6: "CONFORTO NA COMUNICAÇÃO E COMPREENSÃO ORAL NA(S) SESSÃO(S)".....	65
FIGURA 4.11- SECÇÃO 7: "ADAPTAÇÃO DO FORMATO DA(S) SESSÃO(S) DE PRESENCIAL PARA ONLINE".....	66
FIGURA 4.12- SECÇÃO 8: "ORGANIZAÇÃO, MODO DE FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA(S) SESSÃO(S)".....	67
FIGURA 4.13- SECÇÃO 9: "CONFORTO NA COMUNICAÇÃO E COMPREENSÃO ORAL NA(S) SESSÃO(S)".....	67
FIGURA 4.14- SECÇÃO 10: "SUCESSO DA ADAPTAÇÃO DO FORMATO DA(S) SESSÃO(S) DE ONLINE PARA PRESENCIAL" ..	69
FIGURA 4.15- QUESTÕES: "EXISTE ESPAÇO PARA MELHORIA DA(S) SESSÃO(S) DE FORMATO ONLINE" E " EXISTE ESPAÇO PARA MELHORIA DA(S) SESSÃO(S) DE FORMATO PRESENCIAL".....	70
FIGURA 4.16- RESPOSTAS ÀS QUESTÕES 4.4.1/7.3.1/4.3.1/10.3.1.....	71
FIGURA 4.17- QUESTÃO: "PARTICIPARIA EM NOVA(S) SESSÃO(S) DE FORMATO ONLINE?"	72
FIGURA 4.18- QUESTÃO: "PARTICIPARIA EM NOVA(S) SESSÃO(S) DE FORMATO PRESENCIAL?"	72

FIGURA 4.19- JUSTIFICAÇÕES ÀS QUESTÕES "PARTICIPARIA EM NOVA(S) SESSÃO(S) DE FORMATO PRESENCIAL/ONLINE?"	74
FIGURA 4.20- RESPOSTAS DOS ORGANIZADORES DOS PROJETOS <i>OCEANWISE</i> , <i>NIPOGES</i> E <i>CAPONLITTER</i> , À SECÇÃO DOIS.	75
FIGURA 4.21- RESPOSTAS DOS ORGANIZADORES DOS PROJETOS <i>OCEANWISE</i> , <i>NIPOGES</i> E <i>CAPONLITTER</i> , À SECÇÃO TRÊS.	76
FIGURA 4.22- RESPOSTAS DOS QUESTIONADOS À QUESTÃO 10.3.1	77
FIGURA 4.23- RESPOSTAS DOS ORGANIZADORES DOS PROJETOS <i>OCEANWISE</i> , <i>NIPOGES</i> E <i>CAPONLITTER</i> , À SECÇÃO QUATRO.	78
FIGURA 4.24- PREFERÊNCIA NA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DE FORMATOS FUTUROS POR PARTE DOS ORGANIZADORES QUESTIONADOS (QUESTÃO 4.7.1).	80
FIGURA 4.25- MEDIDAS DE MELHORIA PARA O FORMATO ONLINE APONTADAS PELOS QUESTIONADOS (QUESTÃO 4.6.1).	80
FIGURA 4.26- RAZÕES DE PREFERÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO FUTURA DE SESSÕES DE PARTICIPAÇÃO POR PARTE DOS QUESTIONADOS (QUESTÃO 4.7).	81
FIGURA 4.27- MATRIZ SWOT RESULTANTE DO ESTUDO.	86
FIGURA 4.28- MATRIZ TOWS RESULTANTE DO ESTUDO.	87
FIGURA 5.1- ESCADA DA PARTICIPAÇÃO (FONTE: ADAPTADO DE ARNSTEIN, S.R. (1969)).	104
FIGURA 5.2- A NOVA ESCADA DA PARTICIPAÇÃO (FONTE: ADAPTADO DE CONNOR, D. M (1988)).	105
FIGURA 5.3- NÍVEIS DE TOMADA DE DECISÃO PARTILHADA (FONTE: ADAPTADO DE POTAPCHUK, W. R (1991)).	107
FIGURA 5.4- ESCADA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (FONTE: ADAPTADO DE CHOGUILL, M. (1996)).	108
FIGURA 5.5- OS NÍVEIS DE COGESTÃO (FONTE: ADAPTADO DE BRUNS, B. (2003)).	110
FIGURA 5.6- UMA TIPOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO: COMO AS PESSOAS PARTICIPAM EM PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO (FONTE: ADAPTADO DE PRETTY, J. (1995)).	111
FIGURA 5.7- DIFERENTES NÍVEIS DE ENVOLVIMENTO DE STAKEHOLDERS (FONTE: ADAPTADO DE AFRICAN DEVELOPEMENT BANK (2001)).	112
FIGURA 5.8-RECOLHA DE LITERATURA SOBRE QUE MÉTODOS E TÉCNICAS DE PARTICIPAÇÃO COMEÇARAM POR SER CONSIDERADOS (FONTE: ADAPTADO DE WARBURTON, D. (1997)).	113

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 2.1- PEGADA CARBÓNICA, HÍDRICA E TERRESTRE ASSOCIADA À PARTILHA DE IMAGEM EM DIRETO OU NÃO EM VIDEOCONFERÊNCIAS (FONTE: ADAPTADO DE OBRINGER ET AL., (2021)).....	36
TABELA 3.1- TEMAS-CHAVE CONSULTADOS EM LITERATURA E BIBLIOGRAFIA ASSOCIADA.....	43
TABELA 3.2- EXEMPLO DA APLICAÇÃO DA ESCALA DE <i>LIKERT</i> APLICADO AO QUESTIONÁRIO EM ESTUDO.....	44
TABELA 3.3- TEMAS-CHAVE CONSULTADOS EM LITERATURA E BIBLIOGRAFIA ASSOCIADA.....	45
TABELA 3.4- QUESTÕES REALIZADAS E REFERENTE BIBLIOGRAFIA NA QUAL FORAM FUNDAMENTADAS.....	47
TABELA 4.1- CRONOGRAMA DE <i>WORKSHOPS</i> DO PROJETO <i>CAPONLITTER</i>	50
TABELA 4.2- PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO <i>CAPONLITTER</i>	51
TABELA 4.3- PROGRAMAS DOS <i>WORKSHOPS</i> DO PROJETO <i>CAPONLITTER</i>	51
TABELA 4.4- CRONOGRAMA DE <i>WORKSHOPS</i> DO PROJETO <i>OCEANWISE</i>	53
TABELA 4.5- PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO <i>OCEANWISE</i>	53
TABELA 4.6- PROGRAMA DOS <i>WORKSHOPS</i> DO PROJETO <i>OCEANWISE</i>	54
TABELA 4.7- CRONOGRAMA DE <i>WORKSHOPS</i> DO PROJETO NIPOGES.....	55
TABELA 4.8- PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO NIPOGES.....	56
TABELA 4.9- PROGRAMAS DOS <i>WORKSHOPS</i> DO PROJETO NIPOGES.....	57
TABELA 4.10- NÚMERO DE RESPOSTAS ENVIADAS E NÚMERO DE RESPOSTAS OBTIDAS.....	58
TABELA 4.11- PRINCIPAIS MEDIDAS CONSIDERADAS PARA O ESTUDO DAS JUSTIFICAÇÕES 4.3.1/10.5.1 E 4.4.1/7.3.1.	71
TABELA 4.12- PRINCIPAIS RAZÕES CONSIDERADAS PARA O ESTUDO DAS JUSTIFICAÇÕES 4.5.1/7.5.1/10.4.1/4.6.1/7.4.1/10.5.1.....	73
TABELA 4.13- PRINCIPAIS RAZÕES CONSIDERADAS PARA O ESTUDO DAS JUSTIFICAÇÕES 3.10.1.....	77
TABELA 4.14- PRINCIPAIS RAZÕES CONSIDERADAS PARA O ESTUDO DAS JUSTIFICAÇÕES 4.6.1.....	79
TABELA 4.15- PRINCIPAIS RAZÕES CONSIDERADAS PARA O ESTUDO DAS JUSTIFICAÇÕES 4.7.1.....	81
TABELA 5.1- INTERESSES NA PARTICIPAÇÃO (FONTE: ADAPTADO DE WHITE, S. (1996)).....	103

1.1. Enquadramento do tema

O ano de 2020 iniciou-se com uma pandemia provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que rapidamente se alastrou mundialmente e, nos levou a frequentes confinamentos ao longo 2020 e 2021. Os impactes da pandemia foram a todos os níveis, principalmente ao nível social e económico, mas também a nível cívico e governamental (Bricout et al., 2021). Imprevistamente, as tecnologias de informação e computação (TIC) registaram uma crescente procura para aliviar o isolamento e tiveram de melhorar e multiplicar-se para fazer jus à demanda indispensável que se tornou o seu uso (Pantić et al., 2021). Grande parte dos serviços passaram a ter de depender de uma plataforma virtual para dar continuidade ao normal funcionamento e tudo o que eram atividades de grupo, de comunicação, interações cara-a-cara, tiveram de ficar suspensas devido às quarentenas obrigatórias estipuladas pelos governos de cada país, pelo que serviços como a participação pública tiveram de ser adaptadas ao mundo virtual (Bricout et al., 2021; Pantić et al., 2021).

A participação pública, como um direito democrático (Islam, 2008), não poderia ficar em suspenso, por isso os processos participativos tiveram de se adaptar à nova realidade e passar a desenvolver-se exclusivamente e/ou preferencialmente por meios digitais. No que se refere ao contexto virtual, a e-participação- participação tradicional, mas com a recurso inteiramente das TIC (Pirannejad et al., 2019), apesar de em funcionamento desde o final do século passado, os seus métodos e técnicas ainda se encontravam em desenvolvimento e as sessões participativas virtuais ainda não eram um denominador comum nos processos de participação colaborativos, consequência de fatores económicos, sociais e governamentais (Pantić et al., 2021; Rosa, 2008). Desta forma, a adaptação dos processos participativos que decorriam quando a pandemia começou, levou a impactes não só na organização dos próprios processos de participação, como no seu público-alvo, que teve de acompanhar esta evolução tecnológica e adaptar-se a novos formatos.

1.2. Problema e objetivos

Existe, pois, uma lacuna de conhecimento sobre o impacto da pandemia que ditou o isolamento social nos processos de participação ativa e nos participantes/organizadores de processos colaborativos. Isto reflete-se na literatura que ainda é omissa destes impactos nos processos de participação ativa mistos e híbridos. Tendo em conta a nota positiva que esta pandemia veio trazer para a melhoria, para adaptação e para a diversificação dos processos de participação a novos formatos, é importante fazer-se uma análise de como tem decorrido estes ajustes para melhor compreender quais as áreas que ainda necessitam de maior foco e quais as que tiveram sucesso e acabaram por se adequar bem.

Neste sentido, a presente dissertação terá como objetivo compreender o impacto direto da pandemia nos formatos presencial e online de participação pública, compreender o impacto que teve no funcionamento dos mesmos e nos participantes e compreender como se poderá tirar partido do potencial de ambos os formatos no futuro.

Através da análise de três processos participativos colaborativos que decorreram, e/ou ainda estão a decorrer - *OceanWise-Reducing EPS marine litter in the North East Atlantic*; NIPOGES - Estado atual das populações de amêijoas-japonesas da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado – bases científicas para uma gestão sustentável do recurso; e CAPonLITTER- Capitalizar boas práticas costeiras e melhorar as políticas de prevenção do lixo marinho - por forma a compreender o impacto da transição inevitável de processos participativos de índole presencial para sessões mistas.

A presente dissertação contribuiu nesse sentido, tendo como objetivos:

- Averiguar o nível de complexidade e possíveis dificuldades que a transição exigiu: avaliar conforto e acessibilidade para o uso das TIC, ultrapassar dificuldades linguísticas e comunicativas, e partilha insegura;
- Averiguar possíveis limitações sociais consequentes da transição: idade, grau académico e grau de literacia tecnológica;
- Averiguar a existência de preferências entre formatos e corroborar com a literatura os pontos positivos e negativos de cada formato;
- Compreender quais são as melhorias imediatas a fazer nos formatos;
- Criar uma lista de boas práticas para processos futuros de participação pública com base na avaliação estratégica dos pontos anteriores.

A recolha de informação foi através de uma abordagem *mixed-methods*- questionários e entrevistas- para a criação da lista de boas práticas.

1.3. Organização do documento

O presente documento encontra-se dividido em cinco capítulos, um anexo e três apêndices. Em primeiro lugar tem-se a introdução no qual é feito o enquadramento do tema da presente dissertação, o problema identificado e os objetivos a atingir e a estrutura do documento.

Na revisão de literatura, segundo capítulo, com o título "Participação pública", faz um levantamento intensivo sobre a temática da participação, apresentando: definições dos vários tipos de participação, níveis e tipologias da participação, funcionamento dos processos participativos, métodos e técnicas de participação, vantagens e desvantagens dos vários tipos de participação e razão pela qual falham.

No terceiro capítulo, metodologia, são descritos os projetos em estudo, o seu funcionamento e a abordagem metodológica que levou à realização dos questionários e posteriormente às entrevistas. No capítulo seguinte, quarto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados, é feita uma avaliação estratégica dos resultados segundo a matriz SWOT/TOWS e são listadas recomendações.

Por fim, no capítulo cinco, aprestam-se as considerações finais do trabalho concluído, as recomendações da autora para o trabalho, as limitações encontradas e propostas futuras.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A participação pública começou a tomar um papel mais ativo nas comunidades e a ser empregue como instrumento para a decisão política nas comunidades a partir dos anos 60 nos países com democracias constitucionais (Arnstein, 1969; Fedotova et al., 2012; Lourenço & Costa, 2007; Wagner et al., 2016). Têm sido vários os autores a sugerir várias definições para participação, dependendo muitas do contexto em que se encontram e em que âmbito o processo participativo ocorre (L. Vasconcelos et al., 2009; White, 1996). Alguns autores defendem até que dada a dimensão e formas da utilização do termo "participação", que não é esperado existir uma definição concreta e única para o mesmo (African Development Bank, 2001; Jennings, 2000; Oakley, 1991; Vasconcelos et al., 2009; Warburton, 1997). No entanto, de entre os autores consultados, destacam-se 5 termos que mais são mencionados numa tentativa de definição de participação e de processos de participação: "partilha/delegação de poder", "empoderar", "cidadãos", "educar" e "um meio para atingir um fim".

De uma forma simples e direta, Smith (1983) *vide* Rowe et al. (2000), caracteriza a participação pública como um conjunto de procedimentos com o intuito de consultar, envolver e informar o público por forma a permitir que as pessoas afetadas por uma decisão possam prestar algum contributo na mesma. Para Rowe et al. (2000) a contribuição que ocorre segundo a definição de Smith (1983) é o que separa a participação das restantes formas de comunicação.

Para Oakley et al. (1991) existem três tipos de interpretação da participação: participação como contribuição (os cidadãos só contribuem com informação e nada mais); participação como organização (criação de organizações/instituições, leva à delegação de poder e controlo); participação como empoderamento (a participação é o resultado preferencialmente esperado e o poder e controlo são delegados aos participantes para a tomada de decisão). Destas três interpretações, destaque-se que apenas nas últimas duas existe transferência de poder. Oakley et al. (1991) citado por Warburton (1997) afirma que a participação é um meio de empoderamento dos cidadãos porque educa as pessoas e traz-lhes poder e independência sobre as suas vidas. Arnstein (1969) partilhava da mesma interpretação de participação relativa aos cidadãos, afirmando que a participação dos cidadãos é equivalente a cidadãos empoderados.

Também para Jennings (2000), a participação corresponde ao envolvimento de população local e de restantes grupos e entidades interessadas na criação de conteúdos, programas ou políticas que os vão influenciar (positiva ou negativamente) (Jennings, 2000). É também vista, pelo autor, como “um meio para atingir um fim”, um meio de capacitar os intervenientes e equilibrar o poder “entre ricos e pobres”, uma vez que é depositada confiança no conhecimento dos cidadãos e a responsabilidade de serem eles a transformar o seu próprio caminho; é um processo empoderador e educativo. A probabilidade de resultar deste processo participativo uma solução mais sustentada e melhor definida é maior (Jennings, 2000). O *African Development Bank*, à semelhança do autor anterior, também procurou trazer um lado mais humano à definição de participação. Para a instituição, participação é, um processo pelo qual *stakeholders*¹ influenciam e partilham o controlo em iniciativas e decisões que as afetam direta ou indiretamente, sendo que o processo participativo se deve focar nas pessoas, deve ser humilde, deve empoderar os *stakeholders*, devendo a participação ser, primeiro que tudo, uma “atitude ou mentalidade” (African Development Bank, 2001).

Para White (1996), também a participação é vista como um elemento de força e dinâmica para alterar padrões de poder- dependendo de quem participa e dos seus níveis de participação, destacando que por isso, deve ser tida em conta como uma ferramenta de auxílio à política. Seguindo o contexto de participação como ferramenta de partilha de poder e controlo, para Heinelt et al. (2002) a participação é tradicionalmente vista como um meio para legitimar o processo de tomada de decisão, tem o interesse em educar e, em contexto democrático, traduz melhores resultados e soluções mais inovadoras (Heinelt et al., 2002). O autor justifica a definição com recurso a três argumentos: em primeiro lugar, como direito democrático que a participação é, todos os possíveis influenciados por uma decisão devem ter o direito a participar na sua decisão; se o processo decorrer de forma livre e aberta, vai dissolver ideias egoístas e esclarecer dúvidas dos participantes; segundo Lidblom (1965) *fide* Heinelt et al. (2002), trata-se da “inteligência da democracia”: a quem é oferecido o direito de participar, pode ser quem tem os conhecimentos fundamentais para ajudar a produzir os melhores resultados.

Na sequência do conceito de participação como uma ferramenta livre nos processos participativos, também André et al. (2006), define a participação como o envolvimento de

¹ O termo “*stakeholder*”/atores/participantes/parte interessada/entidades interessadas será várias vezes incluído no presente documento, tendo como objetivo descrever todos os atores intervenientes num processo participativo que tenham algo em jogo, podendo ser: indivíduos (sem influência da idade, género sexual, orientação sexual, religião, ideologia política, entre outros), entidades coletivas, instituições, organizações governamentais e não governamentais, e empresas/indústria (dos vários setores da sociedade; públicos ou privados) (Cebola et al., 2020).

indivíduos ou grupos afetados (positiva ou negativamente) por uma “intervenção proposta” (como projetos, processos, programas, políticas) que impliquem uma tomada de decisão ou que seja do seu interesse intervir ativamente (André et al., 2006). Segundo os autores, o participante pode escolher ter um papel ativo.

É importante destacar também que o conceito de participação pública e cidadã, para alguns autores, tem uma leve *nuance*. A participação cidadã, segundo Arbter et al. (2007), corresponde ao envolvimento de indivíduos, ou grupos de cidadãos, interessados em defender os seus interesses privados num processo de planeamento. O mesmo autor define ainda que a participação pública resulta do conjunto de vários grupos interessados (cidadãos individuais e coletivos, organizações, etc) em participar num processo participativo (Arbter et al., 2007). E para além da diferenciação entre pública e cidadã, existem ainda mais algumas diferenças no termo participação (Arbter et al., 2007; Cabrita das Dores, 2009; Carreira, 2018; Vasconcelos et al., 2009):

- A participação ativa e passiva: a primeira, também conhecida por cidadania ativa, ocorre em todos os processos que impliquem o diálogo, colaboração e cooperação entre duas partes, com índole interativa e que fomente a aquisição de conhecimento por parte dos participantes (exemplos: júri de cidadãos, painéis de cidadãos, conferências de consenso, grupos focus, , workshops, fóruns colaborativos, etc); a segunda diz respeito a uma participação que não implique a interação direta com terceiros ou que ocorra fora do processo participativo, sendo ela caracterizada por partilha de informação, audiências públicas, comissões consultivas e de acompanhamento audiências e consulta (exemplos: consulta pública, entrevistas/questionários, newsletter e brochuras, internet);

- Participação preventiva e sucessiva: a primeira destinada a todos os que têm interesse em intervir no âmbito da elaboração de planos urbanísticos, a segunda ocorre aquando da discussão pública, após a elaboração do plano;

Com base nos autores anteriores, é possível tirar algumas conclusões acerca da participação no seu todo (com base em definições e especificações): a participação pública está destinada a decisões administrativas e não judiciais e resulta da interação entre o público (quem quer participar) e a organização (entidade que toma a decisão final); o processo de participação envolve organização e planeamento; os participantes têm influência na decisão final (Creighton, 2005). Os processos participativos (sejam estes relativos a programas, políticas, projetos, etc), têm o intuito de juntar variados atores da sociedade no mesmo local (independentemente do seu contexto ideológico, social, político, entre outros), dando-se primazia a um diálogo consensual e descomplicado entre atores, à partilha de informação e livre defesa

dos seus interesses e valores privados e coletivos, devendo ser um momento de partilha de poder. Desta forma, podemos tentar definir participação como: ferramenta de apoio à tomada de decisão (sem favorecer ou desfavorecer atores) e de empoderamento de todos os atores presentes.

2.1 Tipologias de Participação

A participação como instrumento de apoio à cidadania e política, ao longo do tempo, passou do objetivo de democratizar e legitimar a criação de políticas para uma participação sustentada no envolvimento de *stakeholders* como enriquecimento da análise e criação de políticas, processos, programas, projetos, entre outros (Arnstein, 1969; Heinelt et al., 2002; Lourenço & Costa, 2007). Entre os *stakeholders*, atores muito importantes no sucesso dos processos participativos, pelos seus recursos e capacidade de influência nas decisões (African Development Bank, 2001; Fumega, 2013; Warburton, 1997), há um grupo deles que demonstra ser uma peça fundamental na criação de alternativas e soluções: os cidadãos (Lourenço & Costa, 2007; Wehler, 1995). Os cidadãos- individuais ou coletivos- são uma peça crucial entre as partes interessadas graças à riqueza de informação/comentários/conselhos que podem trazer para o processo, uma vez que a sua contribuição não técnica traz à discussão informações ou detalhes que podem não ter sido considerados pelos restantes atores, incluindo técnicos e investigadores (African Development Bank, 2001; Arbter et al., 2007; Coleman & Gøtze, 2001; Geurts & Joldersma, 2001; Lourenço & Costa, 2007; Oakley, 1991).

Segundo White (1996), referenciada anteriormente, a participação deve ser sustentada em dois pilares- “quem participa” e no “nível de participação” -, permitindo assim que se criem mecanismos para atrair para os processos participativos *stakeholders* específicos, com a particularidade de estarem presentes participantes representativos de vários setores (cidadãos, especialistas, empresas, técnicos, entre outros). Neste sentido os “Interesses na participação”, Anexo 1, Tabela 5.1, adaptada de White (1996), tem como objetivo traduzir as diversas tipologias, abordagens e correspondentes funções dos processos participativos:

- Participação Nominal: governos que utilizam os cidadãos como recurso para legitimar o seu interesse pelo seu envolvimento nas tomadas de decisões políticas. Por outro lado, os cidadãos ganham visibilidade e inclusão na esfera social e política;
- Participação Instrumental: é utilizado o trabalho dos cidadãos/comunidade (a seu custo) para concretizar as mudanças pretendidas na sociedade, sendo um processo eficiente por não ser necessária mão-de-obra/trabalhadores externos;
- Participação Representativa: os cidadãos são convidados a mostrar a sua capacidade de lidar e envolver-se em novas iniciativas por parte do governo. Deste modo, os cidadãos acabam por ganhar influência dentro do círculo político;
- Participação Transformativa: a participação entre governo e cidadãos ocorre de forma bilateral;

A autora descreve ainda que o quadro tem um objetivo mais teórico do que prático, uma vez que "(...) Raramente algum destes tipos [tipologias de participação] aparece numa forma "pura.", portanto estas tipologias de informação existem dinamicamente. É importante compreender que os interesses dos envolvidos são diversos e podem mudar, pelo que não se deve assumir que os processos participativos ocorrem linearmente, devendo-se reconhecer, também, que a participação e o poder estão ligados e devem gerar conflito para que haja progresso (White, 1996; Fumega, 2018). Teixeira (2001) acrescenta ainda que os processos participativos e conflitos gerados evoluem consoante o meio (contexto social, histórico e geográfico), mas não implica que não existam fatores de continuidade no meio (Teixeira, 2001). Neste sentido, o autor destaca quatro tipos de dimensão dos processos participativos: dimensão educativa (capacitação e comunicação entre atores por forma a ultrapassar conflitos e fomentar o sentido de responsabilidade partilhada; tem função pedagógica), dimensão expressivo-simbólica (assenta na lógica da solidariedade e integração), dimensão decisória e dimensão baseada no controlo social na gestão das políticas públicas (dimensão aberta e plural).

Tal como, foram surgindo ao longo do tempo, diferentes definições para "participação", foram surgindo também categorias descritivas com base na sua função, objetivo e impacte pelos/nos atores que usufruem dos momentos de participação. Sherry Arnstein foi uma das autoras a descrever o papel da participação como tendo um papel democrático, pois a participação cívica diz respeito à redistribuição de poder das autoridades para os cidadãos (Arnstein, 1969; Lourenço & Costa, 2007). Desta forma, criou a "A Escada da Participação", um modelo de participação que tem como objetivo descrever a participação dos cidadãos através de

níveis ("degraus"), Anexo 1, Figura 5.1. Este modelo pressupõe uma crítica ao poder político local norte-americano nos programas de desenvolvimento urbano (Arnstein, 1969).

A escada de participação de Arnstein (1969) é um dos primeiros modelos explicativos sobre a relação entre a sociedade civil e a os agentes políticos (Fedotova et al., 2012; Rosa, 2008). Este modelo divide os tipos de participação pública em oito patamares consoante o resultado, agrupando-os em 3 níveis:

- "1º Nível" - Não-participação- correspondem os degraus "Manipulação" (1) e "Terapia" (2), os cidadãos têm um papel passivo enquanto os detentores de poder têm o dever de os capacitar para o tema do processo participativo (Arnstein, 1969).
- "2º Nível" - "Tokenismo" - Caracterizado pelos degraus "Informação" (3), "Consulta" (4) e "Apaziguamento". Os cidadãos já contextualizados para o tema do processo, passam novamente por uma fase de aprendizagem e de possível discussão, não lhes sendo garantido que os seus interesses ou conselhos serão tidos em conta.
- "3º Nível" - "Poder do Cidadão" - a que correspondem os degraus "Parceria" (6), "Delegação de Poder" (7) e "Controlo do Cidadão" (8). O cidadão ganha autonomia e torna-se um agente ativo na vida política.

A "Escada da Participação" foi dos primeiros modelos a contextualizar o papel e os níveis de participação que os cidadãos têm nos processos de participação e como sendo um dos primeiros, resultam algumas falhas várias no mesmo: a tentativa de definir quem é e quem não é detentor de poder (definir dois grupos distintos com base no poder que exercem não é concebível na sua totalidade, porque existem variáveis que os tornam heterogéneos), a ausência de reconhecimento de delimitações à participação (fatores económicos, sociais, políticos, religiosos) e o facto de oito níveis de participação não fazerem jus à realidade (Connor, 1988; Fumega, 2013; Potapchuk, 1991).

Após esta primeira introdução de um modelo-guia do funcionamento de um processo participativo, começaram a surgir outros modelos, um deles intitulado de "A nova escada da participação", por Connor D. (1988), Anexo1, Figura 5.2. O modelo de escada por Desmond M. Connor é descrito pelo mesmo como um modelo vasto, que pode ser aplicado em contexto de prevenção ou resolução de conflitos sobre políticas, programas ou projetos concretos, quer em contextos sociais diferentes, assim como geográficos (exemplo: espaço rural, suburbano ou urbano), quer desenvolvidos pelo setor público como privado. É ainda descrito pelo autor como um modelo cumulativo, dado que pode levar à criação de processos paralelos até que

se cheguem a soluções, e por isso mesmo poderá necessitar de várias abordagens e aplicação de vários métodos.

A grande diferença entre as escadas de participação de Arnstein e Connor está no poder concedido aos cidadãos, uma vez que na primeira, o cidadão vai ganhando controlo do processo à medida que o mesmo se desenrola. Na segunda, as etapas do processo são divididas, impedindo que os cidadãos assumam controlo no processo mesmo que cheguem a soluções, sendo que a partir da etapa do "Planeamento Conjunto" até ao "Litígio", quem assume o processo já não são os cidadãos, mas sim autoridades representativas dos mesmos, sem que seja indicado pelo autor a existência de partilha de informação entre representantes e o grupo que estão a representar (Fumega, 2013).

Potapchuck (1991) foi um dos autores a desenvolver uma metodologia de participação diferente dos autores anteriores, reforçando a ideia de que o consenso entre a sociedade deve assegurar como base a participação de grupos representativos nas tomadas de decisão, pois são esses grupos que trazem novas visões e estratégias (Fumega, 2013; Potapchuk, 1991). O autor, com "Os níveis de tomada de decisão partilhada", Anexo 1, Figura 5.3, destaca ainda a importância de definir e comunicar previamente aos participantes os objetivos e expectativas, para que no final os participantes não tenham ganho falsas expectativas, o que poderia levar a desacreditar no seu poder de impacte nos processos participativos e de tomada de decisão (Potapchuk, 1991). Assim, um envolvimento precoce, com partilha de informação, identificação de alternativas e atingir o consenso, são o meio para a criação de uma comunidade inclusiva, colaborativa e ativa (Bruns, 2003; Potapchuk, 1991).

Segundo o modelo de Potapchuck, W. (1991), a tomada de decisão pode ser entregue unicamente ao governo, ao governo e a um grupo, ou delegada a um grupo, importando também de seguida perceber quem é que o governo tem interesse em consultar, se cidadãos ou grupos representativos (Bruns, 2003; Fumega, 2013; Potapchuk, 1991). Esta última escolha pode ser bastante complexa, dado o âmbito do processo participativo e a influência que os cidadãos, ou grupos representativos, podem ter na criação de um consenso ou, pelo contrário, incentivo ao conflito (Bruns, 2003).

A "Escada de participação da comunidade em países em desenvolvimento", por Choguill (1996), Anexo1, Figura 5.4, surge da tentativa de adaptar a "escada" de Arnstein (1969) para processos participativos a ocorrer em países em desenvolvimento, baseando-se no poder da participação das comunidades como influência na tomada de decisões, assim como na criação de iniciativas de ajuda mútua, para que assim consigam beneficiar de necessidades básicas, como o acesso a habitações (Bruns, 2003; Choguill, 1996; Fumega, 2013).

Neste sentido, a autora sugere uma nova terminologia positiva para os níveis da “escada”, contrabalançando com a usada por Arnstein, S. (1969). Este modelo, à semelhança da “Escada da Participação” divide os tipos de participação pública em patamares consoante o resultado final, agrupando-os em quatro níveis, sendo a orientação da “escada” de cima para baixo:

- “1º Nível” - “Apoio” - O degrau mais alto da “escada” é o “Empoderamento”, depois a “Parceira” e por último “Conciliação”. Neste nível da “escada”, é concedido poder total ou parcial à medida que os patamares aumentam (Choguill, 1996).
- “2º Nível” - “Manipulação” - A partir deste nível para baixo, o envolvimento direto da comunidade na tomada de decisão torna-se gradualmente mais reduzida. Neste nível, fazem parte a “Dissimulação”, “Diplomacia” e “Informação”, todos eles patamares em que é dada uma falsa premissa de importância e papel de mudança à comunidade (Choguill, 1996).
- “3º Nível” - “Rejeição” - Neste nível encontra-se apenas um patamar, a “Conspiração”, descrevendo que a comunidade não possui qualquer tipo de intervenção e é-lhe incorporado o preconceito de inferioridade e são excluídos da arena política (Choguill, 1996).
- “4º Nível” - “Negligência” - O oitavo e último degrau corresponde ao patamar da “Autogestão”, referindo-se diretamente ao papel exercido pela comunidade em combater a abstinência das autoridades políticas na tomada de decisão para a sociedade (Choguill, 1996). O primeiro patamar da “escada” contrasta com o último, pois, apesar de em ambas ser a comunidade a ter 100% de poder, no último degrau, comparativamente ao primeiro, os cidadãos não tem qualquer apoio de atores externos ou dos atores políticos que fazem parte da comunidade.

Tal como acontece na “Escada da participação” de Arnstein, a autora da escada anterior utiliza termos que depreendem uma conotação negativa (exemplo: manipulação, dissimulação, conspiração, entre outros) e segundo Burns (2003) e Fumega (2013), a metodologia da escada de Choguill (1996) assume que os níveis mais elevados da escada correspondem ao objetivo mais desejado, enquanto os níveis mais baixos correspondem a uma arena de manipulação e contenção política por parte do governo.

Como em Potapchuk (1991), também “Os níveis de cogestão”, por Berkes (1994) *vide* Bruns (2003), Anexo 1, Figura 5.5, são descritos utilizando uma linguagem neutra, focando-se no envolvimento partilhado entre governo e cidadãos na gestão da comunidade: sete níveis de cogestão entre a comunidade e o governo, em que não só o governo assume um papel de

responsabilidade e poder, como os pode delegar à comunidade (Bruns, 2003; Fumega, 2013). À semelhança dos modelos analisados anteriormente, também no esquema de cogestão desenvolvido por Berkes, se encontra uma hierarquia ascendente (começando no nível 1), em que nos primeiros níveis o poder do cidadão é residual, ou reduzido, e nos níveis finais o poder do cidadão chega quase a ser compatível com o do governo ou outros decisores políticos incluídos. Tal como Potapchuck (1991), Berkes utiliza uma terminologia neutra no seu esquema (Bruns, 2003; Fumega, 2013).

Jules Pretty (1995) sugere um esquema de tipologias de participação baseados no comportamento dos cidadãos, Anexo 1, Figura 5.6, desta forma, à semelhança de Arnstein, o esquema foca-se na delegação do poder das autoridades/decisores políticos aos cidadãos. Como Arnstein (1969) e Choguill (1996), também Pretty utiliza um vocabulário conotativamente negativo para descrever os tipos de participação que existem do ponto de vista do envolvimento da comunidade, recorrendo não só ao título que dedica ao tipo de participação, como às próprias definições que lhes confere (Fumega, 2013; Pretty, 1995). As tipologias de participação definidas por Pretty mostram sequencialmente o envolvimento do cidadão, desde um estado em que não tem qualquer poder sobre o processo participativo, que corresponde à "Participação Manipulativa", à primeira situação como cidadão ativo e participativo (apesar de não participar na tomada de decisão), na "Participação Consultiva", atingindo o máximo poder de cidadania ativa na "Automobilização" (Pretty, 1995).

No mesmo ano, o *African Development Bank* desenvolveu um esquema com vários níveis de envolvimento, desta vez direcionados para os *stakeholders*, representado na Anexo 1, Figura 5.7. Estes níveis de envolvimento dos *stakeholders*, que são definidos segundo a definição de participação no contexto de desenvolvimento pelo *African Development Bank* como "(...) pessoas com interesse (*stakeholders*) influenciam e partilham o controlo sobre as iniciativas de desenvolvimento e as decisões e recursos que as afetam.", vão depender da dimensão e acuidade de cada *stakeholder* no processo participativo (African Development Bank, 2001). Como nos esquemas mencionados anteriormente, também este descreve progressivamente o envolvimento dos *stakeholders* para com os restantes cidadãos e para com o processo participativo, dividindo o processo em dois: a "consulta" (os primeiros três níveis), que é uma etapa de aprendizagem e de comunicação entre cidadãos e *stakeholders*; e a "Participação" (últimos três degraus), em que todos os envolvidos tomam uma posição colaborativa. Destaque-se que é apenas no último patamar, o "Empoderamento" que é mencionada a capacitação, pelo que se entende que para os autores, a "capacitação" corresponde ao ensinar a desempenhar o papel de autoridade/agente de tomada de decisão.

Estes autores, e restantes cuja colaboração para definições metodológicas de participação pública que não foram mencionados no presente documento, criaram enormes contributos para a conceção de duas das mais conhecidas e usadas tipologias de participação em contexto de democracia ativa e participativa: "Os níveis de participação pública" pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em 2001 e o "O espectro da participação pública" em 2000 pela Associação Internacional para a Participação Pública (AIP2). Segundo "Os níveis de participação pública", Figura 2.1, a participação e colaboração entre o governo e os cidadãos encontra-se dividida em três níveis de ordem ascendente: "Informação", "Consulta" e "Participação Ativa".

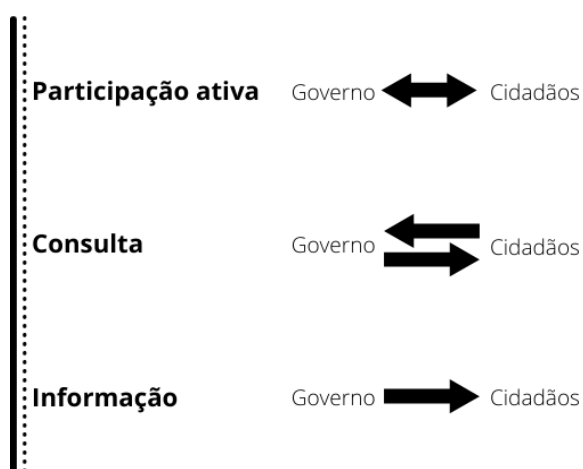


Figura 2.1- Os níveis da participação pública (Fonte: Adaptado de Rosa, P. (2008)).

A "Informação", primeiro nível de participação, corresponde a uma relação de sentido único e *top-down* entre o governo e os cidadãos em que, citando Rosa, P. (2008) abrange tanto o acesso "passivo" à informação a pedido dos cidadãos como medidas "ativas" do governo para divulgar informação aos cidadãos.". Como exemplos deste tipo de participação, têm-se o acesso a registos públicos, jornais oficiais e website do governo (OCDE, 2002; Rosa, 2008).

O segundo patamar, a "Consulta", diz respeito a uma relação bidirecional entre a comunidade e os cidadãos. Os cidadãos são consultados- por exemplo recorrendo a pesquisas de opinião pública- sob o objetivo de contribuírem através de feedback a assuntos previamente decididos pelo governo, como exemplo pedirem feedback sobre propostas de legislação (Fedotova et al., 2012; OCDE, 2002; Rosa, 2008).

À semelhança da "Consulta", o terceiro e último patamar, a "Participação Ativa", também a relação entre o governo e os cidadãos é bidirecional, com a pequena diferença de que funcionam como parceiros. Nesse sentido, a comunidade passa a ter um papel ativo na criação

de políticas- através de grupos de trabalho abertos, processos de diálogo, painéis legisladores, entre outros-, sendo que a decisão final é sempre tomada pelo governo (Fedotova et al., 2012; OCDE, 2002; Rosa, 2008).

Para Rosa, P. (2008), este modelo é obsoleto, uma vez que em nenhum dos patamares o cidadão possui uma posição ativa e 100% integral, uma vez que, mesmo na "Participação Ativa", é o governo quem toma a decisão final e o cidadão é apenas um peão de monitorização dos resultados dessa decisão.

O "Espectro da participação pública", desenvolvido pelo IAP2, Figura 2.2, surgiu com o objetivo de auxiliar à seleção do nível de participação cidadã necessária para qualquer processo de participação pública, sendo que desde que foi concebido, tem sido amplamente utilizado como referência para processos participativos a nível internacional (IAP2, 2018). Em contrapartida com Arnstein (1969) e outros, o objetivo é que o cidadão esteja envolvido principalmente nas decisões finais tomadas a nível governamental, mas que seja envolvido em todo o processo e não só em níveis específicos do espectro/"escada". O espectro foi também concebido no sentido de ser adequado para grupos de cidadãos, comunidades, público em geral, entre outros, podendo ser também utilizado tanto da perspectiva de um governo, como organizações públicas e privadas (Bruns, 2003).

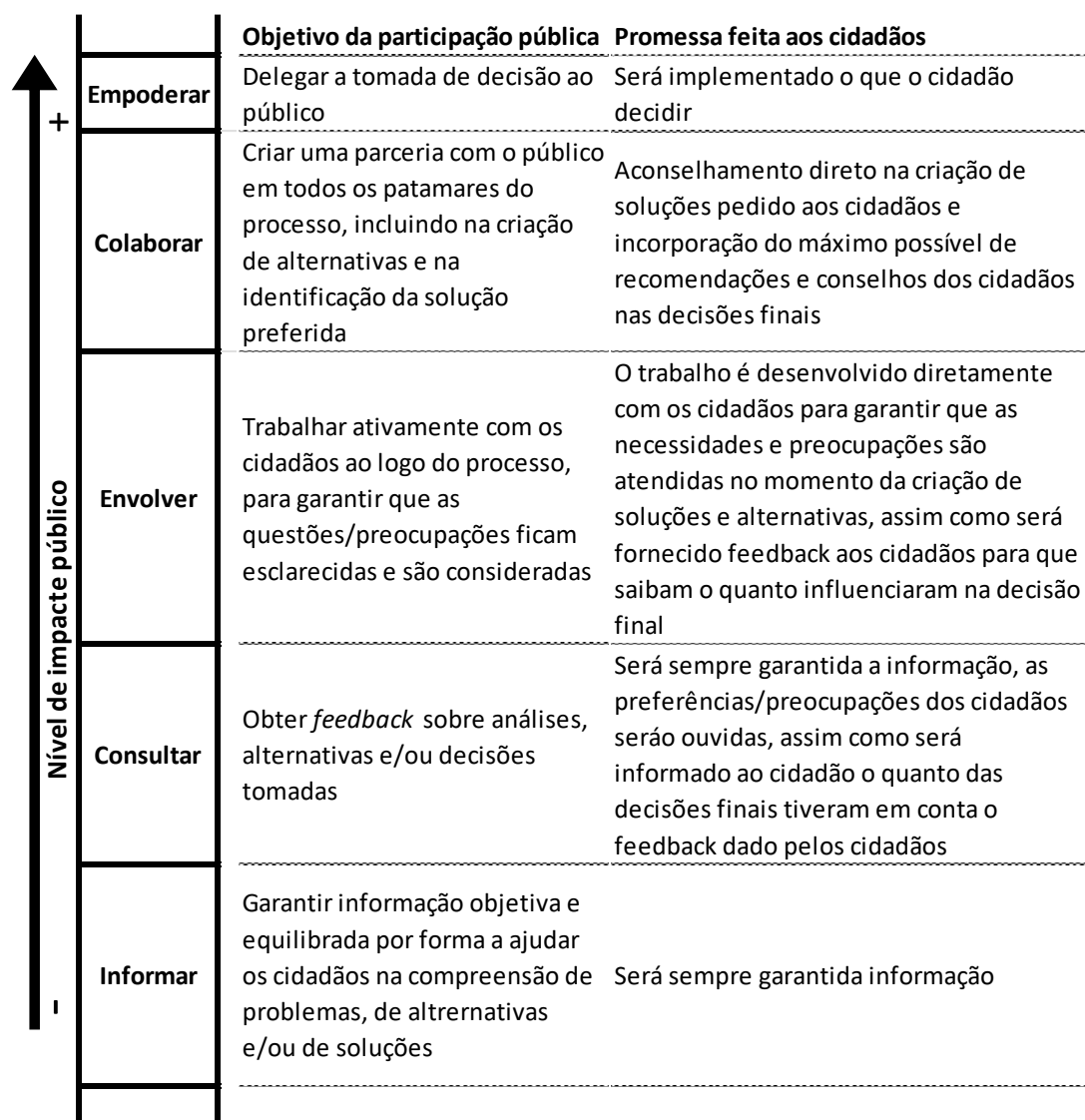


Figura 2.2- Espectro da participação pública (Fonte: Adaptado de IAP2 (2018)).

Destaque-se também que em todos os níveis do espectro, a relação entre, por exemplo, o governo e o cidadão, são bilaterais em termos de comunicação e interação, diferindo no grau de envolvimento e influência por parte dos cidadãos (Bruns, 2003). O último patamar do espectro, o “Empoderamento” não define quem é que toma a decisão final, mas sim deixa em aberto que não é o governo/organização que determina a decisão final, pois não pode tomar decisões unilaterais (Bruns, 2003).

De todos estes modelos mencionados, assim como os que não foram mencionados, depreende-se que com o tempo, o propósito da participação pública foi-se alterando, passando de meio para legitimar a elaboração de políticas para colaboração com *stakeholders* como meio para a elaboração de políticas (Arnstein, 1969; Lourenço & Costa, 2007) . Neste sentido, o modelo mais se adequa e sintoniza com os modelos apresentados na dissertação é o espectro da participação pública IAP2.

2.2 Funcionamento dos Processos Participativos

Segundo Creighton (2005), os processos de participação ativa correspondem a processos pelo qual as carências, inquietações e valores do público são incorporados na tomada de decisão final (assumindo um elevado peso nesta decisão), através da interação entre o público (*stakeholders*) e os decisores políticos. Para que os processos ocorram no sentido do cumprimento dos seus objetivos essenciais, é necessário que se façam atender as seguintes boas práticas (Beierle & Konisky, 2000; Rosa, 2008; Rowe & Frewer, 2000):

- Assegurar, respeitar, incluir e cumprir os interesses e valores dos cidadãos no processo de decisão;
- Capacitar e envolver o público para os temas em análise e qualificar os participantes para a qualidade na tomada de decisão desde o início do projeto, assim como reportar aos mesmos os resultados e o feedback dos seus contributos;
- Deve ser conduzido pelos facilitadores/ moderadores de forma independente dos interesses dos envolvidos excetuando o interesse comum para o sucesso do projeto, exigindo compromisso e empenho pelos mesmos;
- Gestão de conflitos adequada e gerida pelos facilitadores/moderadores para os momentos de interação entre participantes, promovendo sempre o consenso;
- Preservação e incentivo à confiança nos serviços públicos;
- Gerar resultados inovadores, que causem impacto e que reflitam o contributo dos cidadãos.

Não obstante, é o grau de envolvimento entre os vários participantes que traduzirá um processo participativo heterogéneo em soluções finais, equitativo perante as partes envolvidas (uma vez que gera debate entre possíveis oposições), com uma forte componente de facilitação e com elevado grau de conhecimento (resultante da comunicação/interação ativa entre partes interessadas) (Cabrita das Dores, 2009). Destaque-se o perfil do facilitador/moderador, que tem o papel fundamental de encaminhar o processo participativo no sentido da conquista de soluções em grupo e do consenso, tendo uma sempre posição imparcial, informada, apaziguadora e de inclusão desde o início à conclusão do processo (Rosa, 2008). Atente-se, também, à importância da escolha dos *stakeholders* para o projeto, uma vez que a sua participação no processo deverá ser ativa e interativa, pelo que se pretende que haja não só homogeneidade na seleção, como na contribuição da sua participação: *stakeholders* que provisionam informação sobre os impactos do projeto, os que contribuem com conhecimento local e

vivências pessoais, *stakeholders* que contribuem com informação técnica para a solução do problema e os participantes que tem como papel fundamental a concretização/implementação final do projeto (African Development Bank, 2001; Arbter et al., 2007; Coleman & Gøtze, 2001; Fumega, 2013; Geurts & Joldersma, 2001; Lourenço & Costa, 2007; Oakley, 1991; Rosa, 2008; Warburton, 1997). Os processos participativos são comumente organizados da seguinte forma que (Rosa, 2008):

- Identificação do âmbito- é descrito o seu objetivo, barreiras do projeto, o envolvimento que se pretende por parte dos cidadãos;
- Explicação sobre a necessidade da realização de um processo participativo- são feitos os esclarecimentos necessários sobre a utilidade da realização do processo e contextualização deste no projeto em concreto, permitindo aos cidadãos escolher ou não participar ativamente no processo;
- Enquadramento do processo participativo- é feita uma análise à estrutura do projeto, posteriormente sendo apresentada ao cidadão, para que possam estar instruídos para as temáticas a desenvolver ao longo do processo;
- Seleção dos *stakeholders*- as partes interessadas a incluir deverão ser dos vários contextos sociais, económicos, religiosos (entre outros), que tenham interesse em participar, que tenham interesse para o projeto, que sejam afetos pelo projeto, cidadãos comuns, academia e decisores políticos;
- Descrição dos outputs esperados ao processo- estes outputs traduzem-se em elementos-chave para a criação da metodologia do processo participativo, podendo constituir relatórios, posters, animações, multimédia, entre outros;
- Definição dos resultados esperados ao processo- esta etapa é fundamental pois compreende descrição de quais são as respostas que se pretendem com a realização deste processo participativo;
- Planeamento do processo participativo- nesta última etapa, estabelece-se, dentro das demais indispensabilidades, o local onde decorrerá o processo, qual o tempo que levará até à sua conclusão, como estarão dispostas as partes interessadas para a interação, quais as técnicas a utilizar para facilitar a interação dos participantes e a sua colaboração para o processo, os custos associados ao processo participativo.

Embora esta sequência de passos pareça desenvolver-se de forma autónoma, a verdade é que a intenção é criar-se uma dependência entre cada uma das etapas criadas, por forma a criar-se um processo dinâmico e interativo (Rosa, 2008). É importante ainda destacar a importância dos cidadãos nos processos- para além do ganho intrínseco de sensibilização/informação para

novas técnicas, uma vez que têm papel fundamental para governação democrática da ciência e contribuem com conhecimento social e de causa (que muitas vezes transcende o técnico), bases para uma criação de políticas transversais aos vários atores envolvidos (Engage2020, 2015). Neste sentido, destaque-se a importância do participante no desenvolver do processo participativo, com base nos "Pressupostos da Teoria do Planeamento Colaborativo", por Oels, A. (2006) *vide* Vasconcelos *et. al* (2021) representado na Figura 2.3.

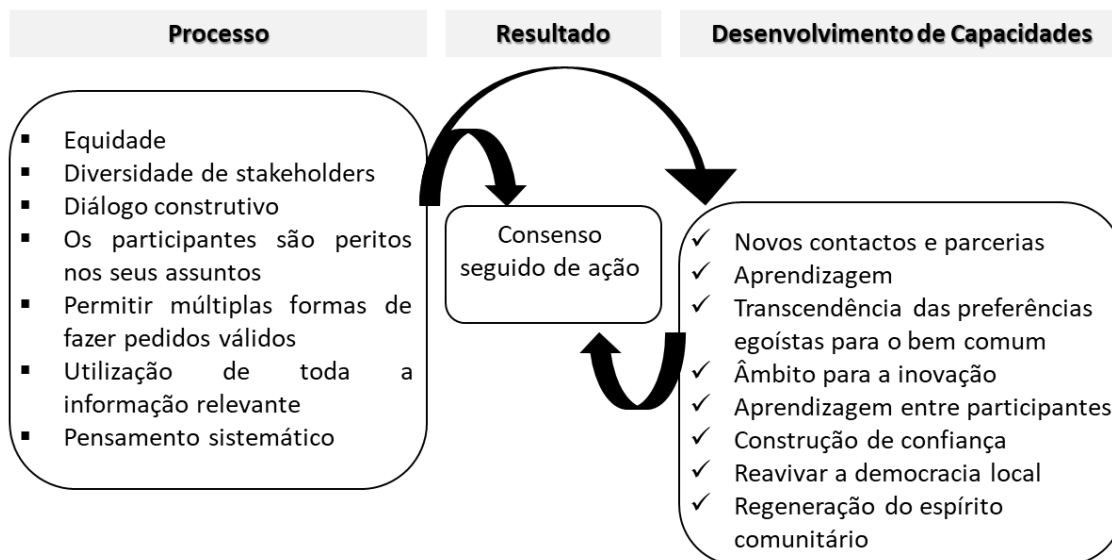


Figura 2.3- Pressupostos da Teoria do Planeamento Colaborativo (Fonte: Adaptado de Vasconcelos et al. (2021)).

Segundo as características apresentadas para o processo na figura, o produto de um processo é por si só o processo de colaboração dos seus intervenientes (Vasconcelos et al., 2021), pois são as características colaborativas apresentadas durante o processo que promovem as capacidades aos participantes de chegar ao consenso.

2.2.1. Métodos de Participação

Para facilitar o momento de interação entre participantes e para promover e melhorar a qualidade dos resultados, existe um complexo número de métodos² e técnicas a utilizar em processos de participação ativa (Rosa, 2008). Em 1997, Diane Warburton, desenvolveu um estudo intensivo sobre a participação no meio rural, intitulado de *"Participatory Action in the*

² Existe uma diferença entre metodologia e técnicas utilizadas para os processos, uma vez que a primeira corresponde a um procedimento utilizado para desempenhar um papel concreto- um meio para atingir um fim-, sendo a segunda uma ferramenta de apoio à primeira (Engage2020; 2015).

Countryside: A Literature Review”, para a Comissão do Interior do Reino Unido, criando um documento base sobre a participação pública, mencionando a metodologia de Arnstein, dicas para aumentar os níveis de participação, fazendo ainda uma lista intensiva de: recursos de preparação para a participação, abordagens à participação, métodos e técnicas usados como apoio ao processo participativo em Anexo 1, Figura 5.8, pesquisa e análise participativa dos factos, divulgação de informação, estruturas de participação e de agências de apoio e técnicas de participação. Em 2000, Rowe e Frewer avançam com uma lista dos oito métodos mais utilizados com base numa extensa bibliografia consultada, destacando-se: o referendo, as audiências públicas ou questionários, os questionários de opinião pública, a negociação de regras a aplicar, conferências de consenso, painel/júri de cidadãos, comité consultivo do público/cidadão e grupos *focus*. Mas qual a melhor forma de saber qual o método que melhor se adequa ao processo participativo e projeto? Os autores desenvolveram uma categoria de critérios, baseada em: critérios de aceitação e critérios de processo. O primeiro grupo de critérios dizem respeito ao design e implementação do projeto e os últimos à recetividade dos métodos pelo público (Rosa, 2008; Rowe & Frewer, 2000):

Crítérios de aceitação

- Representatividade- Os participantes escolhidos devem ser representativos e uma boa amostra da população;
- Independência- O processo de participação não pode atender a interesses privados e ser conduzido de forma imparcial;
- Acompanhamento precoce- Os participantes devem ser envolvidos o mais rapidamente no processo;
- Influência- As contribuições provenientes do processo devem gerar impacto no produto final do projeto;
- Transparência- O processo deve ser transparente e claro para todos (não só os seus intervenientes).

Crítérios de processo

- Acesso a recursos- Para o processo se desenvolver com sucesso, são necessários os recursos humanos, técnicos, materiais, económicos e de tempo que foram estabelecidos inicialmente ou para que o processo seja eficaz.
- Definição do âmbito- O âmbito do projeto e os objetivos pretendidos devem estar claramente esclarecidos;

- Enquadramento da tomada de decisão- O processo participativo deve estar devidamente dimensionado para os objetivos a atingir (métodos e técnicas devem estar corretamente enquadrados nos objetivos do processo);
- Custo-benefício- O processo deve produzir benefícios para os patrocinadores combinando a melhor solução em recursos.

Com o desenvolver das TIC, e da evolução das técnicas e métodos de participação, o projeto "Engage2020" financiado pela União Europeia, veio trazer uma ferramenta tecnológica inovadora e prática para auxiliar os processos participativos e catalogar quais os métodos e técnicas existentes de uma forma mais acessível e de rápida consulta. Numa fase inicial do projeto, através de questionários a vários especialistas na área da participação pública, foram recolhidas informações acerca de métodos e técnicas existentes, com base no grau de aplicação, nos *stakeholders* envolvidos e tipo de envolvimento e âmbito do processo participativo, resultando um total de 57³ métodos e técnicas para aplicar em contextos de participação. A plataforma *online* do projeto, "*ActionCatalogue*", permite aos organizadores de um projeto que exija uma componente colaborativa e participativa, escolher quais as melhores técnicas e métodos a aplicar no contexto do seu projeto (Figura 2.4) (Engage2020, 2015).

³ De entre os métodos, a plataforma considera: pesquisa de ação; caravana; prémios de desafio; *charrette*; *citizen compass*; júri de cidadãos; ciência cidadã; cimeira dos cidadãos; visões cidadãs sobre ciência, tecnologia e inovação (CIVISTI); audiências do cidadão; assembleia de cidadãos; diálogo cívico; investigação comunitária (participativa); conferência de consenso; *workshop* de consenso; *crowd wise*; democracia profunda- o Método Lewis; *workshops* deliberativos (mini-públicos); mapeamento deliberativo; fórum deliberativo online; sondagem deliberativa; método delphi; pesquisa de currículo orientada pela procura; reunião deliberativa de cidadãos; enriquecimento por *co-design*; conferência de investigação futura; *workshop* de futuro; grupo Delphi; entrevista em grupo com uma sessão de *co-design*; *Hackathon*; *intake question to research question*; grupos de trabalho interdisciplinares; atelier de conhecimento; levantamento de necessidades das organizações da sociedade civil; *open space technology*; orçamento participativo; desenho participativo (*co-design* e investigação baseada na prática); modelação participativa; sensoriamto participativo; *workshop* de perspectiva; desenho interativo-reflexivo; *research agenda camp*; mapeamento de fluxo de recursos; *workshop* de cenários; loja de ciência; teatro científico; semana da ciência; jogos educativos; grupos de trabalho de *stakeholders*; comité de utilizadores; *world café*; e visões mundiais (*www*). Como técnicas, considera: diálogo distribuído; e-conferência; grupos *focus*; painel de futuro; entrevistas; análise de decisão com múlti-critério; e metodologia Q- seleção de intervenientes.

Esta plataforma ajuda os organizadores de processos participativos a escolherem qual dos métodos de participação se adequam melhor às especificidades dos seus processos, assim como acaba por funcionar como um repositório de informação sobre métodos e técnicas de auxílio aos processos de participação pública.

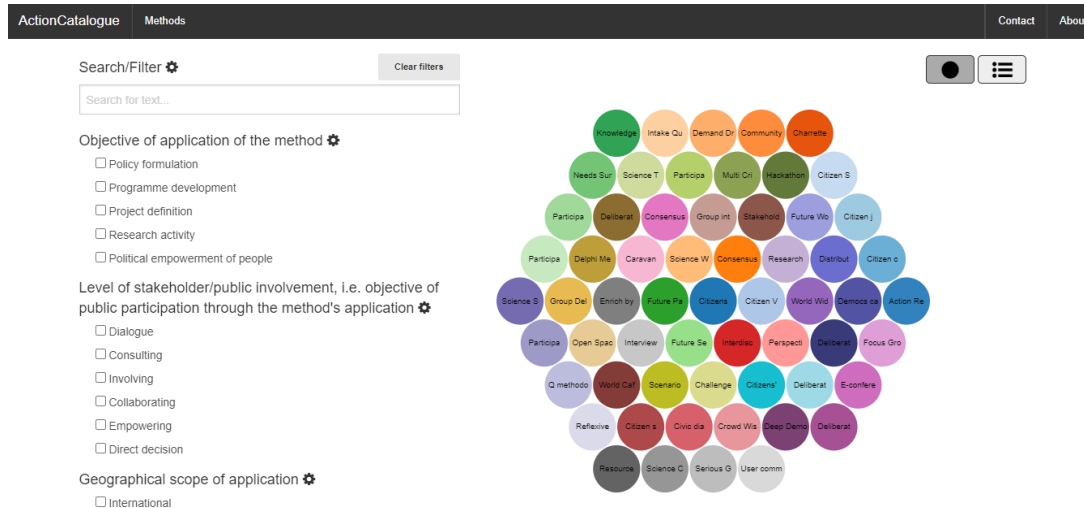


Figura 2.4- Sítio na internet correspondente ao "ActionCatalogue" (Fonte: Engage2020 (2021)).

2.2.2. Resistência aos Processos de Participação

Apesar de ser uma ferramenta de inclusão e de envolvimento do cidadão na agenda política e local, alguns autores consideram que a inclusão de cidadãos através da participação presencial⁴ nas decisões técnicas e/ou políticas não é necessária (Rosa, 2008). Charnley e Engelbert (2005) descrevem que a participação pública pode gerar o aumento do conflito entre os cidadãos e as entidades organizadoras do processo, com conseqüente instabilidade social, assim como crescem o custo e aumentam o tempo aos projetos. É uma desvantagem para o processo participativo a falta de clareza nos processos, o que pode levar a expectativas não atingidas pelos participantes, fazendo com que se sintam frustrados com o resultado da sua prestação no projeto (Coleman & Gøtze, 2004; Rosa, 2008). Segundo Almond e Verba *vide* Roberts (2004), os cidadãos têm falta de interesse em política, em deliberações demoradas, assim como não possuem conhecimentos técnicos necessários para acompanharem os projetos (Charnley & Engelbert, 2005; Coleman & Gøtze, 2004; Roberts, 2004). Outra das razões pela qual alguns autores levantam questões acerca da participação pública trata-se de poder ser ela mesma pouco inclusiva e democrática, por considerar apenas alguns cidadãos e não todas

⁴ Para efeitos de compreensão, foi necessário diferenciar o conceito de participação para presencial/cara-a-cara e eletrónica/online. A separação dos conceitos ficará esclarecida no capítulo seguinte.

as esferas sociais, culturais e económicas em que os cidadãos se inserem (Charnley & Engelbert, 2005; Rosa, 2008).

Por outro lado, é importante salientar que a participação cidadã tem um papel evolutivo na sociedade e tem um impacto nos cidadãos, oferecendo-lhes oportunidade para se aproximar do governo, ganhar conhecimento sobre as políticas que os afetam, tornando-os cidadãos ativos e com maior capacidade de deliberação e colaboração em comunidade (Carson & Gelber, 2001; Roberts, 2004; Rosa, 2008). Contrariamente ao que Charnley e Engelbert (2005) consideram, a participação do cidadão na formulação de políticas e tomada de decisão, não só reduz os conflitos com as entidades governamentais, como permite que o ambiente sociopolítico dure mais, uma vez que as considerações dos cidadãos são tidas em conta e as políticas poderão ser melhor implementadas (dada a inexistência de resistência do lado do cidadão) (OCDE, 2002; Rosa, 2008). A participação garante, também, apoio e informação aos cidadãos, uma vez que os considera para a discussão dos projetos, implicando que estes saibam deliberar e contribuir para o sucesso do projeto, adicionando uma dimensão de confiança entre a relação cidadão-governo e uma maior transparência a este último (Carson & Gelber, 2001; OCDE, 2002; Rosa, 2008).

As definições consideradas, os modelos e tipologias enumerados, desafios e sucessos, são apenas parte de uma numerosa literatura existente e em continua construção. A participação e as suas especificações, são um instrumento que continuará a sofrer adaptações num futuro próximo e que por isso não carece de uma definição fechada, apenas ficando claro que: participação é um meio para atingir o consenso, terminar conflitos, educar, empoderar, um instrumento para a igualdade e criar condições para uma sociedade mais ativa e colaborativa.

2.3 Participação *Online*, Eletrónica, Digital ou e-Participação

Antes de descrever o que é a participação eletrónica, é importante enquadrar cronologicamente o seu aparecimento. À medida que a participação cidadã começou a ser um denominador comum para o desenvolvimento da sociedade, também o desenvolvimento de tecnologias de informação (TIC) (exemplo: internet) foi começando a crescer e a ser utilizada à mais ampla escala no início dos anos 80 atingindo um rápido desenvolvimento a partir do início do século 21 até à data, o que permitiu uma fusão entre os processos de participação e as TIC (Arnstein, 1969; Burke, 1968; Fedotova et al., 2012; He et al., 2017; Kim, 2008; Lourenço & Costa, 2007; Wirtz et al., 2018). A principal característica e utilidade das TIC advém do facto

de permitirem aceder, armazenar, transferir e partilhar informação (em tempo real) a um elevado número de pessoas ao mesmo tempo (He et al., 2017). Neste sentido, as TIC associadas aos processos de participação começaram a fazer parte de ferramentas de tomada de decisão democrática, pois fornecem meios aos cidadãos para se envolverem nas políticas públicas de uma forma mais rápida, como em projetos públicos ou privados, oferecendo-lhes, à partida, uma democracia mais participativa, embora este potencial ainda seja objeto de debate entre diversos autores (Macintosh, 2008). Assim, pode-se concluir que, não só a participação eletrónica, como subcampo da participação, é um objetivo desejável, tendo em conta a evolução tecnológica desde o final do século 21, como a proximidade destas TIC às pessoas levam a um natural aumento da responsabilidade governamental na proximidade aos cidadãos por meio destas (le Blanc, 2020).

Dada esta relação entre a participação e as TIC, e igualmente ao que aconteceu com a tentativa inicial de definição de participação, foram surgindo novas definições para esta “participação via tecnológica”, chamada de *eletronic participation (e-participation)*, participação *online* ou eletrónica em português. A e-participação uma ferramenta para tomada de decisão democrática (considerada por alguns autores como e-democracia) (Sæbø et al., 2008), em que o diálogo e consulta entre cidadãos e governos acontece por meio das TIC (Fedotova et al., 2012; Macintosh, 2004; Medaglia, 2012; Simonofski et al., 2017; Zheng, 2015). Outros autores vão mais longe, descrevendo-a como uma extensão, ou ramo, da e-governança (ou governança eletrónica) que tem como objetivo envolver os cidadãos na governança e tomada de decisão (Naranjo-Zolotov et al., 2019; OCDE, 2002; Welch, 2012; Wimmer, 2007). Islam, M. (2008), junta as definições anteriormente conjeturadas e define a e-participação como um subconjunto da e-governança e e-democracia, que se baseia na utilização das TIC como forma de facilitar a participação do governo e a governança em si. Desta forma, e em concordância com Ahmed, N. (2006) *vide* Pirannejad et al. (2019), a e-participação é vista como um fator estratégico para a melhoria do acesso à informação e serviços públicos, para capacitar os cidadãos em contexto singular, plural e democrático, de uma forma mais rápida, eficiente e inclusiva (Naranjo-Zolotov et al., 2019; Sæbø et al., 2008).

As Nações Unidas desenvolveram uma metodologia para avaliar o nível de e-participação e de desenvolvimento governamental eletrónico por país, chamando-a de “Índice de E-Participação” (IEP) e “Índice de Desenvolvimento da E-Governança” (IDEG)⁵. O primeiro índice tem em consideração plataformas e sites nacionais usados para a participação dos cidadãos,

⁵Para mais informação acerca do IEP e IDEG, consultar: <https://publicadministration.un.org/en/eparticipation> .

avalia se as políticas e estratégias e-governamentais estão a ser adequadamente aplicadas e se todos os setores da sociedade têm acesso a informação, tendo na sua metodologia a base dos conceitos de e-informação, e-consulta e tomada-de-decisão eletrónica. O segundo índice corresponde a uma média ponderada das pontuações resultantes dos 3 pilares mais importantes do governo eletrónico, que para as Nações Unidas, são: âmbito e qualidade dos serviços *online* (ISO), estado das infraestruturas de comunicação (IET) e capital humano inerente (ICH). De acordo o *Data Center* online⁶ das Nações Unidas para o ano de 2020, o continente europeu apresentou um EPI mais elevado comparado com os restantes continentes (0,7837), mas foi a Ásia que apresentou um índice de desenvolvimento da e-governância mais elevado, de 0,6373, como se pode confirmar pela Figura 2.5.

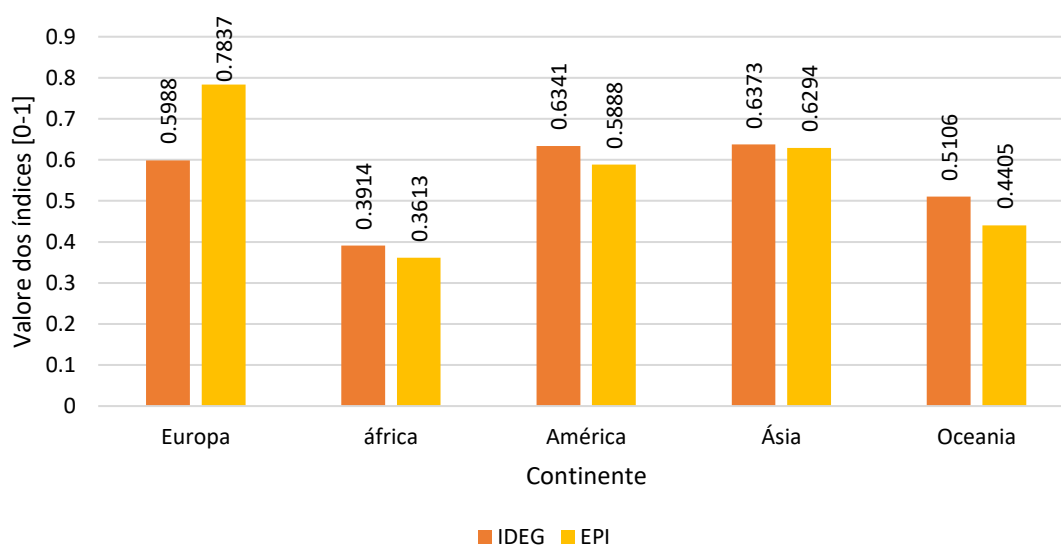


Figura 2.5- IDEG e IEP no mundo (Fonte: United Nations & World Bank, 2021).

Já no caso de Portugal, em 2020 (Figura 2.6), o índice de e-participação foi de 0,8214 (o EPI é avaliado de 0 a 1), tendo ficado posicionado em 41º lugar entre os 193 países que são avaliados pelo EPI e 0,2537 décimas à frente da média global dos 193 países, destacando-se que o país líder é a Estónia, com EPI de 1 (United Nations & World Bank, 2021). Em termos de desenvolvimento eletrónico governamental, o IDEG português é de 0,8255, 0,2267 acima do valor médio dos restantes países avaliados, sendo que quem lidera o *ranking* é a Dinamarca, como um IDEG de 0,9758 (United Nations & World Bank, 2021). É importante também destacar que Portugal tem estado num caminho crescente no que diz respeito aos índices IEP e IDEG, como se pode aferir pelo gráfico da Figura 2.5. No entanto, a sua posição entre os restantes

⁶Para mais informação acerca do IEP e IDEG referente aos países do mundo; consultar: <https://publicadministration.un.org/egovkb/Data-Center> .

193 países, tem-se mantido entre o 20º e 50º lugar ao longo destes 20 anos, aproximadamente (United Nations & World Bank, 2021). Destaque-se, também, nem todos os países tiveram o mesmo tipo de evolução assim como esta evolução aconteceu em tempos diferentes (embora com menos de uma década de diferença) (le Blanc, 2020), devendo-se também considerar que mesmo entre países desenvolvidos, a literacia digital ainda não se encontra ao acesso de toda a população.

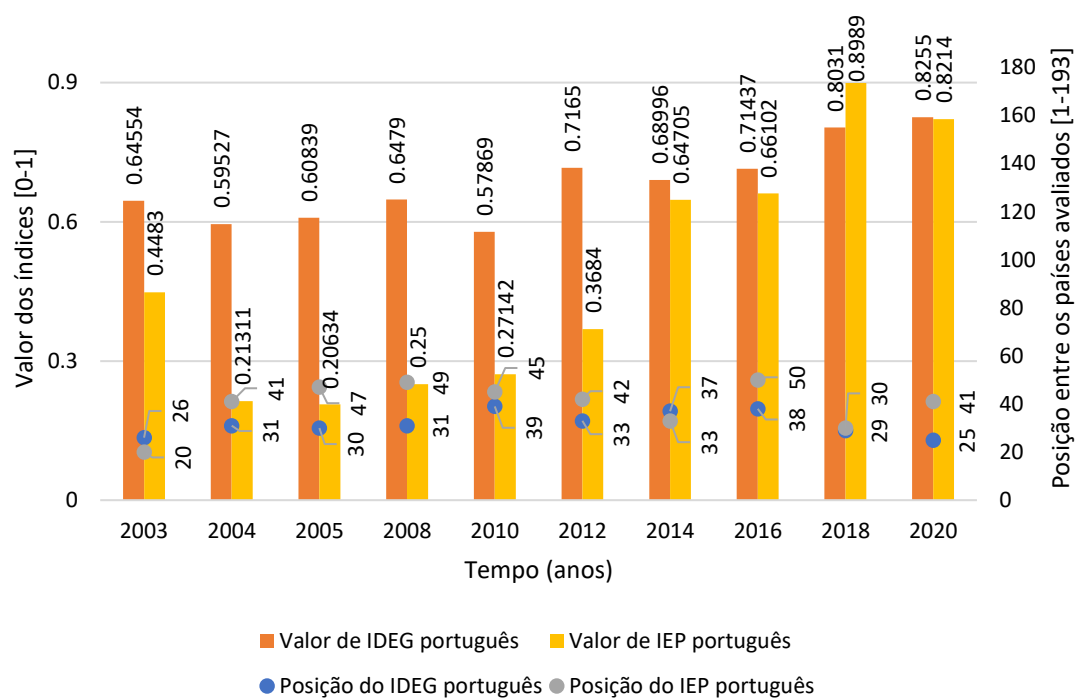


Figura 2.6-IDEG e IEP em Portugal de 2003 a 2020 (Fonte: United Nations & World Bank, 2021).

O desincentivo na participação presencial em contrapartida com a e-participação, advém da pouca flexibilidade que os processos participativos presenciais podem ter: local fixo e custos, e tempo, associados à deslocação (Pirannejad et al., 2019; White, 1996b; Zheng, 2015). A e-participação, neste caso, oferece flexibilidade aos participantes e organizadores, permitindo que os momentos participativos possam decorrer em plataformas *online* gratuitas e com economia de tempo e dinheiro, uma vez não existirem gastos em deslocação e tempo, assim como o tempo perdido na requisição de espaços e na tentativa de os enquadrar em períodos de requisição estipulados pela entidade que os disponibiliza, também deixam de acontecer (Hughes et al., 2016b; Pirannejad et al., 2019; Rosa, 2008; Toots, 2019b; Zheng, 2015).

2.3.1. Níveis da e-participação

Ainda que a participação eletrônica tenha a mesma filosofia de envolvimento que a presencial, é importante destacar que em termos técnicos, têm formas diferentes de funcionar. Assim, alguns autores acabaram a analisar as características da participação eletrônica e dimensioná-la, ou adequá-la, às tipologias e níveis de participação que foram definidos inicialmente para a participação pública presencial. Desta forma, e tendo em conta que os níveis de participação da OCDE (2001) e do IAP2 (2018) que são as mais recentes metodologias, e também as mais consideradas na bibliografia mais atual, a estas foram enquadradas as dimensões digitais da participação, surgindo duas tipologias (Fedotova et al., 2012; Macintosh, 2004; Tambouris et al., 2007) (Figura 2.7):

"Os níveis de participação pública" OCDE (2001)		"Espetro da participação pública" IAP2 (2018)	
Participação presencial OCDE (2001)	e-Participação Macintosh (2004)	Participação presencial IAP2 (2018)	e-Participação Tambouris et al. (2007)
Participação Ativa	e- Empoderar	Empoderar	e-Empoderar
Consulta	e-Envolver	Colaborar	e-Colaborar
Informação	e-Habilitar	Envolver	e-Envolver
		Consultar	e-Consultar
		Informar	e-Informar

Figura 2.7- Adaptação dos modelos de participação da OCDE (2001) e IAP2 (2018) por Macintosh (2004) e Tambourish et al. (2007).

Com a nomenclatura adotada para o contexto da participação *online*, Macintosh (2004) sugere os termos e-habilitar, e-envolver e e-empoderar em vez de informação, consulta e participação ativa, respetivamente, trazendo também uma nova dimensão aos termos (Fedotova et al., 2012; Macintosh, 2004): com e-habilitar, a autora pretende que seja um nível de apoio a quem tem pouco acesso a literacia digital ou normal acesso à internet, sendo um patamar de aprendizagem e de habilitação tecnológica; o patamar e-envolver diz respeito a uma abertura de contribuições profundas por meio de debate deliberativo sobre políticas através da consulta a uma vasta audiência de cidadãos; e, por fim, no último nível, a premissa é e-empoderar os cidadãos para uma participação ativa e abordagem *bottom-up* para com a agenda política.

No que diz respeito ao "Espectro da participação pública" a abordagem de Tambouris et al. (2007) foi semelhante, adaptando a nova nomenclatura aos termos originais, mas contrariamente à autora anterior, apenas é feita a adaptação dos termos, o seu significado mantém-se (Fedotova et al., 2012).

2.3.2. Funcionamento dos processos de e-participação

Assim como os processos de participação presenciais, destacam-se de seguida pontos-chave a ter em conta no design de processos de e-participação com o objetivo de colmatar algumas das falhas anteriormente mencionadas e tornar os processos mais "amigáveis" para o público em termos de utilização de tecnologias (Coleman & Gøtze, 2004; Rosa, 2008):

- Acessibilidade: Tem em consideração o "fosso digital", deficiências corporais/mentais;
- Utilização: "É eficiente?", "É intuitivo?", "Tem suporte de apoio?", "Envolve/cativa o utilizador?". Deve ser disponibilizada ajuda para a utilização destas tecnologias porque há pessoas que não saberão como fazer uso delas porque não estão habituadas ou não têm literacia tecnológica suficiente para tal;
- Fiabilidade: A fiabilidade num contexto de processo participativo está relacionada, não só na confiança de que o processo permaneça com a premissa inicial intacta, na comunicação bilateral e na imparcialidade facilitadores/ moderadores dos processos, como na confiança nos sistemas tecnológicos usados (falhas, erros de funcionamento, erros de processamento, entre outros, que podem comprometer as soluções finais).
- Segurança: A segurança do software é um ponto fundamental para que o público confie no processo, pelo que é necessário garantir que as suas informações estão seguras, seguindo as boas práticas de segurança dos softwares usados.
- Base de dados: Devido à constante atualização de informação e à distância provocada pelo do contexto virtual, a criação de uma base de dados atualizada para os participantes poderem consultar informações detalhadas e atualizadas sobre o processo é uma forma de os manter mais envolvidos ainda.
- Facilitação: Garantir que o papel e perfil do facilitador/moderador é o adequado.

Como referido, a e-participação é a dimensão da participação que usa como recurso primordial para comunicar as TIC, por isso, as diferenças ideológicas (funcionamento dos processos e tipologias) serão reduzidas, assim como os métodos serão na sua maioria uma adaptação ao contexto digital.

2.3.3. Métodos de e-participação

A adaptação a uma metodologia eletrônica da participação pública tradicional (presencial), como já foi referido anteriormente, levou consigo algumas ferramentas que posteriormente acabaram por não se adequar. No entanto, existe uma grande variedade delas que funciona e é amplamente usada, como: salas virtuais para e-participação, fóruns de discussão virtuais para e-participação, jogos educativos de tomada de decisão, comunidades virtuais, e-painéis, petições virtuais, sondagens deliberativas virtuais, e-consulta, voto eletrónico, *webcasts*, *podcasts*, *wikis*, blogues, questionários *online*, ferramentas de SIG, motores de busca, serviços de alerta, revistas/jornais/boletins informativos *online*, perguntas mais frequentes (*FAQ*), portais *web*, ferramentas de *groupware*, listas de serviços (Macintosh, 2004; Tambouris et al., 2007), redes sociais, fóruns de discussão, mensagens de texto, *feeds RSS*, sites de partilha de vídeo e voz (Welch, 2012) e softwares de teleconferência (Kahlow et al., 2020). O uso deste tipo de participação não deve ser excessivo uma vez que se deve ter em conta que, embora seja um apoio à governância eletrónica, não é, ainda, um substituto legal (inteiramente) da mesma, assim como não deve ser a única forma de comunicação com os cidadãos-mesmo que priorizando a conversa bidirecional entre governo e cidadão-, é necessário ver o governo em campo, para garantir que os projetos estão a ser corretamente implementados e, como visto anteriormente, é um motivo de confiança do cidadão ver o governo ativo presencialmente (Rosa, 2008).

Como refletido anteriormente, as ferramentas dos média sociais e redes sociais que se foram desenvolvendo como solução à participação, auxiliaram o governo na aproximação com os cidadãos, facilitando ajustes de políticas e serviços por forma a torná-los mais adequados à sociedade, assim como, permite, diariamente, uma melhor capacitação dos cidadãos, dada a facilidade com que lhes é conferido acesso às várias informações da esfera política, económica e civil do país (le Blanc, 2020). Na mesma linha de pensamento, os cidadãos recebem desta ferramenta informações oficiais e claras sobre as várias políticas e projetos em vigor no seu país e mundo, podem intervir, contribuir e exercer o seu direito civil de participar na vida política e social do seu país, e tem o papel fundamental de empoderar o cidadão e reconhecê-lo pelo seu papel ativo na mudança (Rosa, 2008). Assim, podem exercer o seu papel em qualquer parte do mundo, com possibilidade da sua contribuição poder acontecer assincronamente, o que permite que mais pessoas tenham acesso a informação e oportunidade de colaborar (le Blanc, 2020; Pantić et al., 2021). No entanto, a e-participação não pode assumir que todos os cidadãos têm acesso a ferramentas eletrónicas ou mesmo a infraestruturas que os

permitam aceder a estas e não pode ser usada apenas como modo figurativo, acabando por no fim não credibilizar os cidadãos pelo seu contributo (Pantić et al., 2021; Rosa, 2008).

2.4. Porque falham os processos participativos? Presencial versus *online*

É importante reconhecer que igualmente como na participação presencial, também a eletrónica possui desafios e benefícios. Considerando-a como único método de participação, os desafios que a e-participação enfrenta, são (Coleman & Gøtze, 2004; Macintosh & Whyte, 2006; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Tambouris et al., 2007):

- Ceticismo institucional- Receio de os governantes políticos perderem o seu papel na democracia representativa e de interpretes diretos da voz do cidadão; destaque-se também a existência de momentos oficiais de participação pública que ainda constituem barreira na transição para a tecnologia, como o voto constitucional.
- Representação e legitimidade- Complexidade na amostra de participantes nos processos participativos, quer em número ou em variedade cultural, religiosa, social.
- “Fosso/clivagem digital” - Falta de infraestruturas tecnológicas (carência de fundos governamentais e de políticas a respeito), acesso desigual a infraestruturas (quer por causas governamentais ou pessoais) e carência de educação tecnológica⁷.
- Expectativas dos participantes- Caso o processo e âmbito do processo não sejam claros, os participantes vão ganhar expectativas falsas sobre o mesmo, fazendo com que haja perda de transparência, de confiança por parte dos participantes e de crença no impacto da participação pública.
- Qualidade e quantidade de informação- A abertura de espaço para comunicação entre o governo e os cidadãos cria a oportunidade aos cidadãos de terem livre passe para se fazerem ouvir, podendo dificultar a análise pelas entidades governamentais. Em termos de informação, caso esteja em carência, abre a possibilidade de haver fontes secundárias de informação, o que pode pôr em causa a qualidade das mesmas.

⁷ Embora a literacia digital seja cada vez mais um denominador comum dentre as aptidões do cidadão atual, ainda existem muitas pessoas sem acesso a conhecimento básico sobre telecomunicações e mundo digital. A Comissão Europeia definiu 5 “categorias” de avaliação da literacia digital: 1) Articular, compreender e tratar dados e informação digitais; 2) Capacidade de comunicação e colaboração através de ferramentas tecnológicas no mundo civil e de gerir a sua própria identidade digital (e reputação); 3) Capacidade de criação, edição e gestão de conteúdo digital; 4) Capacidade de assegurar e proteger os seus dados e privacidade no ambiente digital; e 5) Capacidade de identificação e resolução de problemas (le Blanc, 2020).

- Limitações à comunicação- A redução ou ausência dos momentos de comunicação presencial pode pôr em causa a produtividade dos processos participativos devido à relutância e conforto dos participantes em comunicar através de plataformas de videoconferência.

Ainda assim, destaque-se o papel fundamental que a e-participação veio prestar na atualidade, começando pela economia de tempo e espaço. O recurso a metodologias de e-participação permitiu o aumento do número de projetos, aumentar escala geográfica de atuação, por possibilitar a comunicação e participação dessincronizada, assegurando uma maior conexão entre cidadãos, pois consegue trazer para a discussão e cidadãos de polos diferentes da sociedade (Pantić et al., 2021; Rosa, 2008). Confere ainda economia de custos tanto para quem participa, como para quem organiza os processos participativos, permitindo mitigar custos de viagem, de aluguer de espaços e de provisionamento de amenidades (exemplo: refeições, *coffee breaks*, etc), de taxas e contrapartidas para alguns intervenientes no processo (exemplo: oradores), acabando por, de uma forma geral, diminuir tanto a pegada carbónica dos participantes como do processo em si (Klöwer et al., 2020; Pantić et al., 2021). Também os momentos de educação se tornaram mais atrativos, devido aos formatos com que a informação passou a poder ser providenciada aos participantes (apoio de vídeo e áudio, como animações, jogos, filmes, documentários, entre outros) (le Blanc, 2020; Pantić et al., 2021).

À semelhança da participação presencial, também os processos de participação *online* padecem de limitações ou falhas, não existindo uma regra geral ou causa individual que seja identificada como principal para estes falharem (Hughes et al., 2016). De entre várias razões (as principais destacadas no Subcapítulo anterior), as mais tradicionalmente conhecidas ou que rapidamente são assumidas como causas são o tempo, o custo e a qualidade dos projetos (design fraco, má gestão, objetivos pouco ambiciosos, etc) mas há razões mais complexas ainda para os projetos fracassarem (Hughes et al., 2016; Toots, 2019). Chris Sauer (1993) foi um dos autores a desenvolver um modelo conceptual para explicar o porquê dos sistemas de informação em processos de participação (de índole política) poderem falhar, destacando

várias razões para isso acontecer- os “fatores contextuais” (Figura 2.8) (Hughes et al., 2016; Toots, 2019).



Figura 2.8- Triângulo de Dependências (Fonte: Adaptado de Toots, M. (2019))

O modelo surge da consideração de que os sistemas de e-participação necessitam do apoio dos *stakeholders* para que não fracassem. Para o autor, o fracasso de um sistema de participação acontece quando o sistema criado não atinge as expectativas criadas para os *stakeholders*, fazendo com que estes parem de cooperar no sistema de e-participação, fazendo com que este deixe de ser inovador (Toots, 2019). Sucede, portanto, a partir do momento em que este processo deixa de ser interessante do ponto de vista do *stakeholder*, sendo essas razões os “fatores contextuais”(Toots, 2019). Estes “fatores contextuais” correspondem, liminarmente, ao processo de participação, ao contexto do setor público e ao contexto da e-participação em si (Toots, 2019):

Processo de e-participação- Um processo de participação que dependa das TIC vai exigir sempre conhecimentos extra quer seja por parte dos participantes, como dos próprios organizadores, como já vimos anteriormente. Neste sentido, destacam-se algum dos fatores que podem levar ao falhanço do processo: complexidade técnica (ferramentas, linguagem computacional, literacia digital, entre outros), limitação de recursos, contexto organizacional, estrutura do projeto (apoio à gestão), resistência digital, concorrência, ambiente em que se insere (politicamente, juridicamente, culturalmente, economicamente, religiosamente, entre outros), erro humano no planeamento e gestão (Hughes et al., 2016; Toots, 2019).

Setor público- Do ponto de vista governamental, a participação dos cidadãos nestes processos traz uma elevada mutabilidade aos processos, uma vez que a amostra populacional não é estática e homogénea, mas sim complexamente heterogénea (quer em termos sociais, económicos ou culturais, entre outros)(Toots, 2019).

e-participação em si- O contexto governamental neste tipo de participação envolve vários fatores: o apoio político, o contexto político-cultural, as políticas em regime, a procura, a clareza do processo e o seu design (Toots, 2019). O apoio político à gestão de topo pode sofrer alterações dependendo da posição dos decisores relativamente aos participantes, assim como o contexto político-cultural e as políticas e regulamentações em que o processo se encontra inserido podem provocar rigidez do mesmo. A procura do lado do cidadão em participar deve ser um factor a ter em conta para quem desenvolve um processo participativo, é importante avaliar os níveis de participação das várias camadas da sociedade para que os interesses de ambos os lados estejam em concordância. É importante também definir bem as características do processo, nomeadamente, o seu foco, expectativas, competências exigidas (exemplo: em literacia digital), *stakeholders* alvo e as suas limitações (Wirtz et al., 2018), assim como *design* do processo deve ser capaz de providenciar *feedback* ao longo de todo o processo aos seus participantes, para que estes possam ver as suas contribuições de forma direta e confiarem no processo.

Neste sentido, é importante perceber que há vários fatores que estão subentendidos aos de cima e que há muitas mais formas de os processos falharem. É importante compreender também que metodologias de processos que sejam semelhantes, podem ser um sucesso para um dos processos apenas (Hughes et al., 2016). Neste sentido, é importante ter em conta que: um projeto pode falhar dada a complexidade dos fatores contextuais (assim como a própria gestão de inovação pode ser um insucesso), a e-participação é ainda um recurso pouco utilizado (a literacia digital não atingiu ainda todas as camadas da sociedade) e a constante revisão do design dos processos é uma das melhores formas de assegurar que o mesmo não falha (considerar o *input* dos *stakeholders* aquando da revisão) (Hughes et al., 2016).

2.5 Processos participativos híbridos e sessões mistas

Dentro dos formatos de processos falados anteriormente, é importante focar, por último, nos processos participativos mistos e nas sessões participativas híbridas. Neste sentido, torna-se importante clarificar o conceito de "híbrido" e "misto" definido para a presente

dissertação: classificaram-se como processos participativos mistos, aqueles cujas sessões participativas não são sempre com o mesmo formato (exemplo: um processo participativo composto por quatro sessões em que duas delas decorreram 100% presencialmente e as restantes duas 100% virtualmente) e classificaram-se como sessões participativas híbridas as sessões participativas que podem decorrer presencialmente e virtualmente (exemplo: a sessão participativa decorre numa sala com 60% dos participantes presencialmente e os restantes a colaborar através de uma plataforma virtual). Este sistema de sessões híbridas já é conhecido e utilizado por todo o mundo, sendo um método recorrente a nível corporativo e governamental, por forma a remediar as ausências de partes interessadas, embora ainda seja muito pouco mencionado em literatura sobre processos participativos (Martínez-Moreno et al., 2012).

Com a pandemia, os processos, e as conseqüentes sessões participativas que decorriam em formato presencial, foram forçados a uma mudança nos seus formatos para garantir que, não só os processos participativos tinham conclusão que cumprisse os objetivos inicialmente propostos, como para permitir que os *stakeholders* continuassem a participar no processo durante a pandemia (Bricout et al., 2021; Pantić et al., 2021). Durante a pandemia e com o seu aliviar, recomeçaram-se alguns processos participativos presenciais, mas dando-se primazia ao sistema de participação misto e a sessões híbridas, estimando-se que assim permanecerá após o final da mesma (Pantić et al., 2021).

Como referido anteriormente, sessões presenciais e virtuais possuem grandes diferenças e a sua adaptação ainda se encontra um pouco distante de se aproximar ao tradicional. Segundo um estudo realizado por Pantić et al., (2021), na base de questionários a participantes e a organizadores de processos participativos que tiveram lugar durante a pandemia (e posterior comparação com bibliografia), no Canadá, Perú, África do Sul, Espanha, Sérvia, Alemanha e Bélgica, os principais desafios resultantes desta adaptação para o *online* em contexto da pandemia, foram ao nível da acessibilidade, confiança no processo e confiança na organização. No que se refere a acessibilidade, ou a falta desta (que é um dos pontos fracos da participação virtual como referido no capítulo anterior), os autores acentuam a discrepância entre a facilidade de acesso a infraestruturas e equipamento de comunicação (internet, telemóveis, computadores, entre outros), apontando como causas as diferenças sociais relacionadas com: idade, rendimentos, posição social e género (Pantić et al., 2021). Relativamente à desconfiança nos processos, os autores destacam como fatores a diferença entre o formato dos acessos (repentina mudança fez participantes desistirem de participar), falta de metodologia na participação virtual e de orientação dos participantes, estrutura de debate e discussão inflexível/difícil gestão de conflitos (consequente da perda de momentos de comunicação

informal, como o "*coffee-break*"), a opção de anonimato dos participantes (que confere aos participantes facilidade em tirar proveito negativamente sem que sejam responsabilizados), carência de momentos de discussão informais, autogestão da participação (destacando-se o caso do e-voto, em que não há nenhum moderador ou facilitador para ajudar no processo), e limitação da comunicação não verbal (Pantić et al., 2021). No que diz respeito à perda de confiança nos organizadores (governo, especialistas, entre outros), Pantić et al., (2021) concluíram existir 6 fatores que a caracterizam: a despersonalização da participação, taxa de desistência, desconfiança associada a corrupção do sistema, desconfiança no uso de dados pessoais, *hackers* (fator destacado pelos organizadores inquiridos) e menor número de facilitadores e moderadores (falta de dinamização e interesse nas sessões). Destaque-se o papel da despersonalização da participação: em contexto virtual acaba por acontecer naturalmente com o próprio formato, uma vez que num formato cara-a-cara a pessoa encontra-se inteiramente presente e, virtualmente, o participante pode desligar o seu microfone e câmara quando quiser, tornando a participação pouco pessoal e real (Pantić et al., 2021).

Também no mesmo estudo, Pantić et al., (2021) conseguiram reunir um conjunto de pontos positivos nesta transição, para além dos pontos positivos já mencionados no capítulo anterior e reconhecidos neste estudo, destacam-se os seguintes: a transição não exigiu alteração às metodologias tradicionais, apenas alteração do seu formato; permitiu a participação de um maior número de pessoas, deixando o seu local geográfico de participação de ser impeditivo à mesma; a participação e discussão via *online* podem atingir um maior número e mais variado de pessoas; a participação através de sugestão/observações por parte dos participantes torna-se mais fácil; e o registo de todo o produto do processo participativo fica mais fácil de gerir, pois fica tudo registado virtualmente. No seguimento do estudo, todos os investigadores envolvidos unanimemente concluíram que as medidas abaixo mencionadas deverão ser tidas em conta nos próximos processos participativos futuros (Pantić et al., 2021):

- Registrar/guardar as sessões participativas para que participantes que não puderam estar presentes, possam ainda assim acompanhar;
- Utilizar sondagens virtuais para que os participantes possam acompanhar em direto e se mantenham mais envolvidos no momento;

Destaque-se, ainda, a redução da pegada carbónica dos processos participativos, devido à redução de viagens (Pantić et al., 2021), tome-se o exemplo do estudo realizado por Klöwer et al., (2020), sobre a pegada carbónica da conferência "*Fall Meeting of the American Geophysical Union (AGU)*", a maior conferência sobre o planeta Terra e ciência espacial, realizada em

São Francisco, Califórnia, decorrida em 2019. Esta conferência emitiu cerca de 80 000 t de CO²eq. devido à deslocação de cerca de 28 000 participantes, dando uma estimativa de 3 t de CO²eq. por participante, "(...) a média semana de emissões da cidade de Edimburgo." (Klöwer et al., 2020). Neste sentido, e anexando às medidas anteriores, no que diz respeito à pegada carbónica referente a deslocação, acrescentam-se as seguintes (Klöwer et al., 2020):

- Escolha de localizações (para as sessões participativas) que não impliquem viagens de longo curso por parte dos participantes sempre que possível, mas sim alternativas de baixas emissões de CO², como comboios, autocarros, entre outros, permitindo ainda que sejam processos participativos mistos;
- Permitir que a comunicação entre participantes continue mesmo após o término das sessões através de fóruns e *chats*.

Em contrapartida, é importante, também, saber que sessões de participação *online* através de plataformas como o *software* ZOOM ® *Conference Meetings*, possuem uma pegada carbónica, hídrica e de terrestre associada e que só o facto de se desligar a câmara durante uma sessão leva à imediata redução de CO²eq., água e terra consumida (Tabela 2.1) (Obringer et al., 2021). Citando os autores do estudo, " Se 1 milhão de utilizadores de videoconferências fizessem esta alteração [desligar a câmara], reduziriam coletivamente as emissões em 9 023 t de CO²eq. num mês, as emissões equivalentes a alimentar uma cidade de 36 000 pessoas durante um mês através do carvão".

Tabela 2.1- Pegada carbónica, hídrica e terrestre associada à partilha de imagem em direto ou não em videoconferências (Fonte: Adaptado de Obringer et al., (2021)).

	Pegada Carbónica (g CO₂eq./h)	Pegada Hídrica (L/h)	Pegada Terrestre (cm²/h)
Videoconferência (Vídeo ligado)	157,34	1,86	27,67
Videoconferência (Vídeo desligado)	6,29	0,07	1,11

É importante, por isso, ter em consideração que um processo participativo presencial, *online* e sessões híbridas têm a sua complexidade e, tendo em conta as vantagens, desvantagens e possíveis lacunas, é importante entender que a participação pública, seja em que contexto estiver inserida, tem o papel fundamental de conduzir à resolução direta de antagonismos entre partes, garantindo que a implementação de políticas seja bem aceite e seja formulada com o maior sentido de equidade possível, garantindo que os cidadãos tomem conhecimento dos desenvolvimentos e estejam bem informados sobre políticas e projetos que

estejam direta ou indiretamente associados (Rosa, 2008). É impreterível, ainda, ter em consideração as externalidades associadas a processos participativos, como a pegada ambiental dos mesmos, por forma a tentar tornar os processos mais ecológicos possível, sem que afete o objetivo do processo.

Neste capítulo, foram apresentados conceitos e abordagem que visam suportar o estudo desenvolvido nesta dissertação. Foi enquadrado o conceito de participação pública tradicional, as suas topologias e níveis, foram delineadas linhas orientadoras para a realização de processos de participação pública, assim como enumerados métodos e técnicas de participação. Foi, também, introduzido e explicado o conceito de participação pública eletrónica, igualmente as tipologias e níveis que também foram desenvolvidas para a caracterizar, métodos e técnicas. Introduziu-se o conceito de processos participativos híbridos e sessões de participação mistas, conceito ainda muito pouco explorado em literatura. Nos dois formatos, foram apontados pontos positivos e negativos (quer impactes a nível social, económico, ambiental), desconsiderando-se o que poderia acontecer em caso de uma adaptação obrigada ao formato virtual.

3.1. Enquadramento Geral

Premissa inicial do estudo foi compreender e avaliar quais os impactos que os processos participativos de projetos de cariz ambiental sofreram quer a nível técnico (técnicas e métodos em si, ferramentas, espaços e materiais disponíveis), nível de complexidade para as equipas organizadoras e para os participantes, com a pandemia em Portugal, uma vez tratou-se de uma adaptação inevitável que teve de acontecer num curto espaço de tempo.

Para este efeito, utilizaram-se como casos de estudo o projeto **CAPonLITTER- Capitalizar boas práticas costeiras e melhorar as políticas de prevenção do lixo marinho**⁸, o projeto **NIPOGES -Estado atual das populações de amêijoa-japonesa da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado – bases científicas para uma gestão sustentável do recurso**⁹, e o projeto ***OceanWise- Solutions to stop EPS/XPS marine litter***¹⁰, todos eles projetos internacionais que já possuíam processos participativos a decorrer quando a pandemia proliferou globalmente e cada país entrou em estado de emergência e em consequente quarentena nacional, em março 2020. A escolha destes três projetos deveu-se às suas características estruturais semelhantes em termos de processos participativo (elementos comuns às três equipas organizadoras dos projetos, a mesma estrutura de seleção de participantes, mesma estrutura de *workshop* usado presencial e virtual) e, como referido, às características temporais do mesmo.

Para a criação de estratégias futuras que potenciem positivamente os processos participativos, foram analisados alguns casos de estudo na qual foram aplicadas a estratégia SWOT (Figura 3.1) e TOWS (Figura 3.2)(Afshar et al., 2019; Aslan et al., 2012; Savari & Shokati Amghani, 2022). Após a revisão de literatura, que permitiu aprofundar a fundo os objetivos-chave da dissertação, avançou-se para a recolha de informação, que contou como método de avaliação quantitativo, questionários *online*, e, como método semiquantitativo, entrevistas

⁸ Mais informações sobre o projeto CAPonLITTER- Capitalizar boas práticas costeiras e melhorar as políticas de prevenção do lixo marinho em: <https://www.interregeurope.eu/caponlitter/>.

⁹ Mais informações sobre o projeto NIPOGES -Estado atual das populações de amêijoa-japonesa da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado – bases científicas para uma gestão sustentável do recurso em: <https://ameijojaponesa.com/projects/nipoges/>.

¹⁰ Mais informações sobre o projeto *OceanWise- Solutions to stop EPS/XPS marine litter* em: <https://www.oceanwise-project.eu/>.

online, presenciais e escritas. A análise SWOT- *Strength-Weaknesses-Opportunities-Threats* em inglês e Pontos Fortes-Pontos Fracos-Oportunidades-Ameaças, respectivamente, em português- ajuda na criação de estratégias pois permite encontrar pontos fortes e fracos internos e identificar oportunidades e ameaças externas no objeto de estudo (Afshar et al., 2019; Aslan et al., 2012; Savari & Shokati Amghani, 2022). A matriz TOWS cria estratégias através da interligação entre os pontos fracos/fortes e as ameaças/oportunidades (Aslan et al., 2012; Savari & Shokati Amghani, 2022).

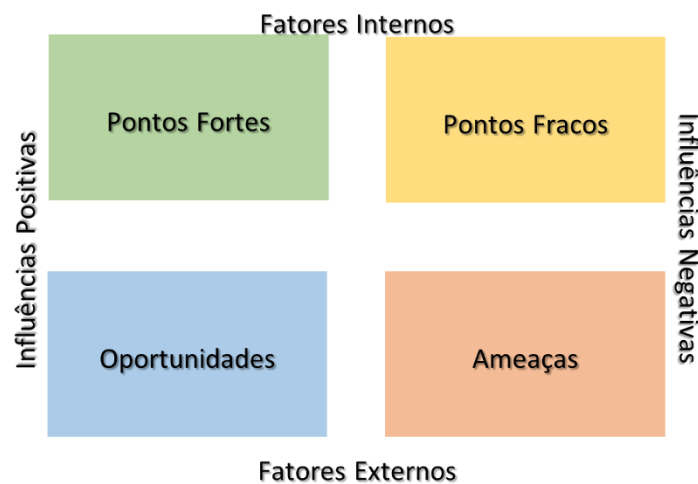


Figura 3.1- Matriz SWOT (Fonte: Autora).

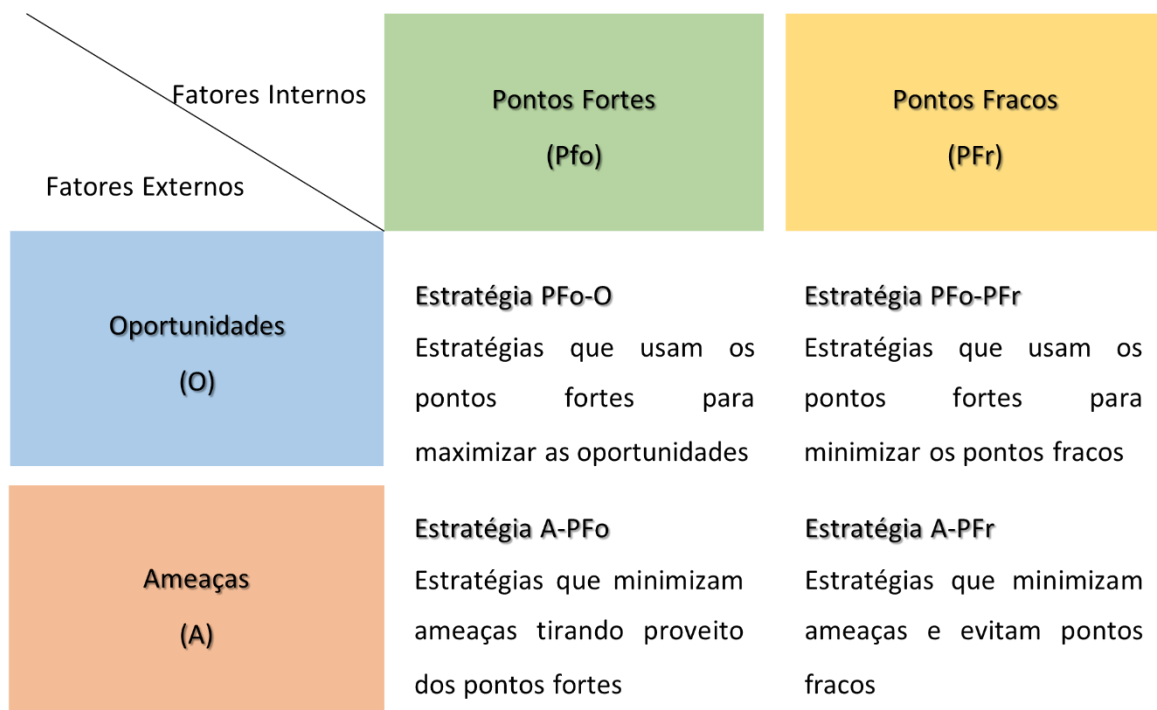


Figura 3.2- Matriz TOWS (Fonte: Autora).

Depois de analisada toda a informação obtida segundo o esboço metodológico esquematizado na Figura 2.5Figura 3.3, criou-se uma lista de recomendações e boas práticas para processos de participação colaborativos em formatos mistos futuros.

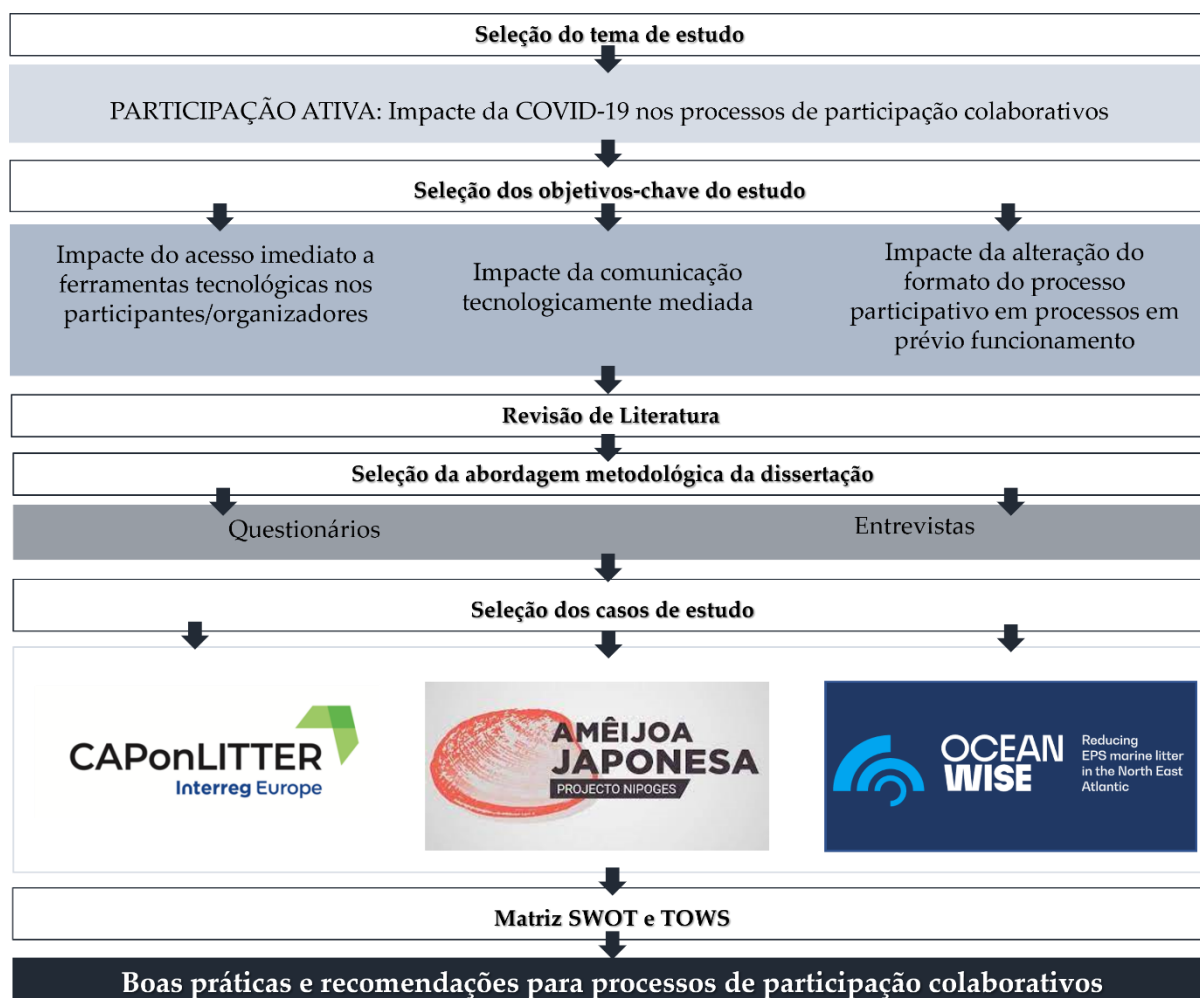


Figura 3.3- Esquema metodológico para a realização da presente dissertação. (Fonte: Autora)

3.2. Questionário

Por forma a obter maior informação acerca da transição de formatos de participação, procedeu-se à realização de questionários aos organizadores das sessões participativas dos projetos acima mencionados e aos participantes dos mesmos. Assim, foi utilizado o *Google Forms*, uma ferramenta de questionários *online* da Google, tendo esta preferência sido tomada devido à situação pandémica em que vivemos. Destaque-se, também, que a amostra dos participantes não foi aleatória, uma vez que o questionário foi desenhado especificamente

para os participantes e organizadores dos três projetos acima mencionados. Ressalte-se, ainda, que apenas se decidiram questionar participantes de nacionalidade portuguesa.

3.2.1. Questionário aos participantes

O questionário (Apêndice A) dos participantes é composto por um total de 74 questões separadas por 12 secções, que variavam consoante o respondente tivesse participado apenas em sessões *online*, presenciais ou em ambos o tipo de sessão. A primeira das secções serviu para introduzir o âmbito do questionário (sendo igual para todos os participantes), para obter a autorização dos respondentes para o tratamento das suas respostas e para assinalarem em que tipo de sessões participaram. Dependendo do tipo de sessão em que participaram, foram direcionados para secções participativas específicas (Figura 3.4):

- Se tivessem participado em sessões mistas durante o decorrer do projeto, eram direcionados para as questões 2 a 4;
- Se participassem apenas em sessões presenciais, então iam diretos para as secções 5 a 7;
- E se participaram apenas em sessões *online*, então iam diretos para as secções 8 a 10.

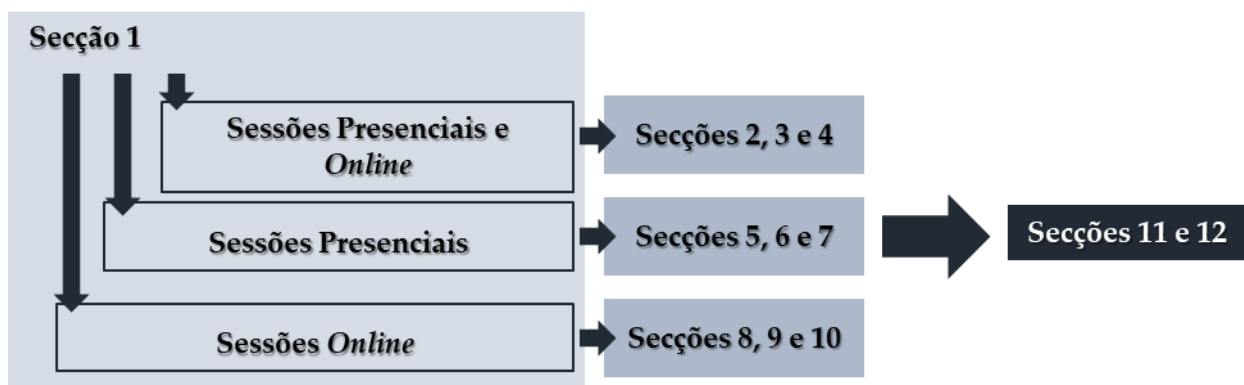


Figura 3.4- Organização das secções do questionário dos participantes.

As questões avaliadas nos questionários foram baseadas nos objetivos da dissertação apresentados no Capítulo 1.2 e são sustentadas pela revisão bibliográfica do Capítulo 2, focando a complexidade da adaptação, conforto e segurança, e preferências futuras de participação. A Tabela 3.1 descreve os temas analisados em cada uma das secções dos questionários e qual a biografia consultada para a construção da secção. Destaque-se, ainda, que na secção 6 e 9 foi pedido aos participantes para considerarem o formato oposto da sua participação, por forma a compreender o impacto que a transição de formatos podia implicar na sua participação no processo.

Tabela 3.1- Temas-chave consultados em literatura e bibliografia associada.

Grupos de secção/secção	Temas-chave abordados em cada grupo de secções	Bibliografia consultada
2	Facilidade no uso das ferramentas tecnológicas	(Macintosh & Whyte, 2006; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Tambouris et al., 2007)
2	Adequabilidade das ferramentas tecnológicas Cibersegurança e o uso de ferramentas tecnológicas	(Hughes et al., 2016; le Blanc, 2020; Pantić et al., 2021; Toots, 2019b)
5		
8		
5	Disponibilidade dos participantes a ferramentas tecnológicas	(Coleman & Gøtze, 2004; Macintosh & Whyte, 2006; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Tambouris et al., 2007)
8		
3	Dinâmica comunicativa entre participante-participante e participante-organização	(Jennings, 2000; Kahlow et al., 2020; Martínez-Moreno et al., 2012; Sousa, 2020)
6	Ausência da comunicação não verbal	
9	Idioma linguístico da sessão	
4	Adaptação ao formato	(Kahlow et al., 2020; Pantić et al., 2021)
7	Possíveis melhorias	
10	Preferências de formato (entre misto, presencial e/ou <i>online</i>)	

Por forma a adquirir informação extra para o estudo, na penúltima secção (secção 11) abriu-se espaço para o respondente mostrar o seu interesse em colaborar, podendo deixar o seu endereço de correio eletrónico para ser contactado mais tarde. Na última secção, foram feitas perguntas por forma a categorizar o respondente na sua faixa etária, nível de escolaridade e literacia digital e com o objetivo de traçar uma linha lógica entre os dados demográficos dos participantes e os impactes sentidos nas questões avaliadas nas secções dois, cinco e oito, como o acesso a recursos tecnológicos, facilidade de utilização das ferramentas tecnológicas, entre outras (Charnley & Engelbert, 2005; Coleman & Gøtze, 2004; Macintosh & Whyte, 2006; Rosa, 2008). Estas duas últimas secções e a primeira foram iguais para todos os inquiridos. Os questionários foram iguais para os 3 projetos, dadas as suas semelhanças metodológicas. Todas as questões foram de resposta obrigatória excetuando as questões 4.5.1/7.5.1/10.4.1, 4.6.1/7.4.1/10.5.1 no questionário aos participantes e as questões 4.6.1 e 4.8

no questionário dos organizadores. Note-se que devido a um erro de lógica nas questões 9.4 e 9.5, essas questões foram retiradas de análise, embora se encontrem no Apêndice A.

As respostas às questões estão feitas de forma a permitir uma análise qualitativa e quantitativa, através de respostas fechadas e respostas abertas, isto é, as primeiras têm resposta condicionada às alternativas escolhidas pelo autor e as segundas são de resposta livre. No que diz respeito ao primeiro grupo, as escalas escolhidas entre algumas questões são de “Sim ou Não”, escolha múltipla, ambas nominais, e as restantes estão classificadas através da escala de *Likert*. Segundo esta, foi proposta uma classificação ordinal de 1 a 5, igual em todas as questões a que se associou esta escala de avaliação, sendo (1) a pontuação mais baixa a atribuir (“Discordo totalmente”) e (5) a mais alta a atribuir (“Concordo totalmente”), exemplo (Tabela 3.2):

Tabela 3.2- Exemplo da aplicação da escala de *Likert* aplicado ao questionário em estudo.

Secção 2: Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s) 2. Tendo em consideração a sua participação na(s) sessão(s), classifique a utilização das ferramentas tecnológicas:	Resposta
2.1 Foi fácil o acesso.	(1) Discordo Totalmente
	(2) Discordo
	(3) Nem Concordo Nem Discordo
	(4) Concordo
	(5) Concordo Totalmente

As respostas aos questionários dos participantes dos três projetos foram avaliadas através de média de respostas a cada questão e por secção, excetuando as questões 4.3/10.3 e 4.4/7.3 que embora sejam de secções diferentes avaliam a mesma questão, por isso serão avaliadas em conjunto. As devidas justificações (questões 4.3.1/10.5.1 e 4.4.1/7.3.1), por serem questão aberta, levaram a um grande número de respostas e tendo em conta que tanto que há respostas que abordam o mesmo tema como respostas que introduzem novas ideias, criaram-se tabelas de classificação gerais (que se encontram no capítulo seguinte), por forma a facilitar a leitura e organização das respostas.

Para melhor compreensão das questões, foram colocadas algumas definições nos próprios questionários, por forma a auxiliar o inquirido, como:

- Ferramentas tecnológicas: computador, telemóvel ou tablet, internet, aplicações e restantes plataformas (Plataforma de Videoconferência ZOOM®, Skype®, Mentimeter®,...).
- Comunicação não-verbal: forma silenciosa de comunicação, feita na base de expressões faciais, gestos e postura corporal (Sousa, 2020).

3.2.2. Questionário aos organizadores

O questionário destinado aos organizadores foi mais curto, sendo composto por cerca de 5 secções e um total de 28 questões. Em contraste com o questionário aos participantes, no dos organizadores não constou a separação entre formatos, uma vez que os organizadores foram os mesmos ao longo do processo, pelo que estiveram presentes nos dois tipos de formatos. Tal como o questionário aos participantes, também o questionário dos organizadores foi construído com base na bibliografia consultada no Capítulo 2, referenciada na Tabela 3.3.

Tabela 3.3- Temas-chave consultados em literatura e bibliografia associada.

Grupos de secção/secção	Temas-chave abordados em cada grupo de secções	Bibliografia consultada
2	Facilidade no uso das ferramentas tecnológicas	(Macintosh & Whyte, 2006; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Tambouris et al., 2007)
	Adequabilidade das ferramentas tecnológicas Cibersegurança e o uso de ferramentas tecnológicas	(Hughes et al., 2016; le Blanc, 2020; Pantić et al., 2021; Toots, 2019b)
	Disponibilidade dos participantes a ferramentas tecnológicas	(Coleman & Gøtze, 2004; Macintosh & Whyte, 2006; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Tambouris et al., 2007)
3	Dinâmica comunicativa entre participante-participante e participante-organização Ausência da comunicação não verbal Idioma linguístico da sessão	(Jennings, 2000; Kahlow et al., 2020; Martínez-Moreno et al., 2012; Sousa, 2020)
4	Adaptação ao formato Possíveis melhorias Preferências de formato (entre misto, presencial e/ou <i>online</i>)	(Kahlow et al., 2020; Pantić et al., 2021)

A primeira secção foi igual à dos participantes. Na secção 2, foi analisada a opinião dos organizadores face à organização, modo de funcionamento e desenvolvimento das sessões participativas mistas, mais especificamente acerca da facilidade e adequabilidade das ferramentas tecnológicas utilizadas e a perceção dos organizadores sobre a facilidade do uso pelos participantes. Na secção 3, foi avaliado o conforto na comunicação em contexto de adaptação, sendo analisada a dinâmica comunicativa em contexto presencial, comparada com a *online*. Na secção 4, por fim, avaliou-se o sucesso da adaptação do formato presencial para *online*, através de perguntas sobre a experiência do organizador face às ferramentas tecnológicas usadas, a facilidade em adaptar o processo participativo e melhorias à adaptação. Por fim, na secção 5, foi questionada a possibilidade de cooperação na dissertação, à semelhança do questionário dos participantes. Optou-se por não se fazer questões sobre o perfil do inquirido, por não ter relevância para o estudo, uma vez que o objeto de estudo ser principalmente o público.

3.3. Entrevistas

No seguimento das respostas aos questionários, foi pedida a participação dos respondentes a uma entrevista semiestruturada com o objetivo de complementar os questionários e obter mais informações sobre a sua experiência nas sessões participativas. Uma entrevista semiestruturada, segundo o *"Public Engagement Methods and Tools"* (Engage2020, 2015), através de algumas questões-chave, permite ao entrevistador ter liberdade de explorar em maior detalhe as questões. A primeira entrevista foi conseguida em maio de 2021 e a última em fevereiro de 2022, tomando, em média (não contabilizado o tempo exigido no caso do participante que respondeu por escrito) cerca de 20 minutos (19m54s). Foram realizadas 15 entrevistas, encontrando-se em baixo as questões realizadas (Tabela 3.4):

Tabela 3.4- Questões realizadas e referente bibliografia na qual foram fundamentadas.

Questões principais	Questões suplementares	Bibliografia consultada
1. Participou nas sessões presenciais e/ou <i>online</i> do projeto NIPOGES/CAPonLITTER/OceanWise?		
2. Dentro de projetos deste tipo, como considera que correram os momentos de participação? O que valoriza na comunicação cara-a-cara? E na comunicação forma <i>online</i> ? Em termos de comunicação não-verbal, qual acha ter sido a influência nos formatos <i>online</i> ?	⇒ O que considera importante na comunicação? Como encara a comunicação não-verbal em contexto virtual? ⇒ Considera que pode ter sido mais positivo ou menos positivo na adaptação?	(Jennings, 2000; Kahlow et al., 2020; Martínez-Moreno et al., 2012; Sousa, 2020)
3. Como foi a adaptação às ferramentas tecnológicas necessárias (Zoom, Skype, Google, MIRO,..)? Sentiu alguma limitação que o influenciou na comunicação com os outros?		(Coleman & Gøtze, 2004; Macintosh & Whyte, 2006; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Tambouris et al., 2007)
4. Sentiu conforto quando as sessões passaram de presenciais para <i>online</i> ?	⇒ Alguma vez considerou o tema da cibersegurança?	
5. O que considera que poderá ter faltado nas sessões presenciais ou <i>online</i> ? Que conselhos gostaria de dar à organização (de uma forma simples)		(Kahlow et al., 2020; Pantić et al., 2021)
6. Quer acrescentar alguma opinião/ideia/conselho sobre a(s) sessão(s)?		
7. Se pudesse escolher o formato das sessões, como escolheria?		

As questões realizadas tiveram como base os autores consultados e destacados na Tabela 3.4, uma vez a intenção foi poder explorar mais a fundo a opinião dos questionados e corroborar a informação explorada na revisão de literatura.

Durante as entrevistas, foi permitido que os entrevistados partilhassem algumas informações sobre o funcionamento de outro tipo de processos participativos em que tenham

participado, por forma a ajudar a complementar o seu ponto de vista face à transição e aos impactes aos objectivos-chave a analisar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Caracterização dos casos de estudo

4.1.1. *CAPonLITTER*- Capitalizar boas práticas costeiras e melhorar as políticas de prevenção do lixo marinho

O projeto *CAPonLITTER*, que tem uma duração de 42 meses (agosto de 2019 a janeiro de 2023) faz parte do Eixo Prioritário 4 do Programa *Interreg Europe*¹¹ e tem como premissa a prevenção de lixo marinho resultante de má gestão, deposição e recolha deste nas zonas costeiras. Neste sentido, o objetivo é, através do enfoque em tipos de resíduos específicos (provenientes de comércio costeiro ou atividades recreativas e de lazer) por forma melhorar as políticas e práticas das zonas costeiras no que remete à gestão de resíduos gerados. Este projeto tem como alvos territórios em que o turismo costeiro é uma atividade económica chave, que não só é altamente impactada pelo lixo marinho como também pode exercer uma pressão significativa sobre as infraestruturas locais e gerar grandes quantidades de resíduos não geridos.

O projeto envolve a parceria com autoridades e organizações de Espanha, Croácia, Bulgária, Grécia, Alemanha, França e Portugal, sendo este último, mais precisamente a NOVA School of Science and Technology | FCT NOVA a coordenadora do projeto.

Através de um processo inter-regional de troca de experiências e aprendizagem mútua, os parceiros exploram formas de melhorar as suas políticas regionais e promover a implementação das melhores práticas, com a participação ativa das principais partes interessadas. Este processo resultará em 7 planos de ação regionais que porão em marcha a operacionalização das lições aprendidas de duas maneiras: por um lado, iniciando a implementação das práticas nos territórios em causa, através do quadro político em que os parceiros operam; e por outro, alinhando-os com outros instrumentos políticos, tais como programas operacionais e fundos estruturais específicos que os possam financiar.

¹¹ O programa *Interreg Europe* corresponde a um Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDR). Mais informações sobre o fundo, consultar: <https://www.interregeurope.eu/>.

Através destas regiões, o *CAPonLITTER* resultará em várias comunidades de partes interessadas empenhadas na eliminação de resíduos plásticos, praias e eventos costeiros com planos de gestão de resíduos zero em vigor, para prevenir o lixo marinho, incluindo melhorias significativas para a prevenção, recolha e reciclagem de resíduos nestes locais costeiros. O projeto possui uma componente de participação colaborativa, da qual resultaram três workshops nacionais, uma sessão participativa *online* extra não planeada e um quarto workshop futuro que decorrerá virtualmente, Tabela 4.1. O processo tinha como objetivo decorrer presencialmente, mas devido à situação pandémica, a partir do segundo workshop (inclusive) funcionou de forma virtual através da plataforma de videoconferência ZOOM®.

Tabela 4.1- Cronograma de *workshops* do projeto *CAPonLITTER*.

Projeto <i>CAPonLITTER</i>			
Ano	Sessão	Nº de Participantes portugueses	Formato da Sessão
2020	1º WS	33	Presencial
2021	2º WS	15	<i>Online</i>
2021	3º WS	20	<i>Online</i>
2022	4º WS	* ¹²	<i>Online</i>

Na Tabela 4.2, encontram-se representados os perfis dos participantes nas sessões participativas, estando separados por nove categorias de perfis. De um modo geral, entre o primeiro *workshop* (presencial) e os restantes dois (*online*), é facilmente identificável a diminuição de participantes entre formatos de participação, principalmente no que tem a ver com a participação de cidadãos/consumidores. Também se infere que a maior amostra de participantes no primeiro e terceiro *workshops* dizia respeito a "Entidades e Autoridades Públicas e de Gestão".

¹² Ainda não ocorreu.

Tabela 4.2- Perfil dos Participantes do projeto *CAPonLITTER*.

Perfil dos Participantes	Número de Participantes		
	1º WS	2º WS	3º WS
Produtores	1	0	0
Distribuidores e Retalho	1	1	1
Consumidores/Cidadãos	6	0	0
Gestores de Serviços (Águas e Resíduos)	3	2	2
Entidades e Autoridades Públicas e de Gestão ¹³	11	4	8
Entidades, Associações e Organização Cívicas e Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos ¹⁴	4	7	3
Academia e Investigação	7	0	0
Outros Setores ¹⁵	0	1	6

Na Tabela 4.3 encontram-se os trabalhos desenvolvidos em cada um dos três *workshops* desenvolvidos.

Tabela 4.3- Programas dos *workshops* do projeto *CAPonLITTER*.

1º WS (janeiro 2020)	2º WS (março 2021)	3º WS (maio 2021)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Receção e registo. 2. Apresentações do projeto e conferência de imprensa. <p>Almoço (incluído)</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. <u>Workshop nacional:</u> <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Avaliação dos principais desafios; 3.2. Identificação de boas práticas; 3.3. Avaliação sinóptica do workshop; 3.4. Análise dos resultados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Receção e registo. 2. <u>Workshop nacional:</u> <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Atividade buffer: 2.2. Sessão de boas-vindas 2.3. Desenvolvimento de boas práticas; 2.4. Avaliação da sessão e encerramento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Receção e registo. 2. <u>Workshop nacional:</u> <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Sessão de boas-vindas; 2.2. Avaliação e co-construção de Boas práticas; 2.3. Encerramento do evento; 2.4. Avaliação do 3º Workshop.

¹³ Câmaras Municipais, Sociedade Ponto Verde, Administrações Regionais, Turismo de Portugal, I.P, entre outros.

¹⁴ EDA, Ala-Ala Associação de Pesca, Fundação Oceano Azul, Associação de Pescadores Pesquisucesso, entre outros.

¹⁵ Ponto Verde Serviços, Wemob, Vila Galé S.A, entre outros.

4.1.2. *OceanWise- Reducing EPS marine litter in the North East Atlantic*

O projeto *OceanWise* (OW) é integrante do Interreg Atlantic Area¹⁶ e visa reduzir o lixo marinho, apoiando-se numa perspetiva de Economia Circular, focando-se exclusivamente em produtos compostos por Poliestireno Expandido e Extrudido (EPS/XPS), vulgarmente chamados de esferovite. Neste sentido, o projeto conta com *stakeholders* de Portugal, Reino Unido, França, Irlanda e Espanha, das variadas áreas da tecnologia, ambiente e economia, para ajudar a desenvolver recomendações para as boas práticas na utilização destes produtos, assim como na criação de políticas públicas que visem uma melhor gestão do ciclo de vida destes materiais. O projeto, que ainda se encontra em fase de conclusão (o período de implementação do projeto foi de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2022), apresenta uma metodologia de circularidade e de incentivo ao cooperativismo nacional e internacional, através do recurso a vários métodos de participação através da promoção de Plataforma interativa de *stakeholders*: envolvendo multi-*stakeholders* com vista co-construção de um conjunto de medidas de longo prazo que reduza o impacte de EPS/XPS no Atlântico Nordeste, e que sejam vertidas nas políticas publicas materializando-se em ciclos de *workshops* internacionais e nacionais nos vários países parceiros do projeto (Portugal, Espanha, Reino Unido, Irlanda e França). Inicialmente o projeto era para ter quatro rondas de *workshops*, em que as primeiras duas rondas e a última seriam inteiramente nacionais (cada país faria um *workshop*) e a terceira teria uma componente presencial nacional e uma componente virtual internacional. No entanto, a pandemia obrigou à adaptação da organização do projeto, pelo que na terceira e quarta ronda de *workshops*, todo o seu formato passou para *online* (Tabela 4.4).

Neste sentido (Tabela 4.6), e para efeitos deste estudo, serão apresentados workshop realizados com os *stakeholders* de Portugal, os dois primeiros *workshops* nacionais ocorreram presencialmente (o primeiro em março e o segundo em outubro de 2019), mas o terceiro (outubro de 2020) e o quarto (outubro de 2021) tiveram de ser adaptados para um formato 100% virtual, uma vez que decorreram durante a pandemia.

¹⁶ O programa *Interreg Atlantic Area* corresponde a um Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDR). Mais informações sobre o fundo, consultar: <https://www.atlanticarea.eu/>.

Tabela 4.4- Cronograma de *workshops* do projeto *OceanWise*.

Projeto <i>OceanWise</i>			
Ano	Sessão	Nº de Participantes portugueses	Formato da Sessão
2019	1º WS	32	Presencial
	2º WS	32	Presencial
2020	3º WS	38	<i>Online</i>
2021	4º WS	11	<i>Online</i>

Na Tabela 4.5, encontram-se representados os perfis dos participantes nas sessões participativas do projeto *OceanWise*, estando separados por nove categorias de perfis. Os participantes nas sessões participativas foram-se mantendo, notando-se apenas uma queda acentuada de participantes no quarto e último *workshop*, sendo que de uma forma geral, a maior participação inseriu-se nas "Associações e Organização Cívicas e Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos".

Tabela 4.5- Perfil dos Participantes do projeto *OceanWise*.

Perfil dos Participantes	Número de Participantes			
	1º WS	2º WS	3º WS	4º WS
Produtores ¹⁷	4	7	3	1
Distribuidores e Retalho ¹⁸	6	2	4	2
Consumidor/Cidadão	1	0	0	0
Gestores de Serviços (Águas e Resíduos)	1	0	0	0
Entidades e Autoridades Públicas e de Gestão	6	8	8	4
Associações e Organização Cívicas e Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos ¹⁹	6	9	13	2
Academia e Investigação	4	6	8	0
Outros Setores	4	0	2	2

¹⁷ EPS20 FISCHER, LDA., TRIPONTO/TRIECOLOGIC, CONTRAVEN, S.A, AP Aquacultura, entre outros.

¹⁸ Makro, Docapesca- Portos e Lotas, S.A., LIDL, entre outros.

¹⁹ Quercus, APIP, Linked.Green, Zero Waste Lab, Associação Smart Waste Portugal, entre outros.

Tabela 4.6- Programa dos *workshops* do projeto *OceanWise*.

1º WS (março 2019)	2º WS (outubro 2019)	3º WS (outubro 2020)	4º WS (outubro 2021)
<p>1. <u>Workshop nacional:</u></p> <p>1.1. Avaliação de cenários- Atividade "buffer"</p> <p>1.2. Dinâmica quebra-gelo</p> <p>1.3. 1ª Atividade de grupo: Definição de cenários</p> <p>1.4. 2ª Atividade de grupo: Identificação de Principais Constrangimentos/ Preocupações e Benefícios/ Novas Oportunidades</p> <p><u>Coffe Break</u></p> <p>1. <u>Workshop nacional (cont.):</u></p> <p>1.1. 3ª Atividade de grupo: Identificação de prioridades</p> <p>2. Debate e encerramento</p> <p>3. Avaliação da sessão</p> <p>4. Conclusões</p>	<p>Almoço convívio</p> <p>1. <u>Workshop nacional:</u></p> <p>1.1. Sessão de boas-vindas;</p> <p>1.2. Avaliação de cenários- atividade <i>buffer</i></p> <p>1.3. 1ª Atividade de grupo: Ciclos de vida:100% circular!</p> <p>1.4. <i>World</i> café: diversidade de ideias e visões</p> <p>1.5. <i>ROADMAP</i>: Onde queremos chegar e como?</p> <p>2. Encerramento e avaliação da sessão</p> <p>3. Conclusões</p>	<p>1. <u>Parte 1- Ações a nível nacional para o EPS/XPS! (workshop nacional):</u></p> <p>1.1. Sessão de boas-vindas</p> <p>1.2. Sessão de apresentação e atividade <i>buffer</i></p> <p>1.3. Ações a nível nacional para o EPS/XPS!</p> <p>1.4. Encerramento da parte nacional</p> <p><u>Coffe Break virtual</u></p> <p>2. <u>Parte 2 – Ações a nível europeu relacionadas com o futuro do EPS/XPS!(workshop Internacional):</u></p> <p>2.1 Boas-vindas e atividade buffer</p> <p>2.2 Metodologia de avaliação da circularidade (CA Metodologia)</p> <p>2.3 Ações relativas ao futuro EPS/XPS a nível europeu!</p> <p>3. Conclusões</p>	<p>1. <u>Parte 1 – Resultados do projeto OceanWise (workshop internacional):</u></p> <p>1.1. Apresentação dos resultados do projeto pela CEDrE, SEABIRD INDUSTRIE e SUSTAINN;</p> <p>1.2. CEDrE, SEABIRD INDUSTRIE e SUSTAINN;</p> <p>1.3. Diálogo com os participantes;</p> <p>1.4. Encerramento da parte internacional e indicação dos próximos passos.</p> <p><u>Coffe Break virtual</u></p> <p>2. <u>Parte 2 – Soluções para deter o lixo marinho EPS/XPS! (workshop nacional):</u></p> <p>2.1 Sessão de boas-vindas;</p> <p>2.2 Soluções para parar o lixo marinho EPS/XPS;</p> <p>2.3 Reflexão sobre o processo <i>Oceanwise</i>;</p> <p>2.4 Observações finais;</p> <p>3. Conclusões</p>

4.1.3. NIPOGES- Estado atual das populações de amêijoa-japonesa da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado – bases científicas para uma gestão sustentável do recurso

O projeto NIPOGES tem como objetivo sensibilizar a uma pesca mais sustentável a nível ambiental, eficiente em recursos, inovadora, competitiva e fundamentada em conhecimento científico, dado o valor que a amêijoa-japonesa representa a nível socioeconómico e o seu ciclo de vida (exige uma pesca sustentável para controlo da espécie). O projeto surge, então, com o âmbito de promover a transferência de conhecimento científico às comunidades piscatórias da Ria de Aveiro, Lagoa de Óbidos, estuário do Tejo e estuário do Sado, por forma a capacitá-las a apoiar a criação de propostas de regulamentações e de gestão para a pesca sustentável da amêijoa-japonesa. O período de duração para o projeto definido inicialmente foi de dezembro de 2017 a dezembro de 2020, mas com a pandemia o projeto prolongou-se até março de 2022.

Para este efeito, o projeto contou com sete workshops (Tabela 4.7), em que três decorreram presencialmente, três virtualmente e o último decorreu em formato híbrido, com a maioria dos participantes a participar presencialmente e os restantes em formato *online*. Na Tabela 4.9, encontram-se os programas das sessões de participação do projeto NIPOGES.

Tabela 4.7- Cronograma de *workshops* do projeto NIPOGES.

NIPOGES			
Ano	Sessão	Nº de Participantes	Formato da Sessão
2018	1º WS	21	Presencial
2019	2º WS	11	Presencial
2019	3º WS	12	Presencial
2020	4º WS	12	<i>Online</i>
2021	5º WS	11	<i>Online</i>
	6º WS	13	<i>Online</i>
	7º WS	13	Híbrido

À semelhança do que foi feito nos subcapítulos anteriores, Tabela 4.8, encontram-se representados os perfis dos participantes nas sessões participativas do projeto NIPOGES, estando separados por nove categorias de perfis. Em termos de adesão participativa, foi sentida apenas diferença entre as primeiras duas sessões, mantendo-se iguais nas restantes sessões. À semelhança do projeto anterior, há uma grande participação de " Entidades e Autoridades

Públicas e de Gestão" e de "Associações e Organização Cívicas e Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos", sendo que neste projeto se nota uma maior predominância do primeiro grupo. Note-se, ainda, que os participantes das "Associações e Organização Cívicas e Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos", foram perdendo representatividade nas sessões presenciais, assim como os "Produtores".

Tabela 4.8- Perfil dos Participantes do projeto NIPOGES.

Perfil dos Participantes	Número de Participantes						
	1º WS	2º WS	3º WS	4º WS	5º WS	6º WS	7ºWS
Produtores ²⁰	2	0	4	2	1	2	1
Distribuidores e Retalho	1	0	0	2	0	0	2
Consumidores/Cidadãos	3	1	1	0	0	1	1
Entidades e Autoridades Públicas e de Gestão	7	0	2	5	8	6	3
Associações e Organização Cívicas e Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos ²¹	5	10	5	3	1	2	3
Academia e Investigação	1	0	0	0	1	1	1
Outros setores	2	0	0	0	0	1	2

²⁰ Mariscadores, pescadores, ostricultores, Alga Plus, entre outros.

²¹ Associação Portuguesa de Aquicultores, APARA, Sindicato livre dos Pescadores, ACAPSI, Ala-Ala- Associação de Pesca, APMALO, entre outros.

Tabela 4.9- Programas dos *workshops* do projeto NIPOGES.

1º WS (julho 2018)	2º WS (fevereiro 2019)	3º WS (outubro 2019)	4º WS (novembro 2020)	5º WS (fevereiro 2021)	6º WS (fevereiro 2021)	7º WS (novembro 2021)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Receção dos participantes 2. Atividade inicial- Recolha de contributos dos participantes 3. Boas-vindas 4. Apresentação do resultado se projeto amêijoa-japonesa 5. Apresentação do projeto NI-POGES 6. Debate 7. Lanche convívio 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Receção dos participantes 2. Enquadramento do projeto NI-POGES e debate 3. <u>Workshop:</u> <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Desenvolvimento de propostas 4. Debate 5. Encerramento da sessão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Receção dos participantes 2. Atividade inicial 3. Apresentação do trabalho de investigação 4. <u>Workshop</u> 5. Debate e avaliação da sessão 6. Considerações finais 	<ol style="list-style-type: none"> 1 Enquadramento do projeto 2 <u>Workshop:</u> <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Desenvolvimento de propostas de forma a mitigar os problemas identificados 2.2 Co-construir propostas para a gestão da Ameijoa Japonesa no Tejo 3 Debate 4 Encerramento da sessão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boas-vindas 2. Enquadramento do projeto 3. Sessão de debate sobre a gestão da Amêijoa-japonesa na Lagoa de Óbidos 4. Encerramento da sessão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boas-vindas 2. Enquadramento da problemática e resultados preliminares 3. Debate e desenvolvimento em conjunto de propostas para a gestão da amêijoa-japonesa na Ria de Aveiro 4. Encerramento da sessão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boas-vindas 2. Apresentações: <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Enquadramento do projeto NI-POGES 2.2. Experiências de cogestão em Portugal 3. <u>Workshop:</u> <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Mapeamento de questões relevantes na Lagoa de Óbidos 4. Encerramento da Sessão

4.2. Questionários

O convite para responder ao questionário foi enviado em dezembro de 2020, e esteve aberto a respostas até 18 de fevereiro de 2022. Foi endereçado pelos organizadores principais de cada projeto, por razões de confidencialidade, aos participantes via e-mail e restantes organizadores.

Na Tabela 4.10, encontram-se registados os números de respostas obtidas por questionário e o número de questionários enviados. No total dos dois questionários foram obtidas 34 respostas, 23 por parte de participantes e 11 por parte de organizadores.

Tabela 4.10- Número de respostas enviadas e número de respostas obtidas.

	Nº de Respostas Obtidas por Questionário	Nº de Questionários Enviados
Participantes OW	10	36
Organizadores OW	3	7
Participantes NIPOGES	5	26
Organizadores NIPOGES	3	4
Participantes CAPonLITTER	8	78
Organizadores CAPonLITTER	5	7

Para a análise de resultados, foram apenas contabilizados para estudo os participantes e organizadores que autorizaram o uso das suas respostas, segundo o Regulamento Geral de Proteção de Dados- Diretiva 95/46/CE, que corresponde à primeira questão do questionário. Caso não respondessem afirmativamente, o questionário findava automaticamente.

Decidiu-se avaliar os resultados de cada projeto em conjunto, isto é, avaliar os resultados de cada projeto a cada secção em conjunto devido à semelhança metodológica e organização (e mediação) de cada projeto.

4.2.1. Questionário aos participantes

Como referido, para além do questionário estar dividido em secções, essas divisões estão também divididas segundo o tipo de sessões de participação em que esses participantes estiveram presentes, separando-se o questionário, portanto, em três partes.

Em primeiro lugar, apresentam-se os perfis dos participantes (secção doze), descritos pelos gráficos das três figuras em baixo.

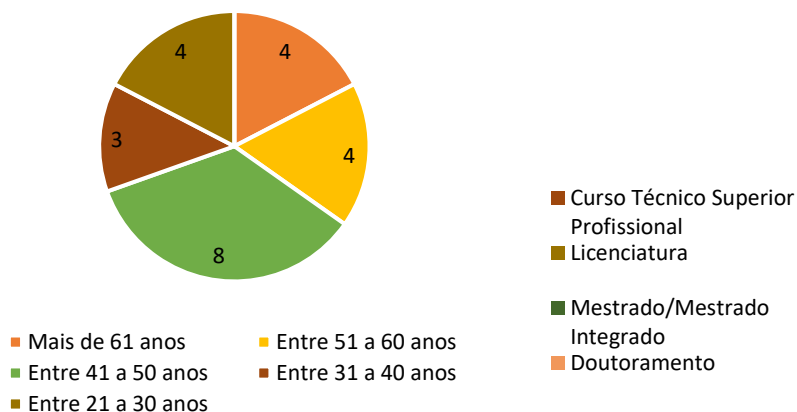


Figura 4.2- Faixa etária dos participantes dos três projetos em estudo.

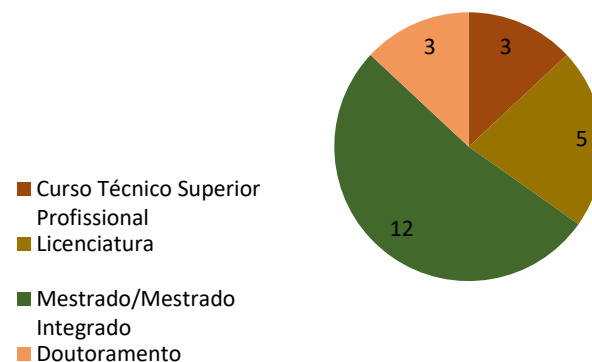


Figura 4.1- Grau de formação académica dos participantes dos três projetos em estudo.

A maioria dos participantes encontrava-se à data de resposta do questionário na faixa etária entre os 41 e os 50 (segundo a Figura 4.2), assim como todos os participantes possuem um grau de formação académico acima do curso técnico superior profissional (inclusive), como se pode observar pela Figura 4.1.

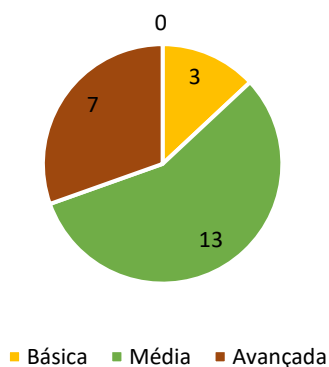


Figura 4.3- Perceção do grau de literacia tecnológica dos participantes dos três projetos em estudo.

Na Figura 4.3, é possível analisar o nível de literacia tecnológica que os participantes consideram ter, tendo a sua maioria considerado ser média.

Como referido no Capítulo 3.3, a última secção tinha como objetivo fundamental traçar uma linha direta entre os traços demográficos e os impactes sentidos a nível de clivagem digital e conhecimento digital, e pelos resultados obtidos, face às secções dois, cinco e oito, a

maioria dos participantes concorda que não foi necessária ajuda para si ou outros ou que não seria necessária ajuda em caso de participar numa sessão *online*. Pelo que, e de encontro com a literatura consultada o presente estudo mostra uma tendência entre o elevado grau de formação académica e de literacia dos participantes e a facilidade de adaptação tecnológica ao formato *online* que os mesmos tiveram.

Na primeira secção do questionário, que era transversal aos três projetos, de escolha múltipla e tinha exatamente como objetivo definir o percurso do participante pelo questionário consoante os formatos de sessão em que o participante tinha participado (Figura 4.4).

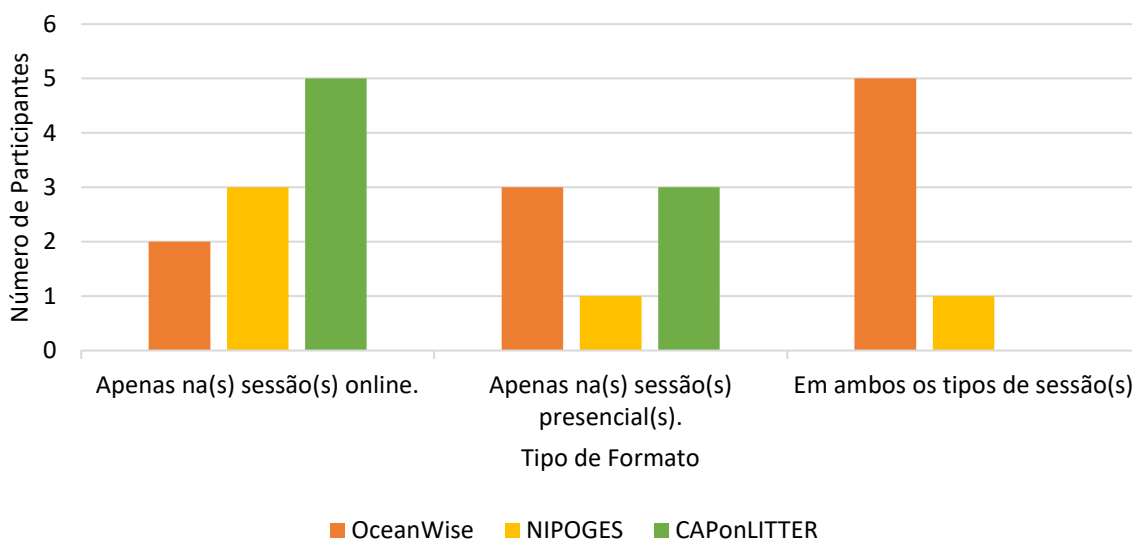


Figura 4.4- Questão 1: " Em que tipo de sessão(s) esteve presente?".

Como descrito no Capítulo 3.3, após a resposta à questão analisada no gráfico da figura anterior, os participantes foram encaminhados para secções específicas. Destaque-se que no caso das sessões dos processos participativos mistos, "Em ambos os tipos de sessão(s)", apenas se obtiveram respostas de participantes dos projetos OceanWise e NIPOGES.

Na segunda secção, que corresponde à primeira parte dos questionários e por conseguinte avalia as respostas dos participantes que participaram em ambos os tipos de sessões, procedeu-se à avaliação da utilização das ferramentas tecnológicas que tiveram de ser usadas aquando da adaptação ao formato tecnológico (Figura 4.5).

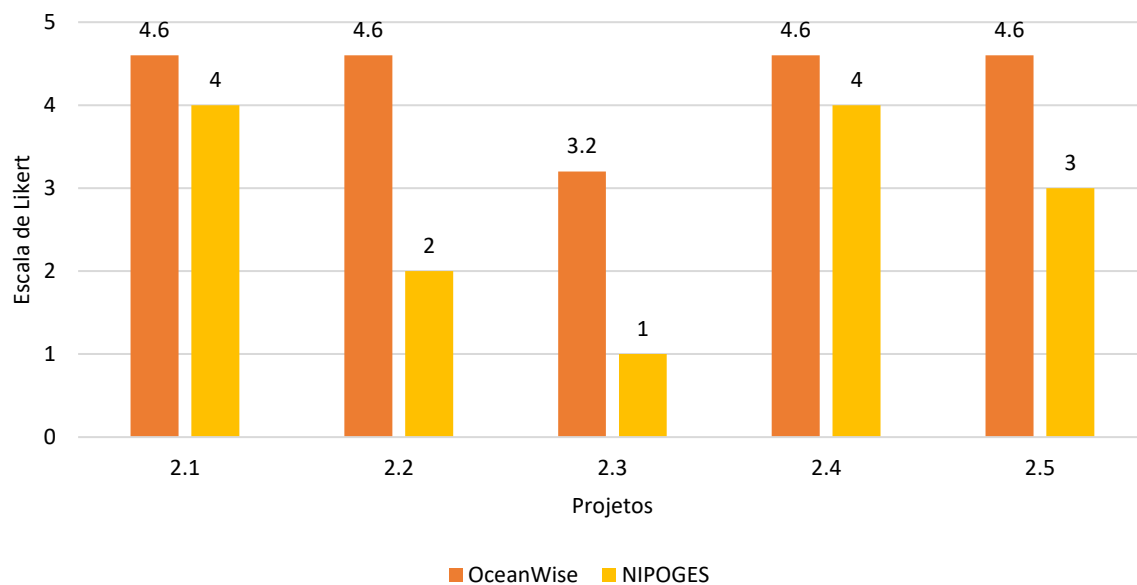


Figura 4.5- Secção 2: "Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)"

Os participantes de ambos os projetos concordam que o acesso às tecnologias foi fácil (questão 2.1) e que de igual modo se sentiram confortáveis na sua utilização. Nas questões 2.2 e 2.5 os participantes do projeto OceanWise concordam que foi prestado auxílio aos participantes para a utilização das ferramentas tecnológicas, apesar de não concordarem ou discordarem de ter sido necessária ajuda para o seu uso (questão 2.2), concordaram também que as ferramentas foram adequadas ao processo participativo. Já o participante do projeto NIPOGES teve uma opinião diferente, discordando de que foi disponibilizada ajuda para o uso de ferramentas tecnológicas (questão 2.2), mas discordando de que também tenha sido necessária durante as sessões (questão 2.5). Em análise geral, o acesso a ferramentas foi fácil (tanto às ferramentas tanto em termos de literacia) para todos os participantes, assim como se sentiram confortáveis na sua utilização.

Na secção três procurou-se compreender o conforto dos participantes na comunicação facilitada por tecnologias e de que forma pode ter tido impacte na sua comunicação oral (Figura 4.6).

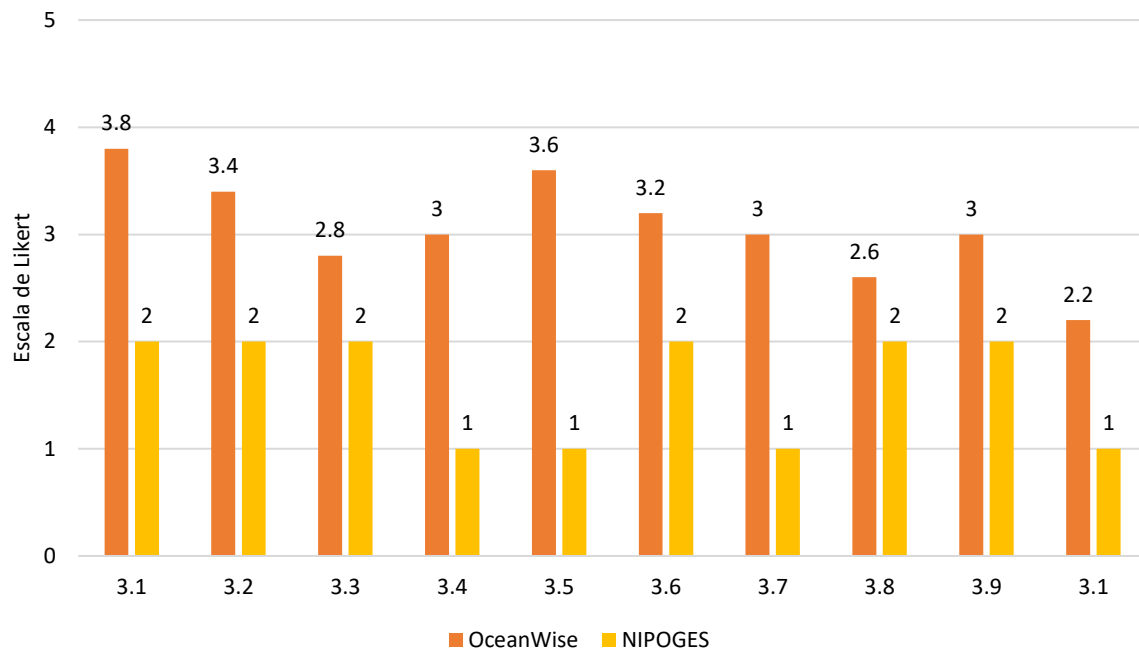


Figura 4.6- Secção 3: "Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)".

Na primeira questão (3.1), a média de respostas dos participantes foi tendencialmente positiva em concordar que houve maior facilidade na sua comunicação com os restantes participantes comparando com o contexto presencial. Já na questão seguinte (3.2), embora os participantes tenham respondido estar de acordo, existe desacordo nas respostas de ambos os projetos. Já a facilidade de comunicação entre participante-organização foi avaliada em desacordo, pelo que os participantes tendencialmente discordam que a comunicação mediada por tecnologias facilita a comunicação com a equipa organizadora das sessões participativas. A respeito da ausência da comunicação não-verbal (questão 3.4), houve desacordo entre participantes do projeto *OceanWise*- "Nem concordo nem discordo"- que levou a um empate na classificação da questão. Na questão seguinte (questão 3.5), que coloca a pergunta anterior, mas da perspetiva da ausência da comunicação não-verbal por parte dos restantes participantes para com o questionado, a maioria dos respondentes concordaram que se sentiu o impacte da ausência da comunicação corporal na partilha de ideias/opiniões.

Na questão seguinte (questão 3.6) baseada nas conclusões de Pantić et al., (2021), os participantes classificaram a afirmação tendencialmente de forma positiva, considerando-se a possibilidade do formato facilitar os momentos de discussão de ideias e partilha de opiniões entre participantes. No que diz respeito à tomada de decisão (questão 3.7), os questionados

responderam de forma mais díspar, no entanto, pela análise individual houve uma tendência para concordar com a afirmação. Na questão "Cooperei mais ativamente no encontro de soluções para os problemas.", os participantes não concordaram, demonstrando que a mudança de formatos não alterou o seu comportamento entre sessões. Na questão 3.9 os questionados responderam de forma inconclusiva, pelo que se conclui que segundo a sua experiência não têm opinião acerca da influência de formatos na qualidade dos resultados. Na última questão da secção três, os participantes quanto questionados acerca das possíveis limitações relativamente ao idioma falado nas sessões, a sua maioria respondeu que discorda ter sentido "alguma dificuldade ou limitação na interação com os restantes participantes".

Já o participante do projeto NIPOGES discordou das questões 3.1/3.2/3.3/3.6/3.8/3.9 pelo que a adaptação ao *online* não correu tão bem como com a média dos participantes do projeto OceanWise ao nível da comunicação e da tomada de decisão é desenvolvida em formato presencial. No entanto, o participante discorda da existência de impactes derivados da ausência de comunicação não-verbal em contexto *online* e que não sentiria limitação linguística caso fosse utilizado outro idioma sem ser a sua língua materna (ex. Inglês).

De forma geral, os resultados foram abaixo do valor médio da Escala de *Likert*, indicando que o formato *online* poderá não ter sido o mais positivo, tendo em conta que tinham a referência das sessões presenciais.

Na secção quatro, procurou compreender-se o impacte da adaptação de formato nos participantes das sessões participativas e avaliar de que forma os formatos podem ser melhorados pelos participantes que participaram em ambos os tipos de sessão (Figura 4.7).

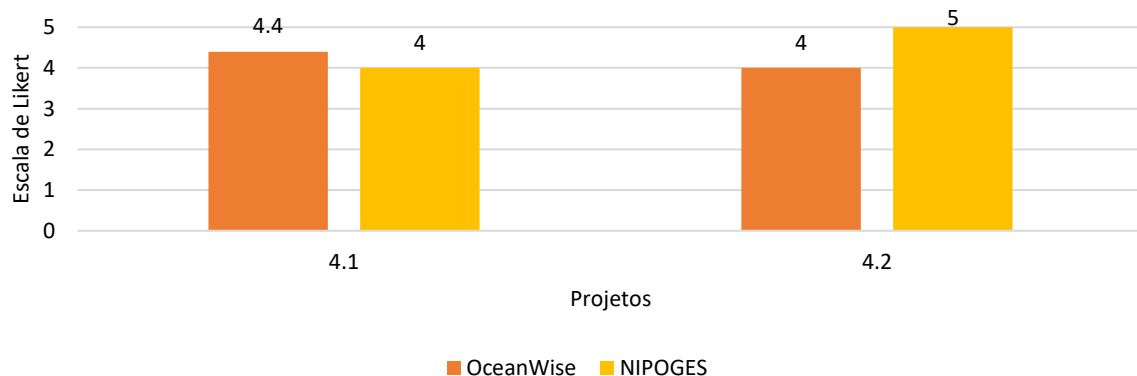


Figura 4.7- Secção 4: "Sucesso da adaptação do formato da(s) sessão(s) de presencial(s) para online".

Pela primeira questão, depreende-se que a adaptação ao novo formato decorreu de forma fácil para os participantes de ambos os projetos e concordam, também, que a transição

de formatos poderá gerar uma maior adesão à participação pública, tópico igualmente corroborado por vários autores como Zheng (2015). Para se compreender qual o nível de melhoria a exigir em novas sessões e que melhorias futuras e concretas são necessárias para o melhor desenvolvimento dos projetos, desenvolveram-se as questões 4.3/4.4/4.5/4.6 e respostas abertas 4.3.1/4.4.1/4.5.1/4.6.1, que como explicado no capítulo anterior, serão analisadas em conjunto com as questões homónimas das restantes secções. Por fim, ainda se analisou qual o tipo de sessão que, se pudessem, os participantes optariam, pelo que a maioria optou por um sistema de sessões participativas misto (Figura 4.8).

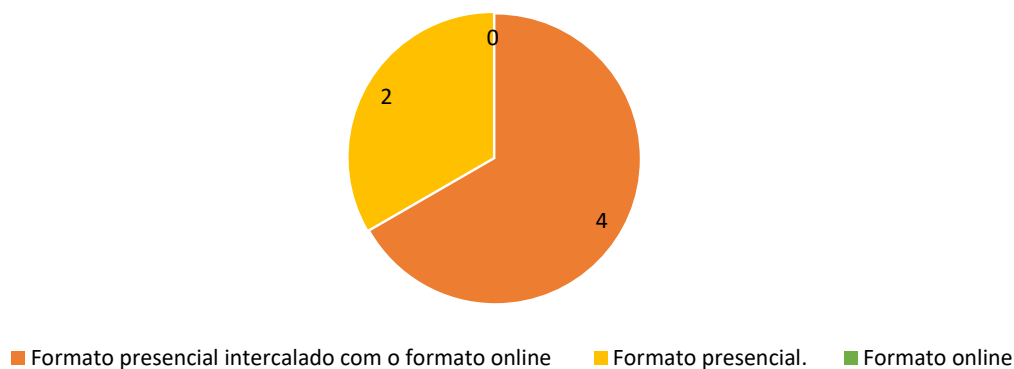


Figura 4.8- Questão 4.7: "Se tivesse oportunidade de optar pelo formato das sessões, por qual optaria?".

A segunda parte do questionário (secções cinco, seis e sete, nas quais se obtiveram respostas por parte dos participantes dos 3 projetos) foi concebida apenas para os participantes que estiveram nas sessões presenciais e tem como objetivo compreender qual seria a sua posição e perceção de adequação ao formato tecnológico. Na quinta secção, assim como na segunda secção, os participantes são questionados acerca do modo de funcionamento e desenvolvimento da sessão, Figura 4.9.

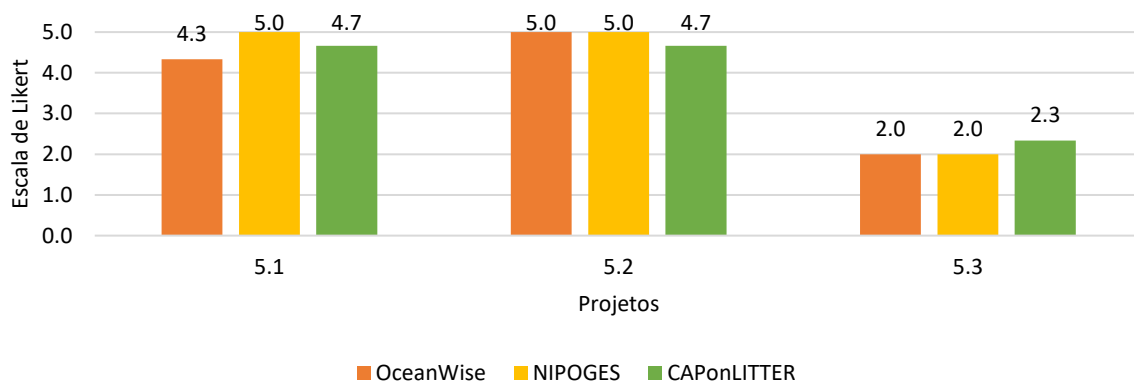


Figura 4.9- Secção 5: "Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)."

A maioria dos participantes dos 3 projetos concordou que não só tem acesso a tecnologias, como sentiria conforto e segurança na sua utilização em contexto de processo participativo, assim como considera que não necessitaria de auxílio para a utilização de ferramentas tecnológicas.

Na sexta secção, foi questionado o conforto na comunicação e compreensão oral em caso de se tratar de uma sessão participativa de formato online e não de presencial, para se compreender como se sentiriam os participantes caso tivessem estado presentes numa sessão virtual (Figura 4.10).

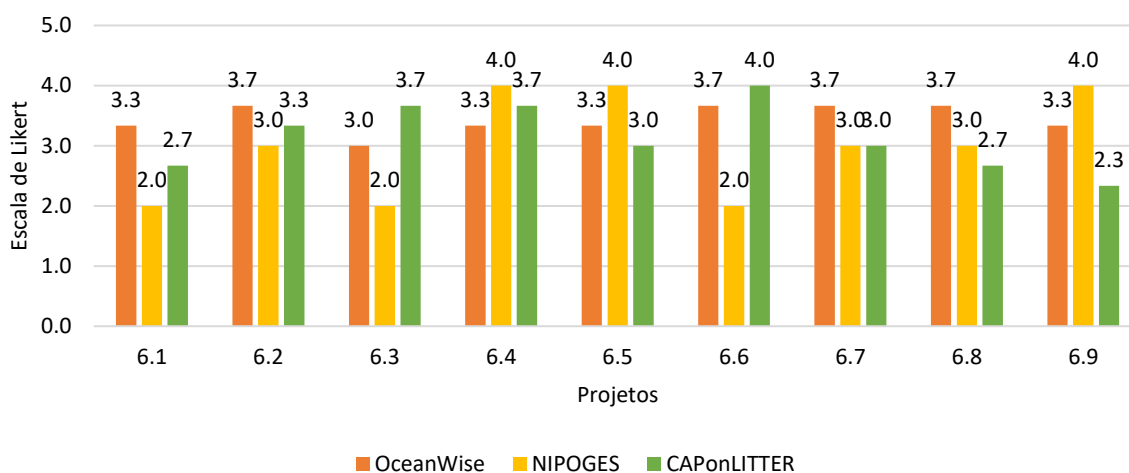


Figura 4.10- Secção 6: "Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)".

De um modo geral, os participantes não acharam que o formato online os faria ter maior facilidade em comunicar, embora tenham concordado que poderia trazer maior facilidade para os restantes participantes. Na questão 6.3, os participantes do projeto *CAPonLITTER* concordaram com a existência de facilidade na participação e comunicação oral com os organizadores, corroborado o estudo de Pantić *et al.* (2021), mas para os participantes do projeto *OceanWise*, é inconclusiva a avaliação e os restantes participantes discordaram da afirmação. Os participantes dos três projetos voltaram a concordar na questão seguinte, considerando que a ausência parcial da sua comunicação não-verbal com os restantes participantes teria influência nas suas partilhas de ideias, assim como consideraram que o mesmo poderia acontecer com os restantes participantes para consigo (questão 6.5).

Na questão 6.6, os participantes foram questionados acerca do papel do formato *online* na geração e discussão de ideias e opiniões, e os participantes do projeto *OceanWise* e *CAPonLITTER* concordaram que o formato facilitaria, mas os participantes do projeto *NIPOGES* discordaram. Destaque-se que uma possível explicação para a dificuldade dos participantes poderá ter relação com a característica dos mesmos, isto é, atente-te ao perfil geral do

participante do projeto NIPOGES, que corresponde, na maioria, a organizações civis e ao setor primário (setor da pesca).

Na questão seguinte, "Cooperaria mais ativamente no encontro de soluções para os problemas.", o conjunto de todos os participantes demonstra uma propensão para concordar com a afirmação, excetuando o caso dos participantes do projeto CAPonLITTER, que discordam. Na questão 6.9, os participantes dos dois primeiros projetos concordam que no geral sentiriam alguma dificuldade/limitação linguística na comunicação com os restantes participantes caso fosse utilizada outra língua que não a sua língua materna, mas os participantes do projeto CAPonLITTER discordaram da afirmação. Em suma, os participantes mostram-se positivos à situação hipotética posta em causa (mudança de formato presencial para *online*), excetuando o caso do projeto NIPOGES, que não classifica tão positivamente.

Na sétima secção, foi avaliada a adaptação da transição para formato *online* dos processos participativos, tendo-se avaliado, neste caso, qual a sua posição quanto à participação num formato *online* (Figura 4.11), qual a perceção face à adesão pelos restantes participantes e quais as preferências e melhorias entre ambos os formatos de sessão.

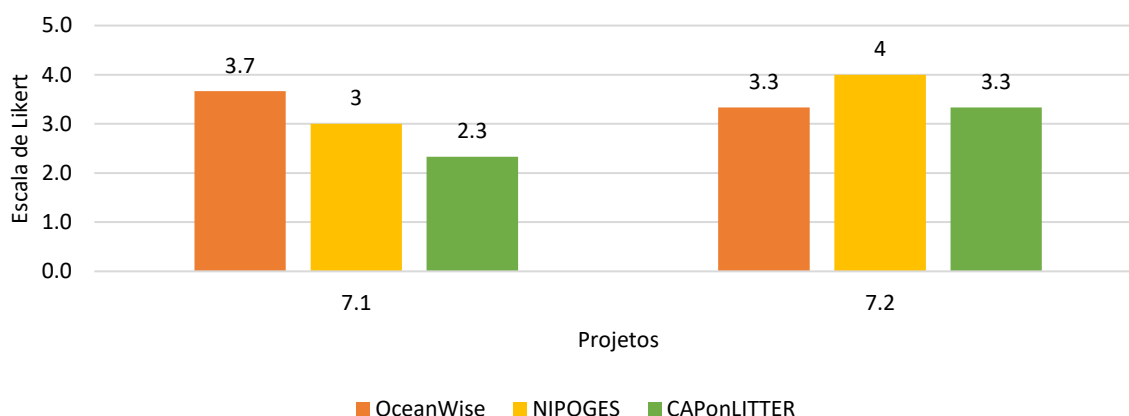


Figura 4.11- Secção 7: "Adaptação do formato da(s) sessão(s) de presencial para online".

Os participantes dos três projetos, de uma forma geral, não possuem acordo quanto à possibilidade de maior conforto por parte do formato *online* comparado com o presencial (questão 7.1), no entanto, têm tendência em concordar de forma geral que este formato pode atrair mais público à participação (questão 7.2) (Pantić et al., 2021). Tal como referido no capítulo 3.3 e como é referido na secção quatro, as restantes questões da secção, que são questões de resposta aberta, serão avaliadas no final da análise da terceira parte do questionário.

De seguida, segue-se a análise à terceira e última parte do questionário, que diz respeito às respostas dos participantes que apenas participaram em sessões participativas de formato *online*.

A secção oitava, à semelhança da segunda e quinta, pretenderam compreender o conforto na comunicação e compreensão oral durante as sessões *online* (Figura 4.12).

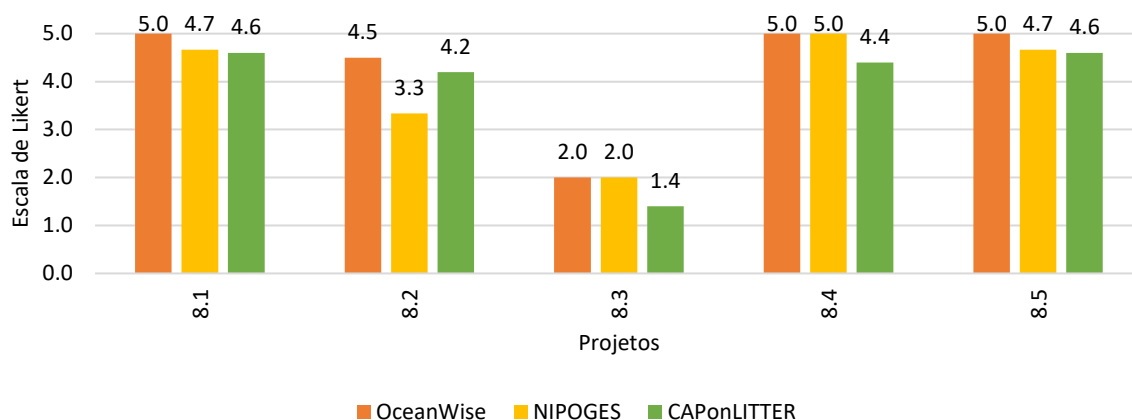


Figura 4.12- Secção 8: "Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)".

Os participantes dos três projetos consideraram fácil o acesso às ferramentas tecnológicas necessárias (questão 8.1), sentiram conforto e confiança na sua utilização (questão 8.4), assim como concordam que foram adequadas e oportunas para o formato da sessão(s). Relativamente à questão 8.2, comparativamente às anteriores, os participantes não responderam unanimemente, apesar de no geral concordarem que foi disponibilizado apoio por parte da organização, apesar de, na questão seguinte, considerarem congruentemente que não foi necessária ajuda para a utilização das ferramentas.

Na nona secção, avaliou-se como as pessoas se sentiriam caso tivessem participado em sessões de participação presenciais em vez de virtuais (Figura 4.13).

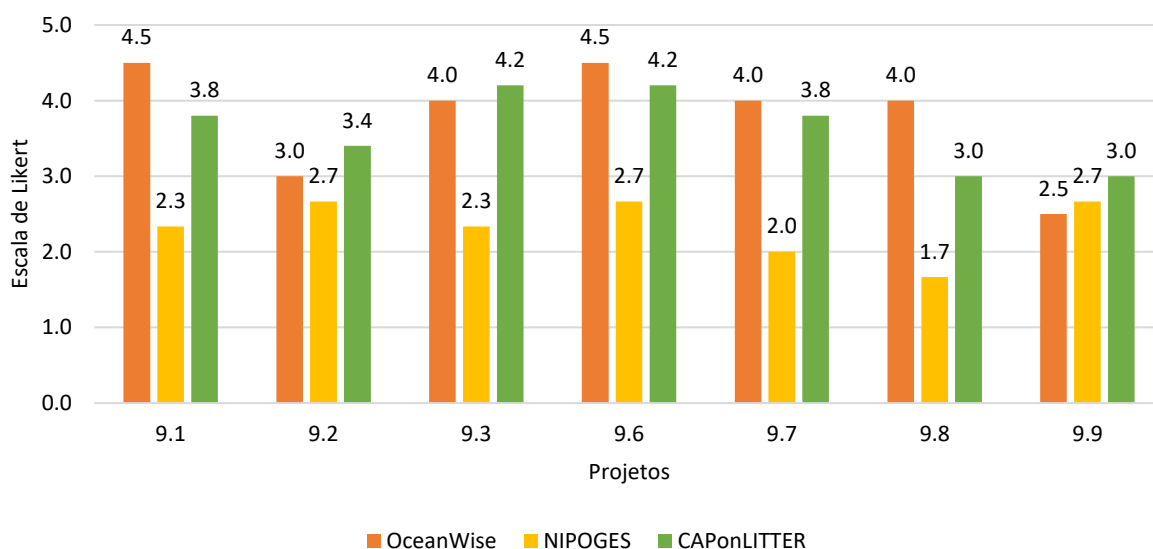


Figura 4.13- Secção 9: "Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)".

Numa visão geral face às classificações dadas às afirmações, os participantes do projeto *OceanWise* e *CAPonLITTER* encontram-se em maior acordo do que os participantes do projeto NIPOGES. Segundo os resultados às três primeiras questões, os participantes do projeto *OceanWise* e *CAPonLITTER* demonstraram tendência a concordar que sentiriam uma maior facilidade a comunicar com outros participantes e organizadores caso a sessão fosse presencial, assim como acreditam que a comunicação dos outros participantes para consigo funcionasse melhor. No caso dos participantes do projeto NIPOGES, discordam de que a comunicação pudesse ter funcionado melhor em contexto presencial entre si e participantes, entre os restantes participantes para consigo e entre si e os organizadores (questões 9.1 e 9.2).

Os participantes dos projetos *OceanWise* e *CAPonLITTER* concordam que o diálogo argumentativo (questão 9.6) funcionaria melhor para momentos de discussão de ideias e opiniões e também, que a tomada de decisão e resolução de problemas funcionaria melhor em contexto presencial (questão 9.7). Já os participantes do segundo projeto não concordam com as afirmações, achando que o formato contrário funciona melhor nesse contexto. Segundo a questão "Cooperaria mais ativamente para o encontro de soluções para os problemas.", apenas os participantes do projeto *OceanWise* concordaram com a afirmação, enquanto os participantes do projeto NIPOGES discordaram totalmente e os do projeto *CAPonLITTER* classificaram de forma inconclusiva. Por fim, todos os participantes concordaram que sendo utilizada um idioma que não a sua língua materna (exemplo: Inglês), para interação com os restantes participantes, não sentiriam limitação, excetuando os participantes do projeto *CAPonLITTER* cuja resposta é inconcludente.

Na décima secção, avaliou-se, por fim, o sucesso da adaptação de formatos, desta vez da perspectiva de *online* para presencial. Na Figura 4.14 apenas se encontram representadas as questões 10.1 e 10.2, as questões 10.3/10.4/10.5/10.6 e consequentes justificações serão avaliadas em conjunto mais à frente.

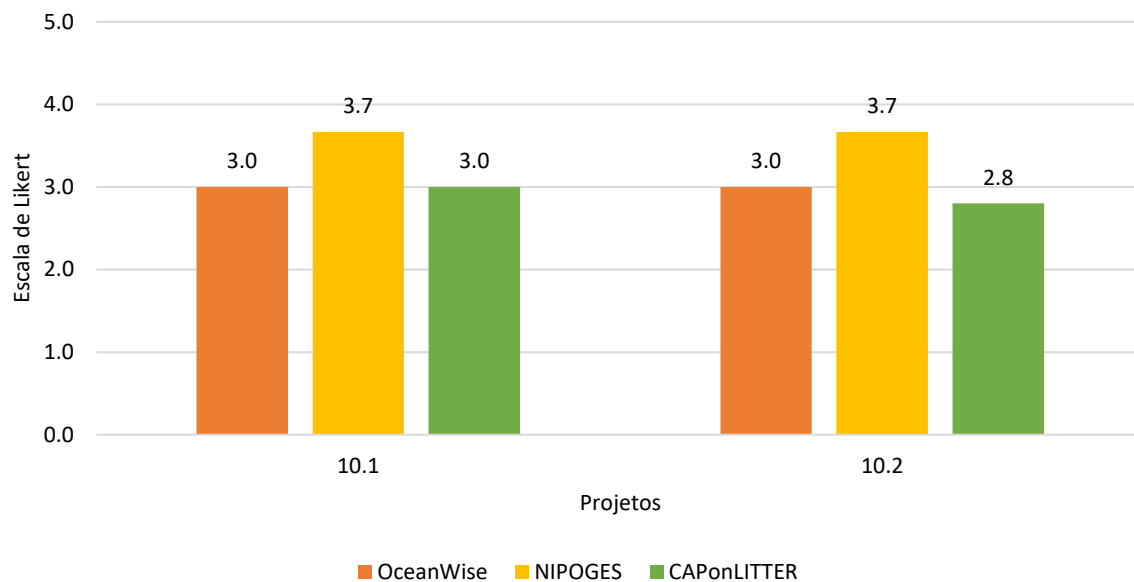


Figura 4.14- Secção 10: "Sucesso da adaptação do formato da(s) sessão(s) de online para presencial".

Pela resposta dada na questão 10.1, apenas os participantes do projeto NIPOGES apresentam uma tendência positiva, concordando que sentiriam maior conforto em participar numa sessão presencial, os participantes dos outros dois projetos não concordaram ou discordaram da afirmação. Na questão seguinte os participantes do projeto NIPOGES concordaram que o formato presencial poderia gerar maior adesão que o virtual, mas a mesma opinião não foi partilhada pelos participantes do projeto *CAPonLITTER* que demonstraram uma tendência negativa na resposta, discordando da mesma. Igualmente ao que aconteceu na questão anterior, os participantes do projeto *OceanWise* não mostraram ter opinião significativa quanto à afirmação.

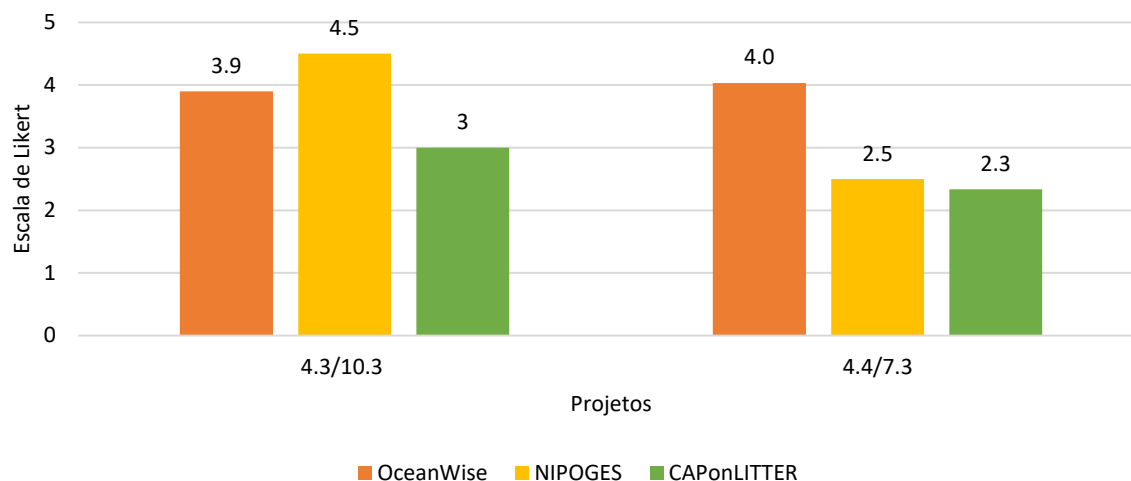


Figura 4.15- Questões: "Existe espaço para melhoria da(s) sessão(s) de formato online" e "Existe espaço para melhoria da(s) sessão(s) de formato presencial".

Como referido na análise às secções anteriores, por questões de lógica, achou-se que fazia mais sentido avaliar em conjunto as questões 4.3/10.3 e 4.4/7.3 (Figura 4.15) apesar de fazerem parte de secções diferentes, uma vez que, as pessoas que estiveram presentes nas sessões mistas estiveram presentes nas mesmas sessões *online* e presenciais que os participantes que só estiveram presentes nestas últimas. Assim, a avaliação feita pelos participantes dos dois primeiros projetos acerca da adaptação do formato *online* para presencial (questão 4.3 e 10.3) é positiva no sentido em que concordam que existe trabalho a fazer para melhorar as sessões de participação *online*, já as respostas dos participantes do projeto *CAPonLITTER* não mostraram qualquer tendência. Relativamente à questão 4.4/7.3, os participantes dos projetos *NIPOGES* e *CAPonLITTER* demonstram estarem satisfeitos com o decorrer das sessões presenciais, mas segundo os participantes do projeto *OceanWise*, as sessões presenciais carecem de melhoria. Para compreender de que forma as sessões necessitavam de ser melhoradas, pediu-se aos participantes que justificassem as questões anteriores obrigatoriamente. Como explicado no Capítulo 3.3, através da análise segundo a Tabela 4.11, resultam as respostas da Figura 4.16, cujas respostas estão quantificadas pelo número de vezes mencionadas por participante.

Tabela 4.11- Principais medidas consideradas para o estudo das justificações 4.3.1/10.5.1 e 4.4.1/7.3.1.

Categorias de medidas	Definição considerada
Funcionamento adequado	O projeto desenvolveu-se dentro do que era esperado tendo em conta o contexto temporal e histórico em que aconteceu.
Maior interação, dinamismo e melhor comunicação	Necessidade de maior interação entre participantes e de participantes e organizadores. Maior dinamização das sessões, como incluir momentos de <i>ice break</i> , <i>coffe break</i> .
Redução de grupos de trabalho	Redução de grupos de trabalho em momentos que exijam debate ativo, por dificultar a comunicação (medida de melhoria ao formato <i>online</i>).
Melhor gestão das sessões	Melhoria da apresentação de resultados e melhoria geral do processo participativo virtual (uso de softwares, melhor gestão das plataformas de videoconferência, melhor gestão/moderação da participação).
Melhor gestão horária das sessões	Gerir melhor as sequências horárias das sessões, dar prioridade aos períodos de resolução de problemas para que os participantes possam ter tempo para contribuir.

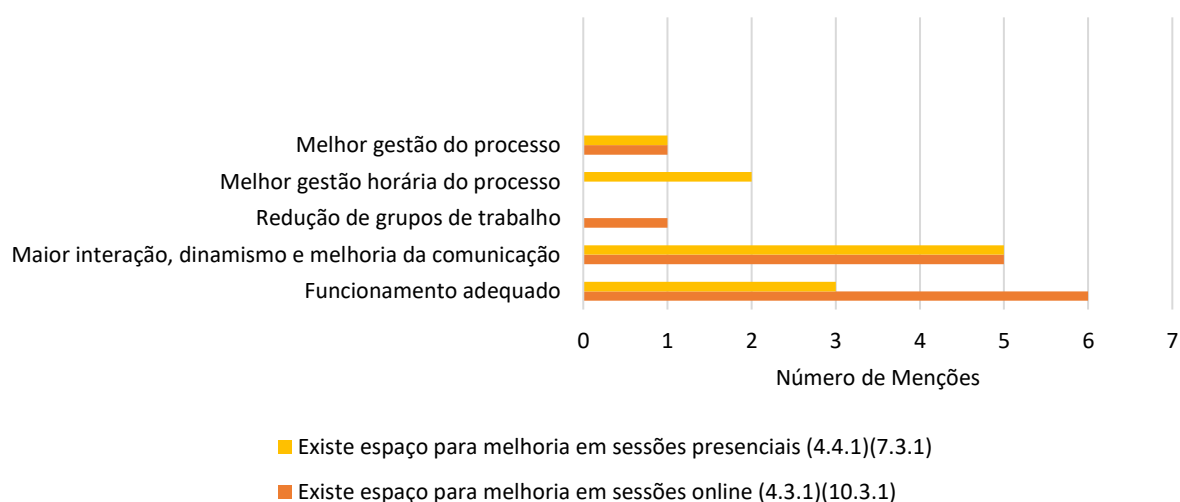


Figura 4.16- Respostas às questões 4.4.1/7.3.1/4.3.1/10.3.1.

A maioria dos participantes disse que as sessões *online*, assim como as presenciais, decorreram de forma adequada e como o esperado tendo em conta a urgência com que a adaptação aconteceu, mas a segunda resposta mais comum foi na categoria do dinamismo, interação e comunicação e foi uma observação feita pelos participantes de ambos os formatos. Houve,

também, tendência a destacar-se a falta de interação entre participantes quer a nível de organização-participantes, sendo mais acentuado no formato *online*.

Também se perguntou a todos os participantes, se tornariam a participar ou se participariam em sessões participativas *online* e presenciais, estando as respostas representadas nos gráficos das Figura 4.17 e Figura 4.18.

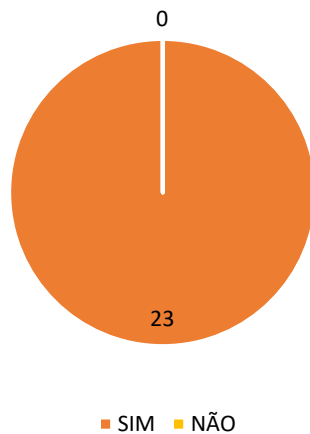


Figura 4.17- Questão: "Participaria em nova(s) sessão(s) de formato online?"

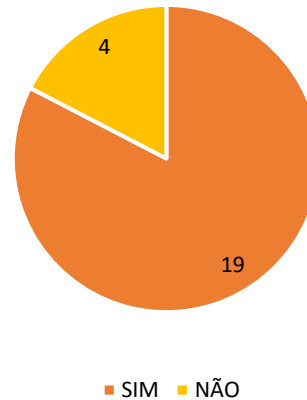


Figura 4.18- Questão: "Participaria em nova(s) sessão(s) de formato presencial?"

Relativamente ao formato *online*, a totalidade dos participantes respondeu que sim, já relativamente às sessões presenciais, quatro participantes responderam que não tornavam a colaborar, o que demonstra que prefeririam participar em formato online em vez. Também se pediu aos participantes para justificar as respostas anteriores, e não sendo uma resposta obrigatória, obtiveram-se, como justificação à questão "Participaria em nova(s) sessão(s) de formato *online*?" 16 respostas abertas, 13 respostas abertas à questão "Participaria em nova(s) sessão(s) de formato presencial?". Para a avaliação destas questões, utilizou-se, também, uma tabela de atributos representativa, como explicado no Capítulo 3.3, Tabela 4.12.

Tabela 4.12- Principais razões consideradas para o estudo das justificações
4.5.1/7.5.1/10.4.1/4.6.1/7.4.1/10.5.1.

Categorias de Razões	Definições consideradas
Melhor gestão pessoal	Redução das deslocações, conseqüente redução de gastos pessoais, economia de tempo e maior conforto. Associada ao fator das deslocações, anexa-se a redução da pegada carbónica.
Internacionalização dos projetos	Aumento da amplitude geográfica dos projetos pela possibilidade dos seus processos participativos poderem decorrer do início ao fim em formato <i>online</i> .
Maior dinamismo, interação e comunicação	Maior interação entre participantes e de participantes e organizadores. Maior dinamização das sessões, como momentos de <i>ice break</i> , <i>coffee break</i> com o papel fundamental do diálogo informal para quebrar barreiras comunicativas entre participantes.
Permite maior número de participantes	Salas virtuais deixam de possuir uma lotação máxima pelo que permitem um maior número de participantes contrapondo com as presenciais.
Funcionamento adequado	O projeto desenvolveu-se dentro do que era esperado tendo em conta o contexto temporal e histórico em que aconteceu.
Seguindo as normas DGS	A sessão participativa segue as regras sanitárias estipuladas pela Direção Geral da Saúde.
Melhor gestão de grupos	Melhor gestão do processo <i>in situ</i> dos grupos de trabalho presenciais.
Preferência pessoal	Dependendo do tipo de atividade por sessão, pode fazer mais sentido participar de forma <i>online</i> ou presencial.
Metodologias de participação presencial	As fracas inovações das metodologias de participação presencial podem levar à ausência de participação.

A lista de razões (atributos) encontra-se representada em baixo (Figura 4.19).

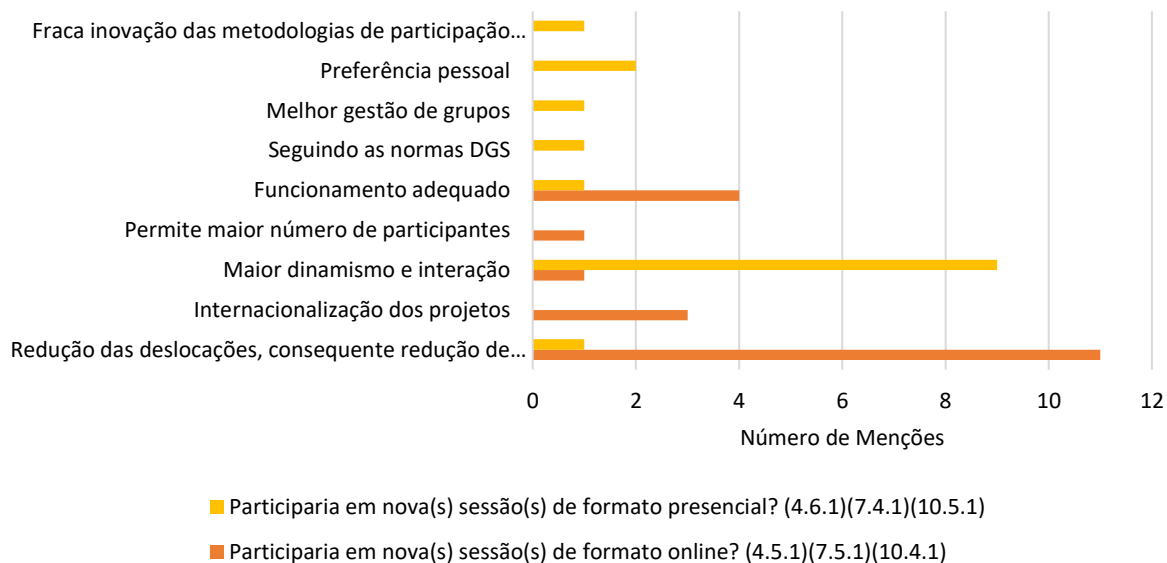


Figura 4.19- Justificações às questões “Participaria em nova(s) sessão(s) de formato presencial/online?”

Os formatos de participação possuem características diferentes, como vimos no Capítulo 2, pelo que seria de esperar que as razões que fossem ser destacadas fossem também diversas. No entanto, destacam-se algumas razões que foram também mencionadas na literatura e que devem ser mais uma vez destacadas:

- As principais razões pelas quais participariam novamente/em sessões presenciais recaem sobre a maior dinamização que estas têm, a capacidade de promoverem o diálogo informal (*coffee breaks*, almoços, *ice breaks*, entre outros) e interação pessoal que promovem (Pantić et al., 2021);
- As principais razões pelas quais participariam em sessões virtuais são a redução das deslocações, consequente redução de gastos pessoais, da pegada carbónica associada e economia de tempo (Klöwer et al., 2020; Pantić et al., 2021; Rosa, 2008; Toots, 2019b; Zheng, 2015).

Apesar de pela Figura 4.19 se compreender que são necessárias melhorias no formato, os participantes também reconheceram que tendo em conta que a adaptação de formatos teve de acontecer obrigatoriamente e num curto espaço de tempo, o funcionamento das sessões decorreu bem tendo em conta todo o contexto pandémico. Por fim, também se destaca a amplitude geográfica dos projetos, permitindo uma maior internacionalização dos mesmos (Klöwer et al., 2020; Pantić et al., 2021; Pirannejad et al., 2019).

Destaquem-se, também, a razão "Fracá inovação das metodologias de participação presencial.". O/a participante que apontou tinha respondido à questão da Figura 4.18 com "Não", juntamente com esta justificação.

4.2.2. Questionário aos organizadores

Na primeira secção do questionário, como no questionário dos participantes, foi pedida a permissão para a utilização dos dados em prol do presente estudo, e uma vez não carecerem de utilidade crítica para o estudo, não constam nos resultados.

Na segunda secção, avaliou-se a perceção dos organizadores da facilidade, conforto e segurança sentida pelos participantes na utilização das ferramentas tecnológicas necessárias, assim como a adequabilidade das mesmas (Figura 4.20).

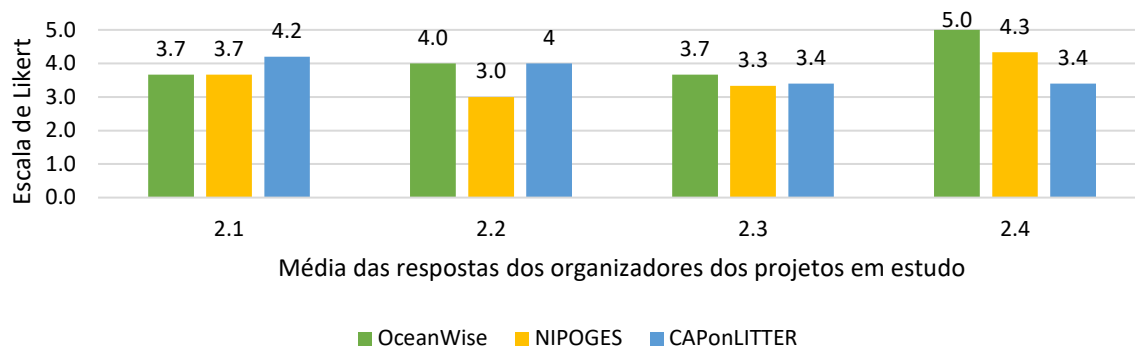


Figura 4.20- Respostas dos organizadores dos projetos *OceanWise*, NIPOGES e *CAPonLITTER*, à secção dois.

Os organizadores dos três projetos demonstraram concordar que os participantes sentiram facilidade no acesso, e a sua interpretação vai de encontro com as respostas igualmente positivas dos participantes à mesma questão, no entanto, as respostas dos organizadores dos projetos *OceanWise* e *CAPonLITTER* não vão de acordo com as repostas dadas pelos participantes, que dizem que não foi necessário auxílio. Relativamente ao conforto e segurança, os participantes sentiram-se mais confortáveis e seguros do que a perceção dos organizadores descreve. No que diz respeito à adequabilidade das ferramentas, os organizadores concordam de forma geral que foram adequadas, estando a sua opinião em acordo com a dos participantes.

Na terceira secção, foi pedido aos organizadores para classificarem as questões representadas no gráfico da Figura 4.21 partindo da comparação do formato presencial com o *online* sobre o conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s).

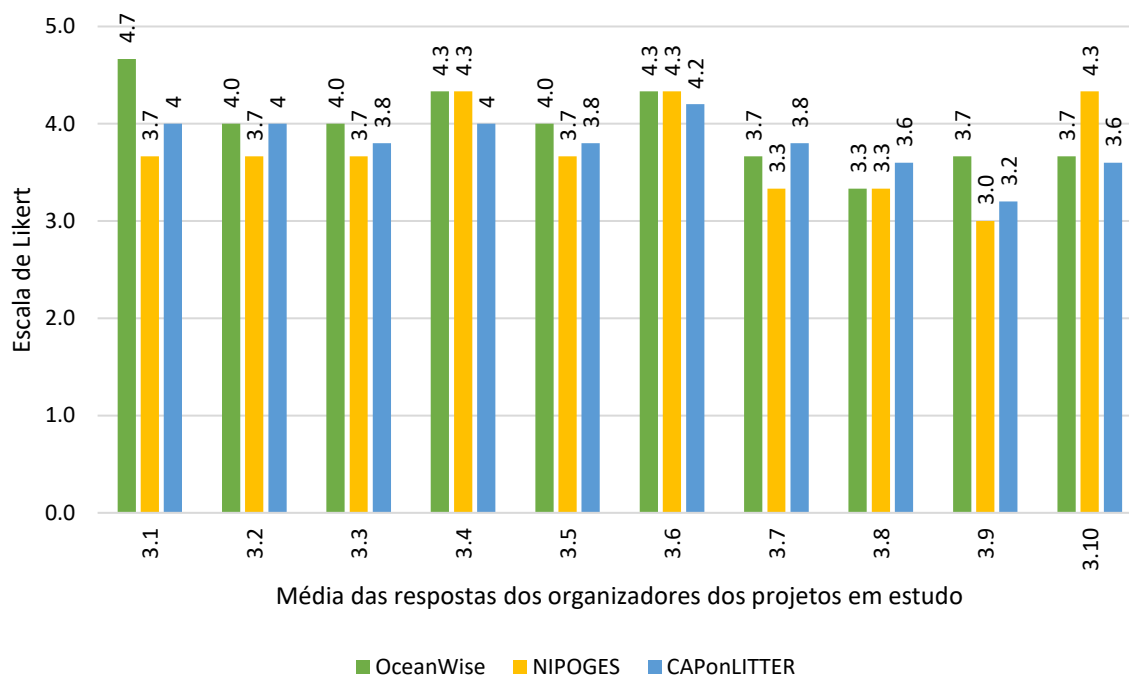


Figura 4.21- Respostas dos organizadores dos projetos *OceanWise*, NIPOGES e *CAPonLITTER*, à secção três.

Os respondentes consideraram unânime haver uma maior facilidade na participação e comunicação oral dos e entre participantes, e de participantes com a organização em contexto virtual comparado com presencial. Relativamente à ausência parcial da comunicação não-verbal, também concordam que influenciaria a comunicação dos participantes e na sua partilha de ideias e opiniões. Os organizadores dos três projetos concordaram, também, que para discussão de ideias e opiniões (questão 3.5), o formato virtual pode funcionar melhor e os participantes pareceram concordar- igualmente constatado por Pantić *et al.*, (2021)-, excetuando os participantes do projeto NIPOGES, como referido no Subcapítulo 4.2.1. Concordam unanimemente, também, que ao nível da tomada de decisão e de encontro soluções por parte dos participantes, o formato *online* poderia ser mais positivo (questão 3.6). No que diz respeito à colaboração mais ativa dos participantes, os organizadores já mostraram uma certa tendência para duvidar se o formato poderia provocar essa mudança, mas de um modo geral as respostas foram de acordo com a questão 3.7. Relativamente à qualidade e quantidade de resultados, os questionados concordaram em ambos os casos que podiam ser melhorados em contexto virtual, apesar de haver uma tendência para o desacordo. Em respeito à moderação, foi pedido

aos questionados que classificassem a moderação em contexto *online* (questão 3.10), ao qual responderam concordantemente com a questão. Como justificação a esta questão e com o auxílio da Tabela 4.13- Principais razões consideradas para o estudo das justificações 3.10.1. Tabela 4.13, o gráfico da Figura 4.22 esquematiza as respostas.

Tabela 4.13- Principais razões consideradas para o estudo das justificações 3.10.1.

Categorias de Razões	Definições
Maior interação, dinamismo e melhor comunicação	Maior proximidade entre moderador/stakeholder, presença de comunicação corporal, presença de momentos de comunicação informal.
Melhor gestão da sessão	Melhor rapidez na resolução de problemas durante a sessão, menor constrangimento em limitar a intervenção das pessoas, melhor controlo de quem está presente e ativo nas sessões.
Funcionamento adequado	O projeto desenvolveu-se dentro do que era esperado tendo em conta o contexto temporal e histórico em que aconteceu.
Depende do participante	Depende da personalidade do participante, predisposição para participar, conforto, situação pessoal em que se encontra, estado de espírito, entre outras características pessoais do indivíduo.

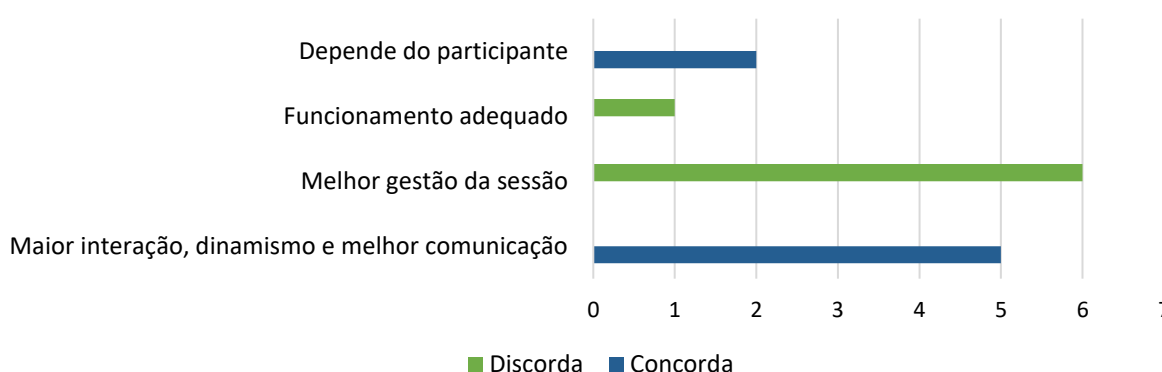


Figura 4.22- Respostas dos questionados à questão 10.3.1.

Saliente-se que as respostas dadas não foram de acordo com a lógica pedida na justificação, resultando em respostas sobre as características do formato presencial e sobre se os questionados concordam ou discordam delas.

A maioria dos questionados apontou que a moderação em contexto *online* se tornou mais fácil devido à facilidade e rapidez com que limitavam a participação dos *stakeholders*, sendo que por outro lado o diálogo informal e a maior interatividade- características de formatos presenciais- a única razão destaca pelos organizadores que concordaram com a afirmação.

De seguida, os respondentes passaram para a secção quatro com o objetivo de avaliar o sucesso do formato *online*, encontrando-se as suas respostas no gráfico da Figura 4.23.

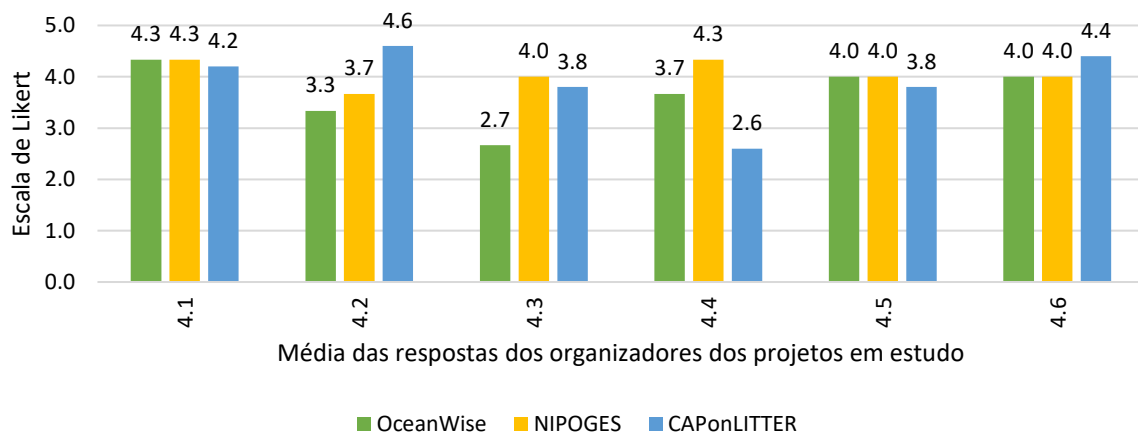


Figura 4.23- Respostas dos organizadores dos projetos *OceanWise*, NIPOGES e CAPonLITTER, à secção quatro.

Para compreender o nível de preparação ou de conhecimento acerca de plataformas de apoio aos processos participativos e do seu funcionamento, respetivamente, pediu-se que respondessem às questões 4.1 "Existe uma grande oferta de plataformas *online* disponíveis" e 4.2 "Foi fácil o acesso e utilização da(s) plataforma(s)", ao que os questionados responderam concordantemente a ambas. As respostas dos participantes foram tendencialmente mais positivas (mais próximas do valor máximo da escala de *Likert*, no caso das respostas do projeto NIPOGES que atingiram os 5 de média) na resposta 4.2 do que as dos organizadores (2.3/5.3/8.3), no entanto é importante compreender que estes últimos tiveram de ir mais a fundo na utilização das ferramentas para garantir o seu total funcionamento aquando das sessões. No que diz respeito à organização das sessões de formato presencial, os organizadores do projeto *OceanWise* discordam, em média, de que se sentiriam mais confortáveis a organizar uma sessão presencial em vez de *online*, e os questionados dos restantes projetos responderam o inverso.

Na questão 4.4, avaliou-se a adesão por parte do público entre formatos, ao qual os respondentes dos primeiros dois projetos em análise concordaram que o formato presencial

tem um maior poder de atração enquanto os organizadores do projeto *CAPonLITTER* discordaram, destacando o potencial do formato *online*. Quando perguntados se voltariam a organizar sessões de formato *online* (questão 4.5), os organizadores concordaram unanimemente, também. No que diz respeito à questão 4.6, os questionados também admitiram que o formato carecia de melhorias e quando lhes foi pedido que justificassem (a tabela de atributos para ajudar na agregação das respostas corresponde à Tabela 4.14), destacaram um conjunto de variadas respostas, Figura 4.25, mas a mais comum foi a necessidade de melhoria das ferramentas tecnológicas, maior treino no seu uso e procura de ferramentas o mais dinâmicas possível, como exemplo: *"Existe um leque vasto de oferta de ferramentas online que pretende tornar as interações online mais dinâmicas."*

Tabela 4.14- Principais razões consideradas para o estudo das justificações 4.6.1.

Categorias de Melhoria	Definições
Melhores ferramentas/plataformas e habilitação às mesmas	Procura de ferramentas mais adequadas para as necessidades do projeto, criar guias de utilização das mesmas para que seja fácil os participantes poderem utilizar ou experimentar antes.
Melhor gestão horária das sessões	Gerir melhor as sequências horárias das sessões, dar prioridade aos períodos de resolução de problemas para que os participantes possam ter tempo para contribuir.
Melhor gestão das sessões	Melhor constituição de grupos e de dinâmicas de trabalho.
Funcionamento adequado	O projeto desenvolveu-se dentro do que era esperado tendo em conta o contexto temporal e histórico em que aconteceu.

Foi, ainda, questionado aos organizadores dos projetos, qual a preferência na organização de formatos e que justificassem a sua resposta, tendo-se obtido os gráficos das figuras em baixo,

Figura 4.24 e Figura 4.25. Como nas respostas abertas anteriores, foi criada uma tabela de atributos para ajudar na análise das respostas da Figura 4.26, a Tabela 4.15.

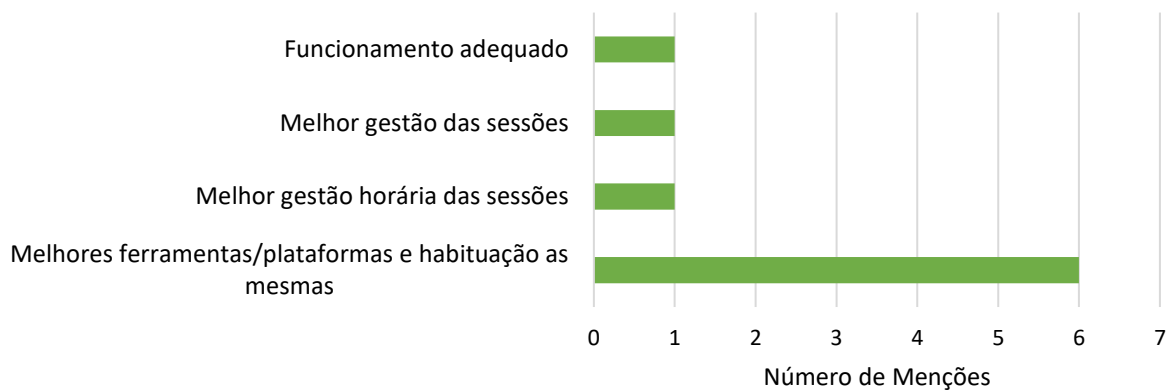


Figura 4.25- Medidas de melhoria para o formato online apontadas pelos questionados (questão 4.6.1).

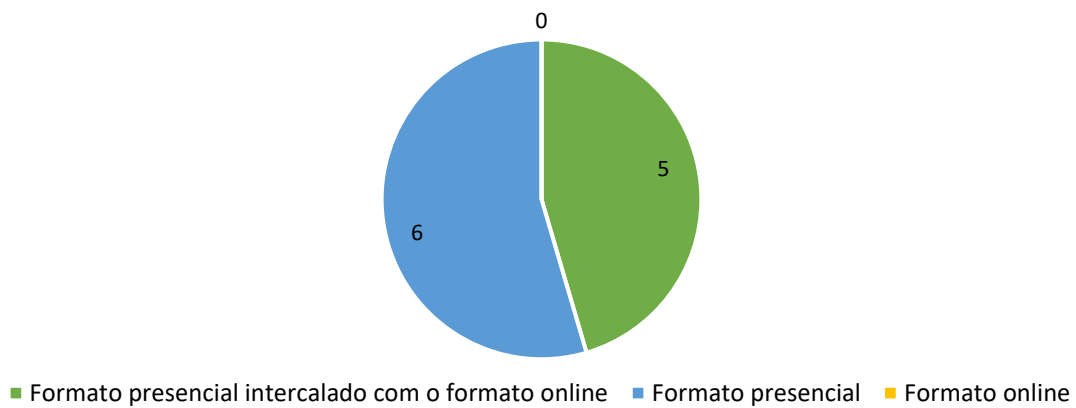


Figura 4.24- Preferência na escolha da organização de formatos futuros por parte dos organizadores questionados (questão 4.7.1).

Tabela 4.15- Principais razões consideradas para o estudo das justificações 4.7.1.

Categorias de Razões	Definições
Melhor gestão pessoal	Redução das deslocações, conseqüente redução de gastos pessoais, economia de tempo e maior conforto.
Depende do público-alvo	As sessões devem ser construídas e adaptadas às possíveis limitações do seu público-alvo.
Permite maior número de participantes	Salas virtuais deixam de possuir uma lotação máxima pelo que permitem um maior número de participantes contrapondo com as presenciais.
Internacionalização dos projetos	Aumento da amplitude geográfica dos projetos pela possibilidade dos seus processos participativos poderem decorrer do início ao fim em formato <i>online</i> .
Maior interação, dinamismo e melhor comunicação	Maior proximidade entre moderador/ <i>stakeholder</i> , presença de comunicação corporal, presença de momentos de comunicação informal.

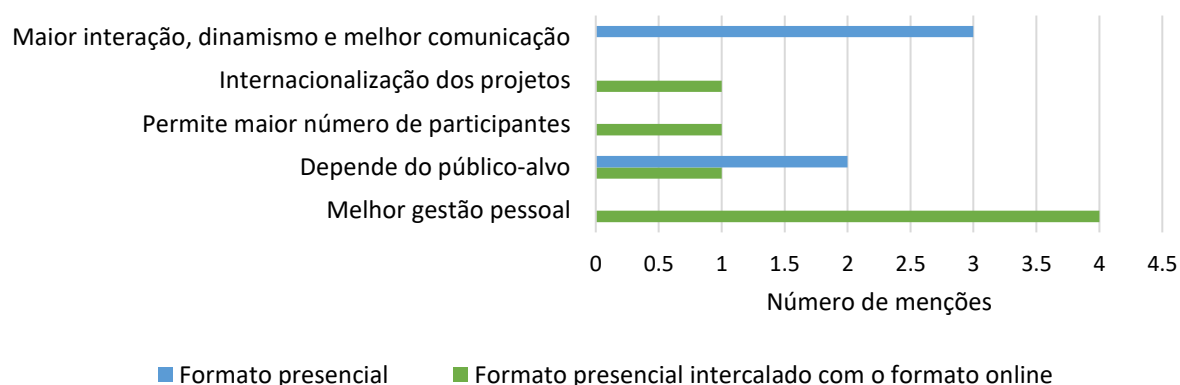


Figura 4.26- Razões de preferência na organização futura de sessões de participação por parte dos questionados (questão 4.7).

Os organizadores, na maioria, demonstraram maior afinidade ao formato presencial, que está fortemente associado à maior interação, dinamismo e melhor comunicação, como apontado nas questões de respostas abertas e os restantes apontaram os processos participativos mistos como preferência, devido, em grande parte à maior facilidade de gestão pessoal que conferem.

4.3. Entrevistas

Foram realizadas 15 entrevistas, em que 13 decorreram virtualmente a partir da plataforma de videoconferência Zoom, uma decorreu presencialmente no gabinete 246, piso 4 do Edifício Departamental da FCT NOVA, e na última, devido a incompatibilidades horárias, foi enviado o guião de entrevista em *Word* via email e foi enviado de volta pelo participante com as questões respondidas. Por razões de confidencialidade, as respostas das entrevistas não constarão na presente dissertação, apenas as ilações gerais tecidas durante as mesmas.

Durante as entrevistas foi comum os “organizadores” ou “participantes” que já desempenharam o papel de organização de um processo participativo, mencionarem a facilidade de logística das sessões *online* contrapondo às presenciais- tema igualmente abordado por Zheng (2015), Pirannejad et al. (2019), Klöwer et al. (2020) e Pantić et al. (2021)-, devido a ausência de gastos em requisição de espaços, meios (aparelhos, mesas, cadeiras, entre outros), amenidades, e de gastos na deslocação de oradores e *stakeholders*, e redução de tempo para marcação das sessões ficou mais fácil de gerir entre todos.

Não foram consideradas questões de segurança pelos entrevistados, todos eles admitem que não só não foi uma questão, como reconhecem que no atual mundo tecnológico e de partilha, é difícil ter controlo do que acontece. Para além disso, os projetos pediam autorização para a utilização dos dados para uso restrito no projeto, pelo que depois de concordado não existem grandes questões a levantar.

De um modo geral os entrevistados também consideram que a adaptação ao mundo digital foi sendo feita na medida do possível, apesar do seu carácter urgente, o que levou, apesar de tudo, a algum período de adaptação pois nem toda a gente tinha conhecimento das ferramentas. É importante destacar ainda algumas minorias do setor primário da economia que foram lembradas por um entrevistado no contexto do projeto NIPOGES e cujo impacto da sua ausência foi sentido nos processos participativos, por falta de recursos tecnológicos e literacia e também pelo facto de haver resistência ao mundo tecnológico, como destacou um entrevistado. Este fosso digital, ou clivagem digital, devido a carências de infraestruturas e de conhecimento tecnológico de alguns grupos já tinham sido anteriormente destacados por Coleman & Gøtze (2001), e posteriormente corroborado por outros autores referenciados no Capítulo 2, e 21 anos depois ainda continuam a ser um problema exatamente com as mesmas características descritas pelos estudiosos no início do presente século.

Destaque-se, também, o poder das ferramentas tecnológicas, a maioria dos entrevistados considera que as ferramentas cumpriram o papel suposto apesar de faltar a parte humana,

que é uma parte fundamental na compreensão do discurso. Muitos entrevistados mencionaram a falta de momentos de diálogo informal, que eram próprios e característicos de processos participativos tradicionais e que permitiam às pessoas o quebra-gelo através da criação de *networking* ou de conversa casual (de acordo com o estudo Pantić *et al.* (2021) elencado no Capítulo 2). Esses momentos foram destacados como fundamentais para o próprio processo por parte da maioria dos entrevistados, uma vez que o arranque das sessões *online* foi muito mais demorado exatamente pelo constrangimento das pessoas em iniciar o diálogo. No que diz respeito ao à vontade e conforto na comunicação, alguns entrevistados consideraram que o constrangimento na comunicação dos participantes não está necessariamente associado ao formato, mas sim ao tipo de personalidade enquanto outros discordaram e confirmaram haver um maior conforto e segurança na comunicação mediada por tecnologias.

Na consequência da ausência do diálogo informal, também foi mencionada a gestão de conflitos, em que quando estes aconteciam em situações presenciais, o diálogo de reconciliação acontecia nos momentos de diálogo e discussão informal, como *coffee breaks*, *ice breaks*, almoços e lanches convívio, e que deixou de acontecer (confirme-se através das tabelas dos programas das sessões de participação dos projetos no Capítulo 3.2). Estas duas nuances referidas também foram verificadas no estudo realizado por Pantić *et al.* (2021) em contexto de adaptação ao formato *online* em consequência da pandemia. Um entrevistado também mencionou que se tornou mais fácil gerir a participação dos *stakeholders* e limitar o seu tempo quando começavam a excedê-lo ou a entrar em conflito e não respeitavam a moderação e facilitação. Este ponto positivo foi igualmente destacado por vários dos questionados nas respostas abertas do questionário dos organizadores, figura 28.

Ainda no âmbito do diálogo informal, vários entrevistados destacaram que em consequência da ausência deste diálogo, os horários passaram a ser mais cumpridos, lado a lado com a inexistência de deslocções, que era a maior causa de atrasos nas sessões, segundo os "organizadores" e "participantes" que também já tiveram o papel de organizadores de processos participativos.

Adequabilidade das ferramentas, como referido, foi aceite pela maioria como positiva tendo em conta a urgência com que tiveram de ser utilizadas, e nesse sentido, a quebra nas deslocções foi um dos maiores pontos positivos que os participantes destacaram com a transição (também mencionado nas respostas abertas dos questionados), destacado também em estudos de Klöwer *et al.* (2020) e Pantić *et al.* (2021) mais recentemente devido à pandemia mas já antes referenciada por autores como Zheng (2015) e Rosa (2008). Associada diretamente à quebra nas deslocções, foi mencionada igualmente a consequente redução de

tempo “perdido” e a melhoria de gestão pessoal, redução das despesas gerais da deslocação (estadia, transportes, alimentação, amenidades, entre outros) e diminuição da pegada carbónica associada. Em sequência das não-deslocações, o número de participantes pode aumentar segundo os questionados, e segundo os entrevistados aumentou (embora em análise às participações do processo participativo dos três projetos- ver Tabela 4.1, Tabela 4.4 e Tabela 4.7- , seja notável uma quebra na participação), assim como a sua diversidade, e vai de acordo com Pantić *et al.* (2021), e esse é outro ponto positivo destacado. Esta facilidade horária que se estabeleceu- assim destacada por vários entrevistados-, também foi apontada como potencialmente perigosa, uma vez o excesso de disponibilidade poder levar a uma sobrecarga nas agendas e é importante ter em mente que a exigência física/psicológica entre sessões é diferente.

Foi salientado o poder interativo das sessões *online* através das várias ferramentas tecnológicas existentes e as que foram surgindo durante a pandemia- corroborado por autores como Le Blanc (2020) e Pantić *et al.* (2021)- e o facto de não se ter utilizado mais para captar a atenção dos participantes nas sessões ou partes das sessões teóricas, para tornar as sessões mais interativas tendo em conta que já existiam plataformas para tal. Este fator também foi apontado pelos questionados, que sentiram um grande impacto face ao modelo presencial. Outro fator destacado, embora este avaliado como positivo, foi a facilidade com que tornou fácil todas as pessoas estarem informadas sobre os assuntos em discussão uma vez poderem mais facilmente pesquisar na internet esses mesmos assuntos até durante as próprias sessões, uma vez que o mesmo não aconteceria tão facilmente numa sessão presencial.

Quando questionados sobre potenciais pontos a melhorar nas sessões *online* e presenciais, os participantes responderam:

- Ao enviar-se o convite para o participante, incluir-se o programa detalhado com a informação necessária ao participante em saber sobre o processo e como deve participar, anexar ainda um guia de como usar devidamente as ferramentas tecnológicas necessárias à sua participação;
- Tornar as sessões *online* mais interativas, para permitir que os participantes se mantenham mais envolvidos no processo e fazer quebras entre momentos teóricos para tornar a sessão menos densa;
- Redimensionar o tempo das sessões e torná-las mais curtas e eficientes;
- Uma mediação e facilitação mais forte, ativa e "destemida" nas sessões presenciais, para garantir o foco do participante;

- Criação de momentos de diálogo informal em contexto *online* para ajudar a quebra-gelo inicial.

À parte de um entrevistado, os restantes catorze consideraram que no futuro os processos de participação deverão funcionar de forma mista, dando primazia ao contacto cara-a-cara nas sessões participativas iniciais e em sessões que seja fundamental que tal aconteça. Muitos dos entrevistados mencionaram utilizar sessões *online* para a introdução aos projetos ou apresentações mais teóricas sobre os projetos, e também para acompanhamento de resultados dos processos e do projeto.

4.4. Matriz SWOT e TOWS

Com a análise das informações sobre os projetos recolhidas através de entrevistas e questionários, obteve-se a lista de pontos fortes e fracos- dos processos participativos colaborativos referentes aos formatos das sessões (presencial ou *online*)- para a matriz SWOT, que deu origem à construção da matriz TOWS. Para as ameaças e oportunidades, a sua informação foi de origem exterior, conseguida através da revisão de literatura.

Os resultados da matriz SWOT encontram-se representados nas Figura 4.27 e a matriz de estratégias futuras TOWS na Figura 4.28.

Fatores Internos

Pontos Fortes (PFo)

- A. Facilidade de logística pessoal e ao nível da organização de sessões.
- B. Redução de gastos em requisição de espaços, meios e amenidades.
- C. Redução das deslocações: redução de dinheiro gasto em deslocações (quer na deslocação em si, alimentação, estadias, outros); redução de tempo “perdido” em movimentos pendulares e/ou atrasos em transportes; redução da pegada carbónica.
- D. Cumprimento do horário das sessões começou a ser respeitado devido aos atrasos nas deslocações e na quebra de diálogo informal.
- E. Facilidade na gestão de conflitos entre participantes.
- F. Aumento do número de participantes em sessões participativas.
- G. Registo automático dos resultados.
- H. Maior acesso a informação durante as sessões.

Influências Positivas

Pontos Fracos (PFR)

- a. Ausência de diálogo informal e redução de “networking”.
- b. Ausência de diálogo de conciliação em consequência de conflito.
- c. Moderação e facilitação pouco interativas;
- d. Ausência de comunicação não-verbal leva à despersonalização do processo participativo.
- e. Sobrecarga nas agendas.

Influências Negativas

Ameaças (A)

- I. “Fosso” digital existente e carência de conhecimento em literacia digital.
- II. Desconfiança na legitimidade dos processos participativos.
- III. Impactes sociodemográficos.
- IV. Pegada ecológica associada ao uso das tecnologias (consumo direto de internet e eletricidade).

Oportunidades (O)

- 1. Métodos e técnicas de e-participação gratuitos.
- 2. Participação dessincronizada.
- 3. Melhoria das redes e infraestruturas e de recursos de acesso à internet.

Fatores Externos

Figura 4.27- Matriz SWOT resultante do estudo.

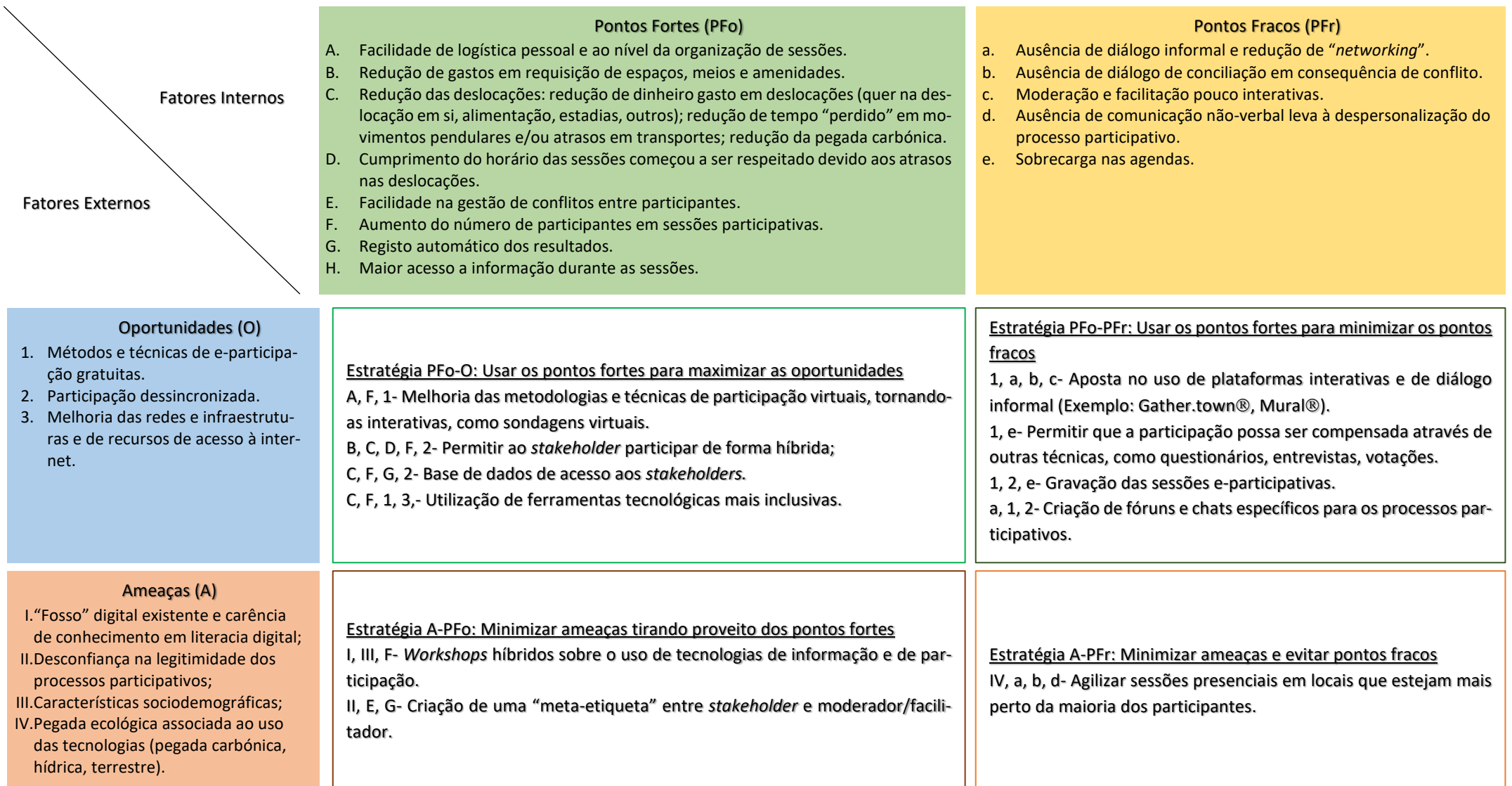


Figura 4.28- Matriz TOWS resultante do estudo.

4.5. Lista de Boas Práticas e Recomendações para Processos de Participação Futuros

Recordando o "Triângulo de Dependências" de Chris Sauer (1993) (Figura 2.8), as matrizes SWOT e TOWS, que permitiram a criação de estratégias com base em consequências internas- informação obtida fruto dos questionários e entrevistas- e em consequências externas- informação obtida através da revisão de literatura- complementam-se. Desta forma é possível compreender, com o primeiro, quais as formas primárias de insucessos nos processos e com a análise feita entender concretamente a que nível se encontram, e quais as estratégias complementares. É importante destacar que já tinham sido identificadas no Capítulo 2, as boas práticas futuras mencionadas por alguns autores e que se consideraram relevantes, pelo que essas estratégias permaneceram, em conjunto com as estratégias resultantes da matriz TOWS.

Neste sentido, encontram-se em baixo listadas boas práticas e recomendações para processos de participação futuros com o objetivo de consolidar as maiores falhas destacadas pelos *stakeholders*/organização e autores:

1. Melhoria das metodologias e técnicas de participação virtuais, tornando-as interativas, como sondagens virtuais nas sessões de participação que são mais teóricas. Estratégia também apontada por acompanhar Pantić et al. (2021). Desta forma, os participantes têm maior capacidade de foco nos problemas que estão a ser discutidos durante as sessões e sentem-se mais empoderados por contribuir no enquadramento teórico do projeto. Objetivo: Aumentar a confiança no processo participativo e aumentar os níveis de participação. - Medida específica para sessões online e híbridas.
2. Permitir ao *stakeholder* participar de forma híbrida, quando as sessões forem presenciais e o participante não puder estar presente, criando maior oportunidade de participação para os participantes, dando-lhes a escolher mais uma alternativa do que a "não participação". Objetivo: Aumentar os níveis de participação. - Medida específica para sessões online e presenciais.
3. Base de dados de acesso aos *stakeholders*, para que possam estar a par de todo o âmbito do processo participativo e projeto em si e, em caso de entrar a meio do processo e poder acompanhar o que já foi concretizado. Objetivo: Aumentar a confiança no processo participativo e empoderar os participantes. - Medida destinada a todos os formatos de sessão.

4. Utilização de ferramentas tecnológicas mais inclusivas e "amigáveis" e que tenham em consideração todos os participantes a incluir no processo participativo, para que estes se sintam confortáveis na sua utilização, não necessitem de ajuda/acompanhamento constante e que desta forma, adiram mais facilmente à participação virtual. Objetivo: Aumentar a confiança no processo participativo, empoderar os participantes e aumentar os níveis de participação. - Medida específica para sessões online e híbridas.
5. Aposta no uso de plataformas interativas e de diálogo informal, para que os participantes possam continuar a desenvolver contactos profissionais durante as pausas de trabalho, podendo trocar pontos de vista mais pessoais com outros participantes, colmatando a falta de momentos como o *coffee break* através da utilização de plataformas de interação com outros participantes que permitam recriar os momentos de diálogo informal e de "*networking*", como faziam presencialmente (Exemplo: Gather.town®, ²², Mural®²³). Objetivo: Empoderar os participantes e aumentar os níveis de participação. - Medida específica para sessões online e híbridas.
6. Permitir que a participação possa ser compensada através de outras técnicas como questionários, entrevistas, votações. Desta forma, caso os participantes não possam estar presentes numa sessão em concreto, têm a possibilidade de ter sua participação adaptada a outro formato, e envolver-se/contribuir. Objetivo: Empoderar os participantes e aumentar os níveis de participação. - Medida específica para sessões online e presenciais.
7. *Workshops* híbridos sobre o uso de tecnologias de informação e de participação, por forma a ensinar os cidadãos que queiram contribuir, mas que tenham pouco conhecimento sobre estas tecnologias. Objetivo: Aumentar os níveis de participação. - Medida destinada a todos os formatos de sessão.
8. Criação de uma "meta-etiqueta" entre *stakeholder* e moderador/facilitador, por forma a clarificar o papel de participante e de moderador/facilitador, e o dever de cada um estabelecendo confiança entre partes. Objetivo: Aumentar a confiança no processo participativo e aumentar os níveis de participação. - Medida destinada a todos os formatos de sessão.

²² Mais informações sobre a plataforma em: <https://www.gather.town/>.

²³ Mais informações sobre a plataforma em: <https://www.mural.co/>.

9. Agilizar sessões presenciais em locais que estejam mais perto da maioria dos participantes, de maneira a diminuir a pegada ambiental das deslocações e melhorar a gestão de tempo pessoal. Estratégia de acordo com Klöwer et al. (2020)._Objetivo: Diminuir o impacte ambiental associado ao processo participativo. - Medida específica para sessões presenciais e híbridas.
10. Gravação dos plenários das sessões e-participativas, para permitir que as pessoas que não puderam estar presentes possam assistir, acompanhar- e estar a par do que foi desenvolvido durante a sessão. Estratégia concordante com Klöwer et al. (2020). Esta boa prática, em conjunto com a 6, permite que o participante possa ter um envolvimento quase 100% igual aos restantes participantes que estiveram sempre presentes. Objetivo: Aumentar os níveis de participação. - Medida específica para sessões online e híbridas.
11. Criação de fóruns e chats específicos para os processos participativos, permitindo que os participantes possam continuar a trocar ideias após o fim das sessões e do processo participativo (Klöwer et al., 2020).- Objetivo: Aumentar a confiança no processo participativo, empoderar os cidadãos e aumentar os níveis de participação. Medida destinada a todos os formatos de sessão.

A lista de boas práticas teve como base a literatura revista (Capítulo 2) e os casos analisados em concreto, pelo que a sua aplicação pode e deve ser adaptada ao contexto do projeto, sendo que o importante sempre em cada um dos pontos sublinhados é o participante e a garantia da sua participação, mesmo que limitada a um formato alternativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para a avaliação dos impactes da pandemia em processos colaborativos, através do estudo de três projetos de índole ambiental cujos processos participativos tiveram de ser suspensos e readaptados devido à pandemia. A análise dos três projetos para o estudo, fez-se através da realização de questionários e entrevistas aos participantes e organizadores dos processos participativos e contribuiu com informação fundamental para a criação de estratégias para futuros processos de participação pública.

Constatou-se, pelos resultados obtidos no questionário e nas entrevistas, que o acesso a ferramentas tecnológicas foi fácil para a maioria dos participantes, assim como o seu uso não exigiu ajudas de maior, embora tenha sido mencionado durante as entrevistas que ainda assim, as ferramentas usadas levaram algum tempo a serem compreendidas e que houve muita entreajuda entre participantes durante sessões. As ferramentas utilizadas também foram caracterizadas como adequadas para as exigências dos processos, mas em entrevista constatou-se que podiam ter sido utilizadas ferramentas mais interativas, por forma a cativar e envolver mais os participantes.

Ao nível da comunicação, tomada de decisão e discussão/debate, os resultados dos questionários foram algo discordantes no geral. Os participantes de ambos os formatos responderam, em média, que o formato virtual lhes facilitou a comunicação com os restantes participantes e dos participantes para consigo, e que a falta de comunicação não-verbal teve impactes na mesma, mas não concordam que facilitou no seu contacto com a organização, na tomada de decisão e cooperação ou na melhoria da qualidade/quantidade resultados. Já quem participou em formato presencial, classificou que é possível que os outros participantes sentissem maior facilidade na comunicação em formato *online*, mas que de modo geral não se sentem com apetência em comunicar com os restantes participantes nem com os organizadores em formato *online*. Em média, notou-se tendência baixa para concordar que o formato *online* traz facilidade na tomada de decisão e cooperação. Apesar disso, também concordam que a ausência de comunicação não-verbal teria impactes na sua participação. Já os participantes do formato *online*, demonstraram de uma forma geral uma maior preferência pelo formato presencial, excetuando no caso do projeto NIPOGES, que mostrou preferência pelo *online* em todos os domínios avaliados.

Em termos de análise separada entre projetos, as respostas ao nível dos participantes foram variadas e pelos resultados dos questionários, depreende-se que o projeto NIPOGES, dos três, apresentou uma avaliação mais positiva ao formato *online* comparado com o presencial em comparação aos restantes projetos. Em avaliação conjunta, note-se que as avaliações aos formatos foram levemente diferentes: o formato misto (que avaliava em concreto as sessões adaptadas que aconteceram) teve uma avaliação média global abaixo do valor 3 da Escala de *Likert*, o que segundo a lógica das questões demonstra não terem apreciado as sessões *online*; o hipotético formato *online* avaliado pelas pessoas que participaram apenas em processos presenciais foi aceite positivamente (com valor global acima do valor médio da escala avaliada); o hipotético formato presencial avaliado pelas pessoas que participaram apenas em processos *online* foi avaliado com valores superiores aos comparados com a secção anterior, pelo que foi geral para os participantes do *OceanWise* e *CAPonLITTER* considerarem o formato presencial a melhor opção (avaliando de forma genérica todas as questões), exceto no caso dos participantes do NIPOGES, que discordaram.

Em análise aos questionários e entrevistas referente aos formatos futuros, os participantes apontaram na maioria para processos participativos mistos, embora os organizadores tenham dado preferência para o formato presencial. Esta escolha, como confirmado pelas respostas abertas e entrevistas, no caso dos organizadores, reflete a ausência de comunicação não-verbal que é perdida durante as videochamadas, a melhor capacidade de interação e dinamismo que uma sessão presencial pode oferecer. No caso dos participantes, a maior causa da escolha apontada, tanto em questionário como entrevista, foi a diminuição de deslocações e do seu impacto positivo a nível pessoal e ambiental.

Ao nível de indicadores sociais e demográficos, os resultados foram variados e não se encontrou nenhuma tendência entre resultados que pudesse ser justificada pelos indicadores, uma vez que os participantes possuíam grau académico inclusive e acima de curso técnico superior profissional e todos detinham alguma literacia tecnológica (a maioria considerou ter um grau "médio" de literacia tecnológica). Em entrevista todos demonstraram não ter dificuldade com os acessos aos equipamentos tecnológicos, quer ao uso direto dos mesmos, quer ao nível de conhecimento. No entanto, foi destacado em entrevista respetiva ao projeto NIPOGES, que foi sentida a ausência dos profissionais da pesca e dos mesmo como representantes de associações de pesca após o início das sessões virtuais (Tabela 4.8), sendo justificada, segundo entrevistado, pela falta de acesso a infraestruturas e falta de conhecimento na utilização de tecnologias. Afere-se a mesma ausência no que tem que ver com a participação dos cidadãos ou consumidores, dado que a sua participação se tornou nula, como se pode aferir

pelos perfis dos participantes de cada projeto, apresentados no Capítulo 4.1. Desta forma, depreende-se que no que diz respeito à amostra avaliada na presente dissertação, a literacia tecnológica e clivagem digital não foram considerados um problema a combater, mas ao nível do desenvolvimento dos projetos, a conclusão é a contrária.

Através dos resultados obtidos e da revisão de literatura realizada previamente, foi possível criar uma matriz estratégica e desenvolver recomendações e boas práticas futuras para os processos participativos colaborativos, com base no *input* disponibilizado pelos intervenientes nos três projetos em análise. Desta forma, conclui-se que se conseguiram atingir os objetivos estabelecidos para a presente dissertação.

Considera-se que o estudo realizado poderá servir de base para uma análise mais aprofundada do impacte das sessões participativas virtuais e compreender mais a fundo as consequências que tiveram na sociedade, dado que nem todas as pessoas tiveram e têm acesso a tecnologias ou literacia suficiente para as compreender. Seria interessante, também, explorar mais as sessões participativas híbridas, que se encontram pouco exploradas em contexto de participação pública, mas que, pelos entrevistados, parece ser uma nova alternativa interessante de participação, assim como os processos de participação mistos. Uma vez que ainda não se encontram explorados na literatura e a criação de uma metodologia baseada nas boas práticas sugeridas no presente documento que poderia trazer futuras melhorias para a participação pública num todo, assim como potenciar maior participação. Destaque-se, também, a importância da aplicação da análise estratégica através da aplicação da matriz SWOT e TOWS, uma vez ter sido encontrada literatura insuficiente da aplicação destas ferramentas de análise em processos participativos ou no âmbito da participação pública.

Ainda como orientações futuras, seria importante continuar a monitorizar os processos participativos, e correspondentes sessões participativas, através de questionários que, não só englobem questões relacionadas com os quatro "Critérios de Processo"- acesso a recursos, definição do âmbito, enquadramento da tomada de decisão e custo-benefício-, Subcapítulo 2.2.1, como acrescentarem aos critérios de processo questões ao nível da dinâmica comunicativa e interativa, assim como avaliar as externalidades causadas pelos processos participativos ao nível do ambiente, através do estudo da pegada ecológica tanto das sessões presenciais como das *online*, por participante.

BIBLIOGRAFIA

- African Development Bank. (2001). *Handbook on Stakeholder Consultation and Participation in African Development Bank Operations*. [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Handbook on Stakeholder Consultation.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Handbook_on_Stakeholder_Consultation.pdf)
- Afshar, F., Abbaspour, M., & al-Muluk Lahijanian, A. (2019). Advances in Environmental Technology Providing a practical model of the waste management master plan with emphasis on public participation using the SWOT method, the QSPM matrix and the FAHP method. In *Advances in Environmental Technology* (Vol. 2).
- André, P., Enserink, B., Connor, D., & Croal, P. (2006). Public participation: International best practice principles. *Special Publications Series, 34*(4), 3. https://www.researchgate.net/publication/322603480_Public_Participation_International_Best_Practice_Principles
- Arbter, K., Handler, M., Purker, E., Tappener, G., & Trattnigg, R. (2007). *The Public Participation Manual: Shaping the future together* (A. Zieher, Ed.). Austrian Society for Environment and Technology (ÖGUT) and Federal Ministry for Agriculture and Forestry, the Environment and Water Supply (Lebensministerium).
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Planning Association, 35*(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Aslan, I., Çinar, O., & Kumpikaitė-Valiūnienė, V. (2012). Creating strategies from tows matrix for strategic sustainable development of Kipaş Group. *Journal of Business Economics and Management, 13*(1), 95–110. <https://doi.org/10.3846/16111699.2011.620134>
- Beierle, T. C., & Konisky, D. M. (2000). Values, conflict, and trust in participatory environmental planning. *Journal of Policy Analysis and Management, 19*(4), 587–602. [https://doi.org/10.1002/1520-6688\(200023\)19:4<587::AID-PAM4>3.0.CO;2-Q](https://doi.org/10.1002/1520-6688(200023)19:4<587::AID-PAM4>3.0.CO;2-Q)
- Bricout, J., Baker, P. M. A., Moon, N. W., & Sharma, B. (2021). Exploring the smart future of participation: Community, inclusivity, and people with disabilities. *International Journal of E-Planning Research, 10*(2), 94–108. <https://doi.org/10.4018/IJEPR.20210401.oa8>
- Bruns, B. (2003). Water tenure reform: Developing an extended ladder of participation. *Water Tenure Developing an Reform: Ladder of Extended Participation, 20*.

- <http://www.usp.br/procam/govagua/Documentos/Biblioteca/governan?a/brunsladder.pdf>
- Burke, E. M. (1968). Citizen Participation Strategies. *Journal of the American Planning Association*, 34(5), 287–294. <https://doi.org/10.1080/01944366808977547>
- Cabrita das Dores, A. (2009). *Processo de Participação Pública Colaborativa em Planeamento: O estudo de caso do plano de gestão de região hidrográfica do Algarve*. <http://hdl.handle.net/10400.2/1448>
- Carreira, V. (2018). A Participação Pública: Factores e Comportamentos de Cidadania Ativa na Construção e Gestão de Territórios Sustentáveis. In *Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa*. <http://hdl.handle.net/10362/37029>
- Carson, L., & Gelber, K. (2001). *Ideas for Community Consultation: A discussion on principles and procedures for making consultation work*. N.S.W. Dept. of Urban Affairs and Planning.
- Cebola, C. M., Lopes, D., Vasconcelos, L., & Caser, Ú. (2020). *Mediação Ambiental - Da lei à prática* (GESTLEGAL, Ed.; 1ª Edição).
- Charnley, S., & Engelbert, B. (2005). Evaluating public participation in environmental decision-making: EPA's superfund community involvement program. *Journal of Environmental Management*, 77(3), 165–182. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2005.04.002>
- Choguill, M. B. G. (1996). A ladder of community participation for underdeveloped countries. *Habitat International*, 20(3), 431–444. [https://doi.org/10.1016/0197-3975\(96\)00020-3](https://doi.org/10.1016/0197-3975(96)00020-3)
- Coleman, S., & Gøtze, J. (2004). *Bowling Together: Online public engagement in policy deliberation*. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.24.4153&rep=rep1&type=pdf>
- Connor, D. M. (1988). A new ladder of citizen participation. *National Civic Review*, 77(3), 249–257. <https://doi.org/10.1002/ncr.4100770309>
- Creighton, J. L. (2005). The public participation handbook. In *San Francisco* (1st ed.). Jossey-Bass. <http://ssde2013.nida.ac.th/ojs/index.php/jem/article/view/135>
- Engage2020. (2015). Public Engagement Methods and Tools. In *Tools and instruments for a better societal engagement in "Horizon 2020"* (Issue 612281). <http://engage2020.eu/media/D3-2-Public-Engagement-Methods-and-Tools-3.pdf>
- Fedotova, O., Teixeira, L., & Alvelos, H. (2012a). E-participation in Portugal: evaluation of government electronic platforms. In *Procedia Technology* (Ed.), *CENTERIS 2012* -

- Conference on ENTERprise Information Systems* (Vol. 5, pp. 152–161). Elsevier.
<https://doi.org/10.1016/j.protcy.2012.09.017>
- Fedotova, O., Teixeira, L., & Alvelos, H. (2012b). E-participation in Portugal: evaluation of government electronic platforms. *Procedia Technology*, 5, 152–161.
<https://doi.org/10.1016/j.protcy.2012.09.017>
- Fumega, S. M. G. (2013). *Trajetos de Participação de Atores Sociais em Processos de Planeamento Estratégico: o caso do Programa Rede Social no Concelho de Sintra*.
- Geurts, J. L. A., & Joldersma, C. (2001). Methodology for participatory policy analysis. *European Journal of Operational Research*, 128(2), 300–310.
[https://doi.org/10.1016/S0377-2217\(00\)00073-4](https://doi.org/10.1016/S0377-2217(00)00073-4)
- He, G., Boas, I., Mol, A. P. J., & Lu, Y. (2017). E-participation for environmental sustainability in transitional urban China. *Sustainability Science*, 12(2), 187–202.
<https://doi.org/10.1007/s11625-016-0403-3>
- Heinelt, H., Grtims, P., Kafkalas, G., Smith, R., & Swyngedouw, E. (2002). Participatory Governance in Multi-Level Context: Concepts and Experience. In *Participatory Governance in Multi-Level Context*. Springer Fachmedien Wiesbaden.
<https://doi.org/10.1007/978-3-663-11005-7>
- Hughes, D. L., Dwivedi, Y. K., Simintiras, A. C., & Rana, N. P. (2016a). Project Failure and Its Contributing Factors. In *Success and Failure of IS/IT Projects: A State of the Art Analysis and Future Directions* (pp. 3–25). Springer . https://doi.org/10.1007/978-3-319-23000-9_2
- Hughes, D. L., Dwivedi, Y. K., Simintiras, A. C., & Rana, N. P. (2016b). *Success and Failure of IS/IT Projects A State of the Art Analysis and Future Directions*.
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-23000-9>
- Islam, M. (2008). Towards a sustainable e-Participation implementation model. *European Journal of EPractice*, 5(10), 1–13. <http://www.diva-portal.orghttp://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:oru:diva-43761>
- Jennings, R. (2000). Participatory Development as New Paradigm: The Transition of Development Professionalism. *Community Based Reintegration and Rehabilitation in Post-Conflict Settings, October*, 10. <https://www.semanticscholar.org/paper/Participatory-Development-as-New-Paradigm-%3A-The-of-Jennings/4939fddb9fdf6cad3434314ecea5f32dc08b0ba6>
- Kahlow, J., Klecka, H., & Ruppel, E. (2020). What the differences in conflict between online and face-to-face work groups mean for hybrid groups: A state-of-the-art review.

- Review of Communication Research*, 8, 51–77. <https://doi.org/10.12840/ISSN.2255-4165.023>
- Kim, J. (2008). A model and case for supporting participatory public decision making in e-democracy. *Group Decision and Negotiation*, 17(3), 179–193. <https://doi.org/10.1007/s10726-007-9075-9>
- Klöwer, M., Hopkins, D., Allen, M., & Higham, J. (2020, July 16). An analysis of ways to decarbonize conference travel after COVID-19. *Nature*, 583, 356–359. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.3553784>
- le Blanc, D. (2020). *E-participation: a quick overview of recent qualitative trends* (No. 163; UN/DESA Working Papers). <https://www.un.org/development/desa/CONTENTS>
- Lourenço, R. P., & Costa, J. P. (2007a). Incorporating citizens' views in local policy decision making processes. *Decision Support Systems*, 43(4), 1499–1511. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2006.06.004>
- Lourenço, R. P., & Costa, J. P. (2007b). Incorporating citizens' views in local policy decision making processes. *Decision Support Systems*, 43(4), 1499–1511. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2006.06.004>
- Lourenço, R. P., & Costa, J. P. (2007c). Incorporating citizens' views in local policy decision making processes. *Decision Support Systems*, 43(4), 1499–1511. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2006.06.004>
- Macintosh, A. (2004). Characterizing E-Participation in Policy-Making. *37th Hawaii International Conference on System Sciences*, 1–10. <http://www.electoralcommission.gov.uk/>
- Macintosh, A. (2008). E-DEMOCRACY AND E-PARTICIPATION RESEARCH IN EUROPE. In H. Chen, L. Brandt, V. Gregg, R. Traunmüller, D. Sharon, E. Hovy, A. Macintosh, & C. A. Larson (Eds.), *Digital Government: E-Government Research, Case Studies, and Implementation* (pp. 85–102). Springer. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-0-387-71611-4>
- Macintosh, A., & Whyte, A. (2006). *EVALUATING HOW EPARTICIPATION CHANGES LOCAL DEMOCRACY*. <http://www.edemocracy.gov.uk/default.htm>
- Martínez-Moreno, E., Zornoza, A., González-Navarro, P., & Thompson, L. F. (2012). Investigating face-to-face and virtual teamwork over time: When does early task conflict trigger relationship conflict? *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, 16(3), 159–171. <https://doi.org/10.1037/a0029569>

- Medaglia, R. (2012). EParticipation research: Moving characterization forward (2006-2011). *Government Information Quarterly*, 29(3), 346–360. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.02.010>
- Naranjo-Zolotov, M., Oliveira, T., & Casteleyn, S. (2019). Citizens' intention to use and recommend e-participation: Drawing upon UTAUT and citizen empowerment. *Information Technology and People*, 32(2), 364–386. <https://doi.org/10.1108/ITP-08-2017-0257>
- Oakley, P. (1991). *PROJECTS WITH PEOPLE: The practice of participation in rural development* (1st ed.). International Labour Office.
- Obringer, R., Rachunok, B., Maia-Silva, D., Arbabzadeh, M., Nateghi, R., & Madani, K. (2021). The overlooked environmental footprint of increasing Internet use. *Resources, Conservation and Recycling*, 167. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2020.105389>
- OCDE. (2002). O CIDADÃO COMO PARCEIRO - manual da OCDE sobre informação, consulta e participação na formulação de políticas públicas / Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. *Coleção Gestão Pública*.
- Pantić, M., Cilliers, J., Cimadomo, G., Montañó, F., Olufemi, O., Torres Mallma, S., & van den Berg, J. (2021). Challenges and Opportunities for Public Participation in Urban and Regional Planning during the COVID-19 Pandemic—Lessons Learned for the Future. *Land*, 10(12), 1379. <https://doi.org/10.3390/land10121379>
- Pirannejad, A., Janssen, M., & Rezaei, J. (2019). Towards a balanced E-Participation Index: Integrating government and society perspectives. *Government Information Quarterly*, 36(4). <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.101404>
- Potapchuk, W. R. (1991). New Approaches To Citizen Participation : *Spring*, 158–168.
- Pretty, J. N. (1995). Participatory Learning For Sustainable Agriculture. *World Development*, 23(8), 1247–1263. <https://doi.org/10.1097/SCS.0b013e31821c9464>
- Roberts, N. (2004). Public deliberation in an age of direct citizen participation. *American Review of Public Administration*, 34(4), 315–353. <https://doi.org/10.1177/0275074004269288>
- Rosa, P. (2008). *Promoting dialogue and deliberation between institutions and civil society*. <https://www.researchgate.net/publication/215665078>
- Rowe, G., & Frewer, L. J. (2000). Public participation methods: A framework for evaluation. *Science Technology and Human Values*, 25(1), 3–29. <https://doi.org/10.1177/016224390002500101>

- Sæbø, Ø., Rose, J., & Flak, L. S. (2008). The Shape of Eparticipation: Characterizing an Emerging Research Area. *Government Information Quarterly*, 3, 400–428. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2007.04.007>
- Savari, M., & Shokati Amghani, M. (2022). SWOT-FAHP-TOWS analysis for adaptation strategies development among small-scale farmers in drought conditions. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 67. <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2021.102695>
- Simonofski, A., Vanderose, B., Snoeck, M., Crompvoets, J., & Habra Najib. (2017). Reexamining E-participation: Systematic Literature Review on Citizen Participation in E-government Service Delivery. *Citizen Participation in E-Government Service Delivery. Twenty-Third Americas Conference on Information Systems*, 1–10. <https://www.researchgate.net/publication/319104239>
- Sousa, M. (2020). Gestão de Emoções na Mediação. *Jornal Jurídico*, 2(2), 3–15. <https://doi.org/https://doi.org/10.29073/j2.v2i2>
- Tambouris, E., Macintosh, A., Coleman, S., Wimmer, M., Vedel, T., Westholm, H., Lippa, B., Dalakiouridou, E., Parisopoulos, K., Rose, J., Aichholzer, G., & Winkler, R. (2007). The DEMO-net booklet no 1: Introducing eParticipation. In *DEMO-net* (Issue 1, pp. 1–27). Information Society.
- Teixeira, E. (2001). *O LOCAL E O GLOBAL: Limites e desafios da participação cidadã* (CORTEZ EDITORA, EQUIP, & UFBA, Eds.).
- Toots, M. (2019a). Why E-participation systems fail: The case of Estonia's Osale.ee. *Government Information Quarterly*, 36(3), 546–559. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.02.002>
- Toots, M. (2019b). Why E-participation systems fail: The case of Estonia's Osale.ee. *Government Information Quarterly*, 36(3), 546–559. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.02.002>
- United Nations, & World Bank. (2021). *Portugal E-Government Development Index*. <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Data/Country-Information/id/136-Portugal>
- Vasconcelos, L., Oliveira, R., & Caser, Ú. (2009). Governância e participação na gestão territorial. *POLÍTICA DE CIDADES POLIS XXI*, 148(5), 148–162.
- Vasconcelos, L., Silva, F., Ferreira, F., Martinho, G., Pires, A., & Ferreira, J. C. (2021). Collaborative process design for waste management: co-constructing strategies with

- stakeholders. *Environment, Development and Sustainability*.
<https://doi.org/10.1007/s10668-021-01822-1>
- Wagner, S. A., Vogt, S., & Kabst, R. (2016). The future of public participation: Empirical analysis from the viewpoint of policy-makers. *Technological Forecasting and Social Change, 106*, 65–73. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.02.010>
- Warburton, D. (1997). *Participatory Action in the Countryside a Literature Review*. August, 1–61. http://www.sharedpractice.org.uk/Downloads/Participatory_Action_Review.pdf
- Wehler, T. (1995). Fairness and Competence in Citizen Participation. *Fairness and Competence in Citizen Participation, January 2016*. <https://doi.org/10.1007/978-94-011-0131-8>
- Welch, E. W. (2012). Chapter 16: The Rise of Participative Technologies in Government. In M. A. Shareef, N. Archer, Y. K. Dwivedi, A. Mishra, & S. K. Pandey (Eds.), *Transformational Government through eGov Practice: Socioeconomic, Cultural, and Technological Issues* (pp. 347–367). North American. https://www.researchgate.net/profile/Eric-Welch-2/publication/265314225_The_Rise_of_Participative_Technologies_in_Government/links/567c572208ae1e63f1e33069/The-Rise-of-Participative-Technologies-in-Government.pdf
- White, S. C. (1996a). Depoliticising development: The uses and abuses of participation. *Taylor & Francis Group, 6*(1), 6. <https://doi.org/10.1080/0961452961000157564>
- White, S. C. (1996b). Depoliticising development: The uses and abuses of participation. *Development in Practice, 6*(1), 6. <https://doi.org/10.1080/0961452961000157564>
- Wimmer, M. A. (2007). Ontology for an e-Participation Virtual Resource Centre. *1st International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance*, 89–98. <https://doi.org/https://doi.org/10.1145/1328057.1328079>
- Wirtz, B. W., Daiser, P., & Binkowska, B. (2018a). E-participation: A Strategic Framework. *International Journal of Public Administration, 41*(1), 1–12. <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1242620>
- Wirtz, B. W., Daiser, P., & Binkowska, B. (2018b). E-participation: A Strategic Framework. *International Journal of Public Administration, 41*(1), 1–12. <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1242620>
- Zheng, Y. (2015). Explaining Citizens' E-Participation Usage : Functionality of E-Participation Applications. *Administration & Society, 1*–20. <https://doi.org/10.1177/0095399715593313>

Zheng, Y. (2017). Explaining Citizens' E-Participation Usage: Functionality of E-Participation Applications. *Administration and Society*, 49(3), 423–442.
<https://doi.org/10.1177/0095399715593313>

1 Níveis de Participação

- “Interesses na Participação” White, S. (1996)

Tabela 5.1- Interesses na participação (Fonte: Adaptado de White, S. (1996)).

Tipologia de Participação	Abordagem <i>“Top-Down”</i>	Abordagem <i>“Bottom-up”</i>	Função
Nominal	Legitimação	Inclusão	Exibição
Instrumental	Eficiência	Custo	Meios
Representativa	Sustentabilidade	Influência	Voz
Transformativa	Empoderamento	Empoderamento	Meio/Fim

Para Sarah White (1996), a participação nominal diz respeito a processos em que o governo seleciona grupos específicos de cidadãos para departamentos governamentais sob a premissa do governo legitimar interesse e que pretende que os cidadãos estejam envolvidos nas tomadas de decisão políticas, mas na verdade estes cidadãos raramente assistem a reuniões (White, 1996); para os cidadãos, a sua presença nos grupos garante-lhes inclusão e exibição na sociedade (White, 1996). A autora explica o funcionamento da tipologia de participação instrumental através do exemplo da construção de uma infraestrutura numa comunidade que não tem meios para a construir, sem ser os da mão-de-obra da própria comunidade (a sua participação é um custo) para construir essa mesma infraestrutura, mas é eficiente fazê-la pois assim não se têm de contratar trabalhadores (White, 1996). À semelhança da tipologia anterior, White (1996) explica a participação representativa através do exemplo de uma organização não governamental que quer desenvolver um programa, mas necessita de um programa que seja sustentável. Dessa forma, convida a população a desenvolver planos explicativos do que fariam se fizessem parte do programa, por forma a perceber se o seu programa conseguiria ser sustentado por estes cidadãos. E os cidadãos ao fazerem parte do programa, têm também oportunidade de o gerir e ter “voz” na sua comunidade (White, 1996). Por fim, a participação transformativa surge no sentido da participação ser um momento de empoderamento tanto para quem organiza como para os participantes, conferindo um sentimento de transformação bilateral.

- “Escada da Participação” de Arnstein, S. (1969)

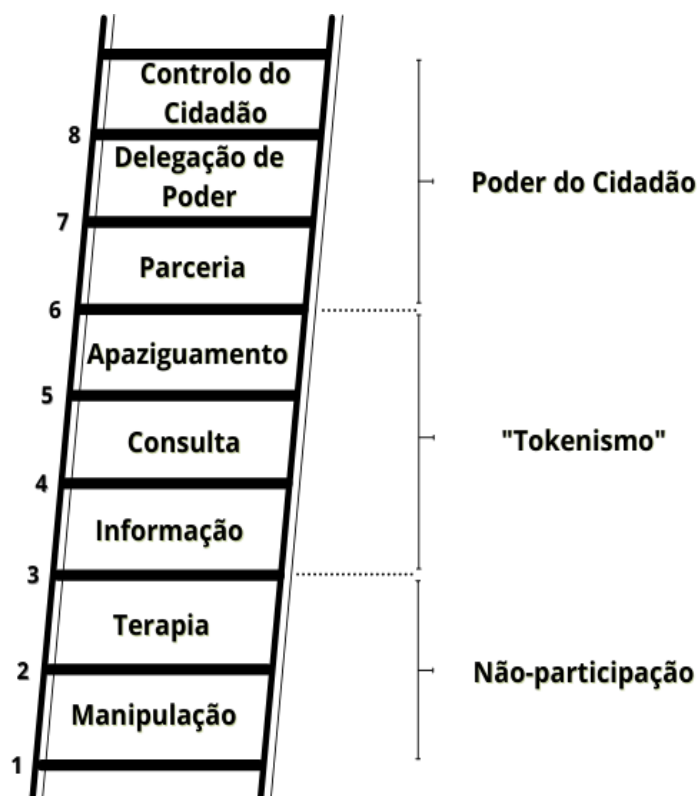


Figura 5.1- Escada da participação (Fonte: Adaptado de Arnstein, S.R. (1969)).

“1º Nível” - Não-participação- correspondem os degraus “Manipulação” (1) e “Terapia” (2), os cidadãos são descritos por (Fedotova et al., 2012) como “consumidores das decisões do governo”, sendo este patamar caracterizado por garantir uma posição passiva aos cidadãos tendo os organizadores do processo participativo o papel ativo de capacitar/“educar” os cidadãos para o assunto em discussão (Arnstein, 1969).

“2º Nível” – “Tokenismo” - Caracterizado pelos degraus “Informação” (3), “Consulta” (4) e “Apaziguamento”. Neste nível, os cidadãos (que neste patamar já se encontram capacitados/“curados”) têm novamente a oportunidade de ouvir os técnicos e de serem ouvidos. No entanto, não é garantida que a sua contribuição seja factual para o processo, uma vez que cabe aos técnicos (os detentores do poder) decidir se a participação dos cidadãos é interessante para o processo participativo ou não. (Arnstein, 1969) Neste patamar o cidadão é classificado como “agente passivo informado e consultado” por (Fedotova et al., 2012).

“3º Nível”- “Poder do Cidadão” - a que correspondem os degraus “Parceria” (6), “Delegação de Poder” (7) e “Controlo do Cidadão” (8). (Fedotova et al., 2012)) descreve o cidadão

deste patamar como “agente ativo com poder de gestão”, podendo este exercer o seu poder democrático em conjunto com a autoridade pública tradicional.

- “A Nova Escada da Participação” de Connor, M. (1988)

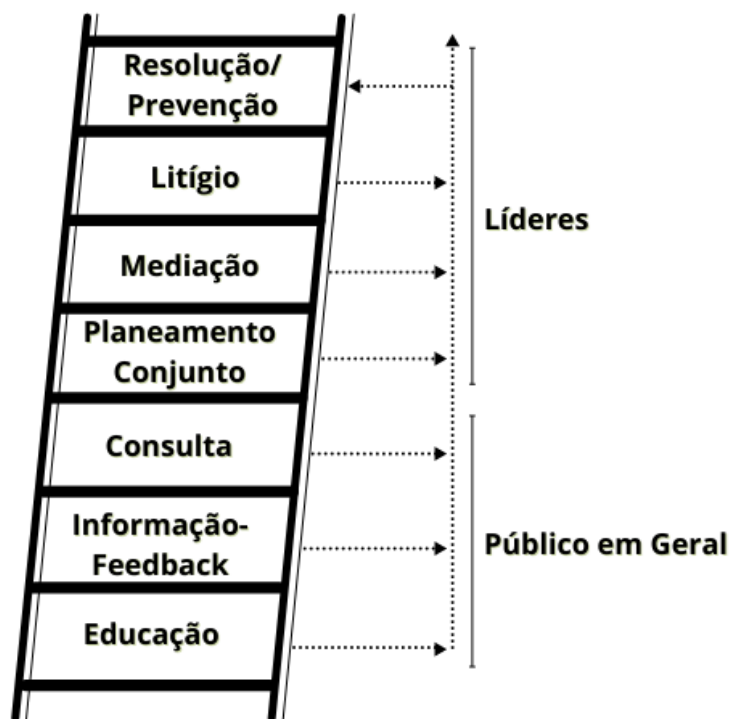


Figura 5.2- A nova escada da participação (Fonte: Adaptado de Connor, D. M (1988)).

O primeiro patamar da escada, “Educação”, como o próprio nome diz, tem como objetivo capacitar os participantes para que facilmente consigam gerir os conflitos e consigam chegar diretamente ao último patamar da escada, a “Resolução/Prevenção”(Connor, 1988; Fumega, 2013). Caso isto não aconteça e os participantes não consigam chegar a um consenso, então deve ser exercida uma maior atenção na capacitação realizada aos intervenientes do processo e fornecer informação concreta para ajudar a prosseguir, passando-se para o seguinte patamar: “Informação/Feedback”(Connor, 1988; Fumega, 2013). Neste próximo patamar, é garantida mais informação aos cidadãos (exemplo: através de panfletos, linha telefónica de apoio, entre outros) e também é pedido aos mesmos que coloquem questões e deem a sua opinião através de questionários ou dos média (Connor, 1988; Fumega, 2013). Se o patamar anterior não ajudou à gestão do conflito, então este permite uma maior clareza sobre o projeto. Se ainda assim os participantes não conseguirem chegar ao acordo e passarem diretamente para o patamar final da escada, então é necessário continuar o processo e adotar uma estratégia

mais abrangente e elucidativa para permitir aos participantes ultrapassarem as divergências internas (Connor, 1988; Fumega, 2013).

O patamar referente à "Consulta" tem como objetivo ser utilizada em 3 passos diferentes: caso no patamar anterior não se tenha chegado a um acordo, caso o patamar anterior não tenha oferecido uma plataforma de apoio à informação e de feedback aos participantes como estaria previsto e/ou caso os patamares anteriores não tenham garantido aos participantes uma capacidade metodológica suficiente para os levar à criação de propostas ou ao consenso (Connor, 1988; Fumega, 2013). Desta forma, este nível tem como objetivo garantir informações extra que ajudem à tomada de decisão e consenso (permitindo alcançar o último nível da escada) e ser um processo consultivo, através do recurso a técnicas como: casas abertas, workshops colaborativos, grupos consultivos, entre outros (Connor, 1988; Fumega, 2013). Caso nesse consenso estejam envolvidas questões a nível jurídico, então poderá ser necessário passar ainda pelo degrau "Planeamento Conjunto" (exemplo: caso o processo participativo implique como áreas afetadas municípios, distritos, estados, regiões geográficas, entre outros), em que uma das metodologias adequadas é a realização de workshops colaborativos por forma a aproximar os participantes e maximizar a geração de ideias criativas e conjuntas (Connor, 1988). Destaque-se que a partir deste patamar, quem estará presente na continuidade dos processos serão os representantes legais dos grupos de participantes (Connor, 1988). O autor realça também o papel chave que o facilitador das sessões tem para o sucesso deste tipo de workshops. A passagem pelos 4 patamares da escada deverá ser suficiente para gerar conclusões finais e planos, passando automaticamente para o patamar da "Resolução/Prevenção", mas se isto não acontecer, as dúvidas que possam ainda permanecer poderão ser resolvidas no degrau da "Mediação"(Connor, 1988).

A "Mediação", tem como objetivo conduzir de forma neutra as partes interessadas a um processo de resolução de conflitos, que se torna mais eficaz se, segundo D. Connor (1998), "(...) o conflito for maduro; com partilha equilibrada de poder entre (normalmente) duas partes; a negociação é vista pelas partes como inevitável; e a revisão do acordo pode ser feita mais tarde, se necessário."(Connor, 1988). O autor refere ainda a importância do mediador no processo, descrevendo-o como um ator neutro no processo, que pode assumir uma postura de perito técnico, que argumenta as especificidades das soluções alternativas, ou um mediador que assume postura de líder comportamental, dedicando-se à aceitação e compreensão entre os representantes dos participantes, concentrando-se na resolução de problemas de forma criativa e nos processos de negociação pelos *stakeholders* (Connor, 1988). Se ainda assim não houver consenso, então ainda existe o penúltimo patamar, o "Litígio", em que o processo

participativo segue para disputa em tribunal. Há casos em que antes de irem a tribunal, os advogados conseguem tomar um papel mediador e resolvem o conflito (Connor, 1988). Como é um processo sensível e pode gerar ressentimentos, é importante que se faça um trabalho de conciliação antes da etapa “Resolução/Prevenção”, para que as divergências não tomem novamente controlo e se torne a gerar conflito (Connor, 1988).

A última etapa da escada de D. Connor (1988) é dedicada à prevenção de novos conflitos (economizar no tempo e no custo de implementação das propostas, programas ou projetos; criação de propostas tecnicamente melhores resultado da consulta pública; evitar imagens negativas por parte da organização; bem-estar entre organizações participantes) e a resolução da proposta geradora do processo participativo. É importante para os representantes das partes interessadas entenderem que muitas vezes a solução final é a alternativa menos prejudicial para todos os envolvidos e que, no entanto, é a opção que melhor atenta positivamente aos interesses de todos os participantes (Connor, 1988). Caso o acordo não aconteça, uma das razões será a possibilidade dos interessados não terem mantido uma posição equitativa e justa durante as negociações, pelo que rapidamente o acordo será desfeito (Connor, 1988).

- “Níveis de Tomada de Decisão Partilhada” de Potapchuck, W. (1991)

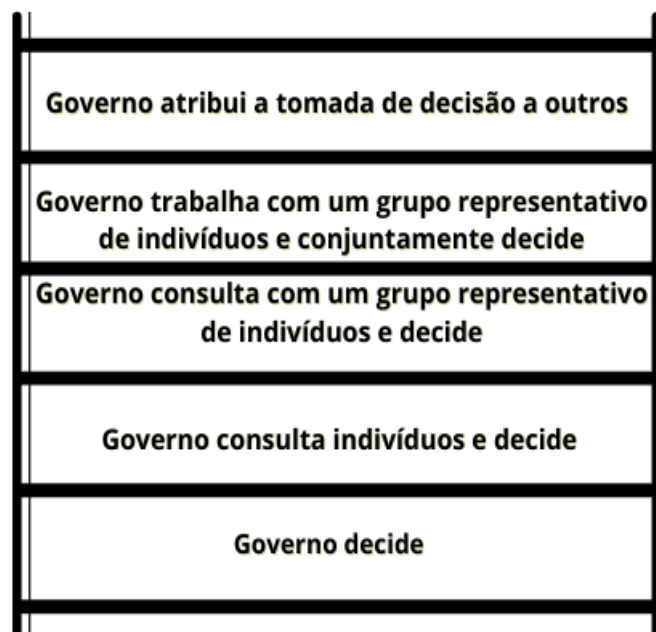


Figura 5.3- Níveis de tomada de decisão partilhada (Fonte: Adaptado de Potapchuk, W. R (1991)).

- “Escada da Participação da Comunidade em Países em Desenvolvimento” por Choguill, M. (1996)

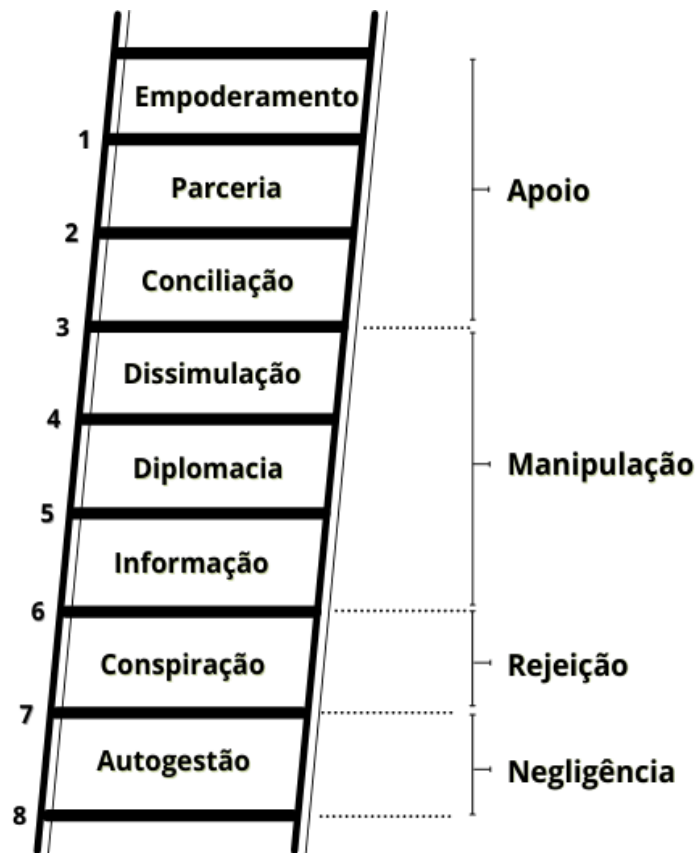


Figura 5.4- Escada de participação da comunidade em países em desenvolvimento (Fonte: Adaptado de Choguill, M. (1996)).

Este modelo, à semelhança da “Escada da Participação” divide os tipos de participação pública em patamares consoante o resultado final, agrupando-os em quatro níveis, sendo a orientação da “escada” de cima para baixo:

“1º Nível” - “Apoio”- O degrau mais alto da escada é o “Empoderamento”, em que a maioria dos lugares de decisão se encontram destinados a membros da comunidade ou é-lhes garantido poder formal para a tomada de decisão em determinados projetos ou programas que envolvam a participação de toda a comunidade quando as autoridades de poder local não são capazes ou encontram-se relutantes para o fazer (Choguill, 1996). O segundo patamar mais importante corresponde à “Parceria”, pois neste nível há dá-se o envolvimento da comunidade, assim como de autoridades de poder externas e decisores, no sentido de desenvolver planeamento e tomada de decisão conjunta de projetos/programas que impliquem o envolvimento da comunidade (Choguill, 1996). Destaque-se que, neste patamar, o governo assume mais poder que no primeiro nível (Choguill, 1996). No que diz respeito ao terceiro degrau,

“Conciliação”, as decisões e soluções levantadas pelo governo são revistas pela comunidade, embora esta última não possua poder de mudança, sendo que a autora descreve esta conduta como “abordagem paternalista” dado que funciona de forma *top-down* (Choguill, 1996).

“2º Nível” - “Manipulação” - A partir deste nível para baixo, o envolvimento direto da comunidade na tomada de decisão torna-se gradualmente mais reduzida. O quarto “degrau” da “escada” foi caracterizado como “Dissimulação”, pois oferece a ideia de que a comunidade de facto participa no processo, mas o verdadeiro objetivo é ganhar simpatia desta para fins políticos (Choguill, 1996). Segundo Choguill (1996), “as pessoas são “legitimamente” persuadidas a aceitar decisões que são contrárias aos seus interesses”. O quinto grau hierárquico da escada corresponde à “Diplomacia”. Neste patamar os decisores políticos optam por esperar que seja a própria comunidade a propor/realizar melhorias- muitas vezes com o apoio de agências/organizações externas- devido a fatores económicos, por falta de interesse e/ou de incompetência (Choguill, 1996). Caso as comunidades consigam avançar com as melhorias, por diplomacia, os mesmos decisores políticos que antes não queriam/podiam colaborar, mudam a sua atitude e fornecem recursos ou usam metodologias de participação (pesquisa de hábitos e atitudes, audições públicas, visitas pela cidade/bairro, reuniões com as comunidades, entre outros) para criar a ilusão de que apoiaram desde o início a iniciativa (Choguill, 1996). O sexto, e último patamar deste nível, corresponde à “Informação”. Neste degrau da escada, os detentores de poder passam informação aos participantes- isto é, informam-nos sobre os seus direitos, responsabilidades e opções-, sem que os mesmos possam contestar ou sequer levantar questões relativos a projetos que já se realizaram(Choguill, 1996).

“3º Nível” - “Rejeição” - Neste nível encontra-se apenas um patamar, a “Conspiração”. Segundo a autora, neste degrau não é considerado qualquer tipo de participação por parte das comunidades, uma vez que “as comunidades pobres são consideradas pouco mais do que uma vergonha”, e por isso não têm qualquer importância (Choguill, 1996). Nos casos em que as autoridades realizam alguma ação em concreto é porque não demonstram os motivos ou porque o intuito é de auto-benefício, de benefício a entidades externas ou outras classes sociais mais valorizadas (Choguill, 1996).

“4 Nível” – “Negligência” - O oitavo e último degrau corresponde ao patamar da “Auto-gestão”, referindo-se diretamente ao papel exercido pela comunidade. Como o governo não exerce um papel ativo na comunidade, a própria comunidade desenvolve planos e projetos, podendo ter a ajuda de organizações externas e/ou apoio financeiro de instituições independentes, para que os projetos/planos se concretizem (Choguill, 1996). Ao contrário do primeiro

patamar, "Empoderamento", a autogestão pela comunidade provém do pouco interesse governamental e de oposição às exigências da comunidade empobrecida (Choguill, 1996).

- "Os níveis de cogestão" por Bruns, B. (2003)

Parceria/Controlo da Comunidade	Parcerias, institucionalização de tomadas de decisão conjuntas; se possível, o poder é delegado à comunidade.
Conselhos de Administração	É dada à comunidade a oportunidade de participar no desenvolvimento e na implementação de planos de gestão.
Comitês Consultivos	Início de parcerias nas tomadas de decisão; ação conjunta em objetivos comuns.
Comunicação	Início da troca de informações dos dois lados; as preocupações locais começam a entrar nos planos de gestão.
Cooperação	A comunidade começa a contribuir para a gestão (exemplo, uso do conhecimento local, assistentes de pesquisa, entre outros).
Consulta	Início à comunicação presencial (cara a cara); a comunidade é ouvida mas não é garantida que as suas necessidades sejam atendidas.
Informação	A comunidade é informada sobre as decisões já tomadas.

Figura 5.5- Os níveis de cogestão (Fonte: Adaptado de Bruns, B. (2003)).

Nos 3 primeiros níveis- Informação, Consulta e Cooperação- a comunidade é informada sobre os planos/projetos, é-lhes permitido opinarem sobre os mesmos e ainda contribuir com outputs importantes (exemplo: através de conhecimento local e hábitos locais). Nos níveis 4 e 5, a comunidade não só interage em parceria com o Governo, como ganha poder ativo e colaborativo. Nos restantes níveis, a comunidade tem um papel ativo na implementação e no desenvolvimento dos projetos, podendo o Governo delegar o seu poder de gestão dos mesmos à comunidade (Bruns, 2003; Fumega, 2013).

- “Uma tipologia de participação: como as pessoas participam em programas e projetos de desenvolvimento” por Pretty, J. (1995)

Tipologia	Características
Automobilização	A comunidade tem iniciativa própria e poder suficiente para mudar o sistema. Poderá pedir auxílio a agências externas e aconselhamento técnico, mas os recursos e as decisões tomadas estão ao encargo dos cidadãos responsáveis pelos processos. A automobilização pode-se vulgarizar se os governos e organizações prestarem apoio.
Participação interativa	A participação da comunidade é vista como um direito e não apenas um meio para atingir os objetivos delimitados para o projeto. Os cidadãos têm a oportunidade de fazer uma análise conjunta com os decisores, assim como desenvolvem planos e ação. Como a comunidade toma o controlo de decisões locais, têm interesse em continuar a supervisionar o processo.
Participação funcional	Participação é vista pelas agências externas como um método a custos reduzidos para alcançar os objetivos do processo. A participação da comunidade pode até ser interativa e envolver tomada de decisão partilhada. Mas normalmente acontece só depois das decisões importantes já terem sido tomadas.
Participação com intuito de incentivos materiais	A comunidade participa com recursos em troca de comida, dinheiro ou outro tipo de incentivos. A mesma deixa de ser contabilizada para a implementação ou para contribuir em estados posteriores do processo, por perder o interesse devido à cessação dos incentivos.
Participação Consultiva	A participação da comunidade ocorre respondendo a questões, a partir da consulta realizada por agentes externos, que definem os problemas e os processos de recolha de informação. Não há participação na tomada de decisões nem é tida em conta a opinião da comunidade.
Participação Passiva	A participação da comunidade é passiva, sendo que são incluídos no processo para lhes ser comunicado apenas o que foi realizado; a comunicação é <i>top-down</i> .
Participação Manipulativa	Os cidadãos representantes das comunidades fazem parte dos conselhos consultivos oficiais mas não têm qualquer poder.

Figura 5.6- Uma tipologia de participação: como as pessoas participam em programas e projetos de desenvolvimento (Fonte: Adaptado de Pretty, J. (1995)).

- “Diferentes níveis de envolvimento de *stakeholders*” pelo *African Development Bank* (2001)

6	Empoderamento	Atividades de capacitação, apoio à autogestão das iniciativas tomadas pelos <i>stakeholders</i>	Participação
5	Colaboração	Comités ou grupos de trabalho constituídos por representantes das partes interessadas, responsabilidade por parte dos <i>stakeholders</i> na implementação das soluções	
4	Tomada de decisão partilhada	Revisão pública dos documentos-rascunho, planeamento participativo dos projetos, <i>workshops</i> com o intuito de definir prioridades, resolução de conflitos, entre outros	
3	Avaliação conjunta	Avaliação participativa das necessidades, avaliações dos beneficiários	Consulta
2	Ouvir e aprender	Saídas de campo, reuniões consultivas	
1	Partilha de informação	Divulgação de documentos, reuniões públicas, seminários	

Figura 5.7- Diferentes níveis de envolvimento de stakeholders (Fonte: Adaptado de African Development Bank (2001)).

Nos 3 primeiros níveis- “Partilha de informação”, “Ouvir e aprender” e “Avaliação conjunta” - são descritos como patamares preparatórios para os 3 seguintes níveis, sendo que não são considerados como níveis de participação propriamente ditos. Os restantes níveis que segundo a agência dizem respeito a métodos de participação- “Tomada de decisão partilhada”, “Colaboração” e “Empoderamento” - correspondem a níveis em que os *stakeholders* possuem um grau de envolvimento mais profundo e de maior controlo, daí corresponderem a patamares de maior envolvimento e poder (African Development Bank, 2001).

Planos de Acção	Agenda Local 21
Arte	Mediação: resolução de conflitos
Júris/painel de cidadãos	Mapas mentais: para identificar problemas e soluções
Arquitetura comunitária	Monitorização e avaliação
Rede de computadores comunitária	Criação de redes
Sumários de desenhos ou modelos comunitários	Técnica de grupo nominal: brainstorming
Controlo ambiental comunitário	Mapas das freguesias
Resolução de conflitos	Imagens e símbolos visuais
Construção de consensos	Planeamento para o real
Equipas de serviços de formação: ligação de prestadores de serviços entre equipas, organizações e com utilizadores	Mesas redondas
Oficinas de <i>design</i>	EADURS e EADCs: Equipas de Acção de Design Urbano Regional ou Equipas de Acção de Design Comunitário e semanas de planeamento de ações
Avaliação	TESP: Testes Estratégicos de Superfície de Presunção, para examinar opções e desenvolver planos de acção comunitários
Estudo de viabilidade	Trabalho em pequenos grupos: regulares ou pontuais
Grupos <i>focus</i> : discutir conjunto de tópicos planeados	Sociais
Fóruns	SWOT: Fortes, fraquezas, oportunidades, ameaças; forma de começar a planear ou rever os progressos
Pesquisa futura	Declarações de design da localidade
Jogos e simulações	Visionamento
Ideias para projectos comunitários	Visitas
Indicadores	Voluntariado
Estratégias de gestão conjunta	Workshops/oficinas de trabalho

Figura 5.8-Recolha de literatura sobre que métodos e técnicas de participação começaram por ser considerados (Fonte: Adaptado de Warburton, D. (1997)).

|
APÊNDICES

A. Questionário dos Participantes

Participação Ativa: Impacte da COVID-19 nos processos colaborativos

Sou estudante finalista de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, pela NOVA School of Science and Technology | FCT NOVA da Universidade Nova de Lisboa, e estou a estudar o impacte da COVID 19 em projetos com processos de participação ativa presencial em curso na minha dissertação para obtenção de Grau de Mestre.

O presente questionário tem como objetivo compreender o impacte da substituição de processos de participação colaborativos presenciais para processos a decorrer em formato online. Neste sentido, as perguntas incidirão em compreender o conforto do participante do projeto NIPOGES no formato de participação colaborativa online, e deprender a preferência relativamente aos tipos de formato.

Se já respondeu a este questionário anteriormente, agradeço-lhe e peço-lhe que torne a responder, pois contém questões atualizadas. Demora 5 minutos a responder.

As respostas dadas neste questionário são confidenciais e anónimas. Qualquer questão, contactar: r.lamelas@campus.fct.unl.pt.

Questões	Respostas possíveis
Secção 1	
Autoriza a recolha e tratamento de dados?	Eu autorizo; Eu não autorizo.
1. Em que tipo de sessão(s) do projeto NIPOGOES esteve presente*:	Apenas na(s) sessão(s) online; Apenas na(s) sessão(s) presenciais; Em ambos os tipos de sessão(s).
Secção 2: Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)	
2. Tendo em consideração a sua participação na(s) sessão(s), classifique a utilização das ferramentas tecnológicas: NOTA: ferramentas tecnológicas - computador, telemóvel ou tablet, internet, aplicações e restantes plataformas (Zoom, Skype, Mentimeter,...).	

2.1 Foi fácil o acesso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
2.2 Foi disponibilizado auxílio para a sua utilização.	
2.3 Precisei/alguém precisou de auxílio para a sua utilização.	
2.4 Senti conforto e segurança na sua utilização.	
2.5 Foram adequadas e oportunas para o desenvolvimento da(s) sessão(s).	
Secção 3: Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)	
<p>3. Tendo como referencial a sua participação, classifique as seguintes afirmações: NOTA: Comunicação não-verbal corresponde a uma forma silenciosa de comunicação, feita na base de expressões faciais, gestos e postura corporal. Sousa M. (2009), Gestão de Emoções na Mediação, <i>Jornal Jurídico</i>, Vol. (nº2), pag. 3-16 [https://doi.org/10.29073/j2.v2i2.217].</p>	
3.1 Senti maior facilidade na participação e comunicação oral com os restantes participantes.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
3.2 Senti maior facilidade na participação e comunicação oral por parte dos restantes participantes.	
3.3 Senti maior facilidade na comunicação oral com a organização	
3.4 A ausência parcial da comunicação não-verbal com os restantes participantes teve influência na minha partilha de ideias/opiniões.	
3.5 A ausência parcial da comunicação não-verbal por parte dos restantes participantes teve influência na minha partilha de ideias/opiniões.	
3.6 Em momentos de discussão de ideias e opiniões, o formato facilitou mais o diálogo argumentativo entre participantes.	
3.7 A tomada de decisão e resolução de problemas com os restantes participantes funcionou melhor.	
3.8 Cooperei mais ativamente no encontro de soluções para os problemas.	
3.9 Foi possível ter melhor qualidade nos resultados finais.	
3.10 Caso não tenha sido usada a minha língua materna na(s) sessão(s) de formato online ou presencial (ex. Inglês), senti alguma dificuldade ou limitação na interação com os restantes participantes.	

Secção 4: Sucesso da adaptação do formato da(s) sessão(s) de presencial(s) para online	
4. Tendo em consideração a sua participação na(s) sessão(s) de formato online, classifique:	
4.1 Foi fácil a minha adaptação ao formato da sessão(s).	1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
4.2 A transição do formato poderia gerar maior adesão de participantes.	
4.3 Existe espaço para melhoria da(s) sessão(s) de formato online.	
4.4 Existe espaço para melhoria da(s) sessão(s) de formato presencial.	
4.4.1 Justifique a resposta à questão 4.4.	Resposta longa.
4.5 Participaria em nova(s) sessão(s) de formato online?	Sim; Não.
4.5.1 Justifique a resposta à questão 4.5.	Resposta longa.
4.6 Participaria em nova(s) sessão(s) de formato presencial?	Sim; Não.
4.6.1 Justifique a resposta à questão 4.6.	Resposta longa.
4.7 Se tivesse oportunidade de optar pelo formato das sessões, por qual optaria?	Formato presencial; Formato online; Formato presencial intercalado com o formato online.
Secção 5: Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)	
<p>Na presente secção, ser-lhe-á pedido para comparar a sessão(s) de formato presencial com sessão(s) de formato online. Um processo participativo de formato online implica que os participantes tenham de comunicar entre si e com os organizadores do processo unicamente através das ferramentas tecnológicas explicadas na secção anterior, implicando partilha de imagem real (e em direto), voz e/ou exigindo comunicação escrita através de mensagens. Desta forma, não ocorre qualquer contacto pessoal- aquando da sessão(s)- entre participantes ou organizadores desse processo participativo.</p>	
5. Tendo em consideração a sua participação, classifique segundo a utilização das ferramentas tecnológicas:	
NOTA: ferramentas tecnológicas - computador, telemóvel ou tablet, internet, aplicações e restantes plataformas (Zoom, Skype, Mentimeter,...).	
5.1 Tenho acesso.	1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
5.2 Sentiria conforto e segurança na sua utilização.	
5.3 Seria possível necessitar de auxílio para a sua utilização.	
Secção 6: Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)	
<p>Na presente secção, ser-lhe-á pedido para comparar a sessão(s) de formato presencial com sessão(s) de formato online. Um processo participativo de formato online implica que os participantes tenham de comunicar entre si e com os organizadores do processo unicamente através das ferramentas tecnológicas explicadas na secção anterior, implicando partilha de imagem real (e em direto), voz e/ou exigindo comunicação escrita através de mensagens. Desta forma, não ocorre qualquer contacto pessoal- aquando da sessão(s)- entre participantes ou organizadores desse processo participativo.</p>	

<p>6. Tendo como referencial a sua participação, classifique as seguintes afirmações: NOTA: Comunicação não-verbal corresponde a uma forma silenciosa de comunicação, feita na base de expressões faciais, gestos e postura corporal. Sousa M. (2009), Gestão de Emoções na Mediação, <i>Jornal Jurídico</i>, Vol. (nº2), pag. 3-16 [https://doi.org/10.29073/j2.v2i2.217].</p>	
6.1 Sentiria maior facilidade na participação e comunicação oral com os restantes participantes.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
6.2 Existiria maior facilidade na participação e comunicação oral por parte dos restantes participantes.	
6.3 Existiria maior facilidade na participação e comunicação oral com os organizadores.	
6.4 A ausência parcial da comunicação não-verbal com os restantes participantes teria influência na minha partilha de ideias/opiniões.	
6.5 A ausência parcial da comunicação não-verbal por parte dos restantes participantes teria influência na sua partilha de ideias/opiniões.	
6.6 Em momentos de discussão de ideias e opiniões, seria mais fácil o diálogo argumentativo entre participantes.	
6.7 A tomada de decisão e resolução de problemas com os restantes participantes funcionaria melhor.	
6.8 Cooperaria mais ativamente no encontro de soluções para os problemas.	
6.9 Caso não tivesse sido usada a minha língua materna como idioma da(s) sessão(s) (ex. Inglês), senti/sentiria alguma dificuldade ou limitação na interação com os restantes participantes.	
<p>Secção 7: Adaptação do formato da(s) sessão(s) de presencial para online</p> <p>Na presente secção, ser-lhe-á pedido para comparar a sessão(s) de formato presencial com sessão(s) de formato online. Um processo participativo de formato online implica que os participantes tenham de comunicar entre si e com os organizadores do processo unicamente através das ferramentas tecnológicas explicadas na secção anterior, implicando partilha de imagem real (e em direto), voz e/ou exigindo comunicação escrita através de mensagens. Desta forma, não ocorre qualquer contacto pessoal- aquando da sessão(s)- entre participantes ou organizadores desse processo participativo.</p>	
<p>6. Tendo como referencial a sua participação na(s) sessão(s) de formato presencial e considerando as seguintes situações, classifique:</p>	
7.1 Sentiria maior conforto em participar.	
7.2 Poderia gerar maior adesão de participantes.	

7.3 Existe espaço para melhoria da(s) sessão(s) de formato presencial.	1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
7.3.1 Justifique a resposta dada à questão 7.3.	Resposta longa.
7.4 Participaria em nova(s) sessão(s) de formato presencial?	Sim; Não.
7.4.1 Justifique a resposta dada à questão 7.4.	Resposta longa.
7.5 Participaria numa sessão de formato online?	Sim; Não.
7.5.1 Justifique a resposta dada à questão 7.6.	Resposta longa.
7.6 Tem algum comentário, opinião ou observação a fazer sobre a sua experiência com o formato no contexto da sessão(s) do projeto [Nome do projeto] que ache ser relevante para estudo? Se sim, indique no espaço em baixo.	Resposta longa.
Secção 8: Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)	
8. Tendo em consideração a sua participação, classifique a utilização das ferramentas tecnológicas: NOTA: ferramentas tecnológicas - computador, telemóvel ou tablet, internet, aplicações e restantes plataformas (Zoom, Skype, Mentimeter,...).	
8.1 Foi fácil o acesso.	1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
8.2 Foi disponibilizado auxílio para a sua utilização.	
8.3 Precisei/alguém precisou de auxílio na sua utilização.	
8.4 Senti conforto e segurança na sua utilização.	
8.5 Foram adequadas e oportunas para o formato da sessão(s).	
Secção 9: Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)	
Na presente secção, ser-lhe-á pedido para comparar sessão(s) de formato online com sessão(s) de formato presencial. Um processo participativo de formato presencial implica que os participantes tenham de comunicar entre si e com os organizadores do processo pessoalmente, sem qualquer barreira tecnológica a intervir ou a servir de intermediária à comunicação.	
9. Tendo como referencial a sua participação, classifique as seguintes afirmações. Na(s) sessão(s) de formato presencial(s), em contraste com a(s) sessão(s) de formato online: NOTA: Comunicação não-verbal corresponde a uma forma silenciosa de comunicação, feita na base de expressões faciais, gestos e postura corporal. Sousa M. (2009), Gestão de Emoções na Mediação, Jornal Jurídico, Vol. (nº2), pag. 3-16 [https://doi.org/10.29073/j2.v2i2.217].	

9.1 Sentiria maior facilidade na participação e comunicação oral com os restantes participantes.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
9.2 Haveria maior facilidade na participação e comunicação oral por parte dos restantes participantes.	
9.3 Sentiria maior facilidade na comunicação oral com a organização.	
9.4 A ausência parcial da comunicação não-verbal com os restantes participantes teria influência na minha partilha de ideias/opiniões.	
9.5 A ausência parcial da comunicação não-verbal por parte dos restantes participantes teria influência na sua partilha de ideias/opiniões.	
9.6 Em momentos de discussão de ideias e opiniões, seria mais fácil o diálogo argumentativo entre participantes.	
9.7 A tomada de decisão e resolução de problemas com os restantes participantes funcionaria melhor.	
9.8 Cooperaria mais ativamente para o encontro de soluções para os problemas.	
9.9 Caso não tivesse sido usada a minha língua materna como idioma na(s) sessão(s) (ex. Inglês), senti/sentiria alguma dificuldade ou limitação na interação com os restantes participantes.	
Secção 10: Sucesso da adaptação do formato da(s) sessão(s) de online para presencial	
<p>Na presente secção, ser-lhe-á pedido para comparar sessão(s) de formato online com sessão(s) de formato presencial. Um processo participativo de formato presencial implica que os participantes tenham de comunicar entre si e com os organizadores do processo pessoalmente, sem qualquer barreira tecnológica a intervir ou a servir de intermediária à comunicação.</p> <p>10. Tendo como referencial a sua participação na(s) sessão(s) de formato online e considerando as seguintes situações, classifique as seguintes afirmações. Face a sessões(s) de formato presencial:</p>	
10.1 Sentiria maior conforto em participar.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Nem concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo totalmente.
10.2 Poderia gerar maior adesão de participantes.	
10.3 Existe espaço para melhoria da(s) sessão(s) de formato online.	
10.3.1. Justifique a resposta dada à questão 10.3.	Resposta longa.

10.4 Participaria novamente em sessão(s) de formato online?	Sim; Não.
10.4.1. Justifique a resposta dada à questão 10.4.	Resposta longa.
10.5 Participaria numa sessão de formato presencial?	Sim; Não.
10.5.1. Justifique a resposta dada à questão 10.5.	Resposta longa.
10.6 Tem algum comentário, opinião ou observação a fazer sobre a sua experiência com o formato no contexto da sessão(s) do projeto [Nome do projeto] que ache ser relevante para estudo? Se sim, indique no espaço em baixo.	Resposta longa.
Secção 11: Disponibilidade futura para cooperar no estudo	
Estaria disponível para ser contactado(a) para mais informações sobre os assuntos explorados no presente questionário?	Sim; Não;
Se respondeu "Sim" na questão anterior, indique o seu endereço de correio eletrónico em baixo.	Resposta longa.
Secção 12: Informações pessoais	
Faixa etária. Selecione uma das opções seguintes:	Menos de 20; Entre 21 a 30 anos; Entre 31 a 40 anos; Entre 41 a 50 anos; Entre 51 a 60 anos; Mais de 61 anos.
Grau de formação académica. Selecione uma das opções seguintes:	1º Ciclo do Ensino Básico (1º ao 4º ano); 2º Ciclo do Ensino Básico (5º ao 6º ano); 3º Ciclo do Ensino Básico (7º ao 9º ano); Curso Técnico Superior Profissional; Licenciatura; Mestrado/Mestrado Integrado; Doutoramento.
Literacia Tecnológica. Selecione uma das opções seguintes: NOTA: Literacia tecnológica é a capacidade de aceder, avaliar, integrar, criar e comunicar informação e saber com ferramentas tecnológicas como computadores, internet, aplicações, outros. (ESTES, 2007) Estes, J. S. (2017). Teacher Preparation Programs and Learner-Centered, Technology-Integrated Instruction. In Keengwe, J., & Onchwari, G. (Eds.), Handbook of Research on Learner-Centered Pedagogy in Teacher Education and Professional Development (pp. 85-103). IGI Global. http://doi:10.4018/978-1-5225-0892-2.ch005	Nenhuma; Básica; Média; Avançada.

Link para os questionários (desativados):

- Projeto OceanWise: <https://forms.gle/uVDiBvM5fH6pe9is8>;
- Projeto NIPOGES: <https://forms.gle/N26zmL82SwuZTCeW9>;
- Projeto CAPonLITTER: <https://forms.gle/DQKpKWSAQqHYH1tLA>.

B. Questionário dos Organizadores

Email enviado com o questionário:

"Bom dia,

sou estudante finalista em Engenharia do Ambiente na Universidade Nova de Lisboa e estou a fazer a dissertação de dissertação para obtenção do Grau de Mestre, cujo tema é "Participação Ativa: Impacte do Covid-19 nos processos colaborativos".

Com o objetivo de compreender a influência do formato da sessão (online versus presencial) no desenvolvimento das sessões e apresentação de resultados, gostaria de obter a sua colaboração de cerca de 5 minutos através do preenchimento do formulário no *link* abaixo que conta com questões sobre a dinâmica das sessões de workshop que organizou, no âmbito do [Nome do Projeto].

Caso tenha respondido anteriormente, agradeço e peço que torne a responder, pois o questionário foi reformulado e as questões ajustadas!

Link para o questionário:

As suas respostas são confidenciais e anónimas, e serão usadas meramente para efeitos de conclusão da minha dissertação.

Agradeço imenso a atenção prestada!
Com os melhores cumprimentos,
Rita Xerez Lamelas"

Participação Ativa: Impacte da COVID-19 nos processos colaborativos

Sou estudante finalista de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e estou a estudar o impacte da COVID 19 em projetos com processos de participação ativa presencial em curso na minha dissertação para obtenção de Grau de Mestre.

O presente questionário tem como objetivo compreender o impacte da substituição de processos de participação colaborativos presenciais para processos a decorrer em formato online. Neste sentido, as perguntas incidirão em compreender o conforto do organizador do projeto CAPonLitter no formato da(s) sessão(s), e depreender a preferência relativamente aos tipos de formato.

Se já respondeu a este questionário anteriormente, agradeço-lhe e peço-lhe que torne a responder, pois contém questões atualizadas. Demora menos de 5 minutos a responder.

As respostas dadas neste questionário são confidenciais e anónimas. Qualquer questão, contactar: r.lamelas@campus.fct.unl.pt.

Questões	Respostas possíveis
Secção 1	
Autoriza a recolha e tratamento de dados?	Eu autorizo; Eu não autorizo.
Secção 2: Organização, modo de funcionamento e desenvolvimento da(s) sessão(s)	
<p>2. Segundo a sua perceção como organizador da(s) sessão(s) de formato online e focando-se nas ferramentas tecnológicas utilizadas, classifique:</p> <p>NOTA: ferramentas tecnológicas - computador, telemóvel ou tablet, internet, aplicações e restantes plataformas (Zoom, Skype, Mentimeter,...).</p>	
2.1 Foi fácil o seu acesso pelos participantes.	6. Discordo totalmente; 7. Discordo; 8. Nem concordo nem discordo; 9. Concordo; 10. Concordo totalmente.
2.2 Foi necessário auxiliar os participantes na sua utilização.	
2.3 Os participantes sentiram conforto e segurança na sua utilização.	
2.4 Foram adequadas e oportunas para o desenvolvimento da(s) sessão(s).	
Secção 3: Conforto na comunicação e compreensão oral na(s) sessão(s)	
<p>3. Em comparação com um formato presencial de sessão(s), classifique como se sentiria em caso de sessão(s) online:</p> <p>NOTA: Comunicação não-verbal corresponde a uma forma silenciosa de comunicação, feita na base de expressões faciais, gestos e postura corporal. Sousa M. (2009), Gestão de Emoções na Mediação, Jornal Jurídico, Vol. (nº2), pág. 3-16 [https://doi.org/10.29073/j2.v2i2.217].</p>	
3.1 Teria havido maior facilidade na participação e comunicação oral dos participantes e entre participantes.	6. Discordo totalmente; 7. Discordo; 8. Nem concordo nem discordo; 9. Concordo; 10. Concordo totalmente.
3.2 Teria havido maior facilidade na comunicação oral dos participantes com a organização.	
3.3 A ausência parcial da comunicação não-verbal com e entre os participantes teria influência na sua partilha de ideias e opiniões.	
3.4 A ausência parcial da comunicação não-verbal dos participantes com a organização teria influência na sua comunicação.	
3.5 Em momentos de discussão de ideias e opiniões, teria facilitado mais o diálogo argumentativo entre participantes.	

3.6 A tomada de decisão e resolução de problemas entre os restantes participantes funcionaria melhor.	
3.7 Os participantes teriam colaborado mais ativamente no encontro de soluções para os problemas.	
3.8 Teria havido melhor qualidade nos resultados finais.	
3.9 Teria havido melhor quantidade de resultados.	
3.10 A moderação dos participantes teria funcionado melhor.	
3.10.1 Justifique a resposta à questão 3.10.	Resposta longa.
Secção 4: Sucesso da adaptação do formato da(s) sessão(s) de presencial(s) para online	
4. Considerando o formato online da(s) sessão(s) e a sua experiência como organizador, classifique:	
4.1 Existe uma grande oferta de plataformas online disponíveis.	
4.2 Foi fácil o acesso e utilização da(s) plataforma(s).	
4.3 Estaria mais confortável na organização de sessão(s) de formato presencial.	
4.4 O formato presencial seria propenso a maior adesão de participantes à(s) sessão(s).	
4.5 Organizaria facilmente nova(s) sessão(s) neste formato.	
4.6 Existe espaço para melhoria deste formato de sessão(s).	
4.6.1 Justifique a resposta à questão 4.6.	Resposta longa.
4.7 Se tivesse oportunidade de optar pela organização de formato do workshop, por qual optaria?	6. Discordo totalmente; 7. Discordo; 8. Nem concordo nem discordo; 9. Concordo; 10. Concordo totalmente. Sim; Não.
4.7.1 Justifique a resposta à questão 4.7.	Resposta longa.
4.8 Tem algum comentário, opinião ou observação a fazer sobre a sua experiência com dois os tipos de formato no contexto da sessão(s) do projeto OceanWise que ache ser relevante para estudo? Se sim, indique no espaço em baixo:	Resposta longa.
Secção 5: Disponibilidade para cooperar no estudo	
Estaria disponível para ser contactado(a) para mais informações sobre os assuntos explorados no presente questionário?	Sim; Não.

Se respondeu "Sim" na questão anterior, indique o seu endereço de correio eletrónico em baixo.	Resposta longa.
--	-----------------

Link para os questionários (desativados):

- Projeto OceanWise: <https://forms.gle/B6xL9Dx5kyZmWS4g9>;
- Projeto NIPOGES: <https://forms.gle/svqkJVbYNWkG19qc8>;
- Projeto CAPonLITTER: <https://forms.gle/hmK5UX8oL9n4VFHy6>.

C. Guião de Entrevista

Tempo de duração: 15 a 30 minutos

Entrevista semiestruturada (Engage2020, 2015):

- ❖ Participou nas sessões presenciais e/ou online do projeto NIPOGES/CAPonLITTER/OceanWise? (esclareça qual o projeto em que participou)
- ❖ (Nota: Se no projeto que participou só participou em formato presencial ou se já não tem presente na memória como decorreu, responda às seguintes questões com base em experiência que teve ao longo deste Dentro de projetos deste tipo, como considera que correram os momentos de participação? O que valoriza na comunicação cara-a-cara? E na comunicação forma online? Em termos de comunicação não-verbal, qual acha ter sido a influência nos formatos online?
ano e meio em contexto de trabalho online.)
- ❖ Dentro de projetos deste tipo, o que valoriza na comunicação cara-a-cara? E na comunicação forma online?
- Consegue-me dar exemplos do que considera importante na comunicação com outra pessoa?
- Considera que pode ter sido mais positivo ou menos positivo para as pessoas a adaptação para o formato online (exemplo: sentiu que facilitou a comunicação a pessoas introvertidas?)? Sente que faltou alguma coisa?
- Em termos de comunicação não-verbal, qual acha ter sido a influência nos formatos online? Sentiu que prejudicou a comunicação entre participantes?
- ❖ Como foi a adaptação às ferramentas tecnológicas necessárias (Zoom, Skype, Google, MIRO,..)? Sentiu alguma limitação que o influenciou na comunicação com os outros?
- Neste âmbito, preferia que tivesse sido presencial, para facilitar os momentos de trabalho?
- ❖ Sentiu-se confortável quando as sessões passaram de presenciais para online?
- Em caso de terem facilitado a sua deslocação, considera que possa ser um fato positivo?
- Sentiu-se confortável ao longo da sessão?
- Alguma vez considerou os problemas da cibersegurança? Sentiu-se inseguro na partilha de imagem ou som durante as sessões?
- ❖ O que considera que poderá ter faltado nas sessões presenciais ou online? Que conselhos gostaria de dar à organização (de uma forma simples)?
- ❖ Quais os pontos positivos e negativos da transição de formato online para presencial?
- ❖ Se pudesse escolher o formato das sessões, como escolheria?
- ❖ Quer acrescentar alguma opinião/ideia/conselho sobre a(s) sessão(s)?



2022

RITA MARIA MARCHÃ XEREZ LAME-
LAS

Participação Ativa: Impacte da COVID-19 nos processos colabo-
rativos